



santa maria da feira

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

### EDITAL

AMADEU ALBERTINO MARQUES SOARES ALBERGARIA, Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira:-----

TORNO PÚBLICO que, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se afixa, no átrio do edifício dos Paços do Concelho, em anexo ao presente edital e do qual faz parte integrante, a ata da sessão ordinária desta Assembleia Municipal de 3 de dezembro de 2020, aprovada na sessão ordinária de 6 de fevereiro de 2021, e vai outro de igual teor ser publicado no sítio da Internet do Município de Santa Maria da Feira.-----

Paços do Concelho de Santa Maria da Feira, 8 de fevereiro de 2021.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

  
(AMADEU SOARES ALBERGARIA)



ATA N.º 21 – No dia 3 de dezembro de 2020, reuniu às 21 horas, em Sessão Ordinária, nos Paços do Concelho, na sala a esse fim destinada, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia, Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, e secretariada pelos Srs. Maria José Ferreira dos Santos e Mário Jorge de Castro Reis, respetivamente 1.ª e 2.º Secretários da Mesa, com a seguinte “Ordem do Dia”: -----

- 1 – **Eleição de novos membros da Comissão Executiva Metropolitana do Porto;**-----
- 2 – **Atas:** -----
  - **Ata N.º 19 – Sessão Ordinária de 26 de setembro de 2020** -----
  - **Ata N.º 20 – Sessão Extraordinária de 13 de outubro de 2020;** -----
- 3 – **Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;**-----
- 4 – **Mapa de Pessoal 2021;**-----
- 5 – **Opções do Plano e proposta do Orçamento Municipal para 2021;**-----
- 6 – **Contrato-Programa para 2021 a celebrar entre o Município e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.** -----
  - **Autorização para celebração do contrato-programa;**-----
- 7 – **Processo n.º 920/2020/URB, em que é requerente a Sociedade Irmãdona Supermercados, S.A.** -----
  - **Declaração de interesse socioeconómico municipal para o empreendimento da sigla “Supermercado Mercadona”, no lugar de Santo André, na cidade de Santa Maria da Feira;** -----
- 8 – **Procedimento de alteração da delimitação administrativa da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) entre a freguesia de Escapães e a União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo;**-----
- 9 – **Regulamento do Programa de Apoio ao Desporto;** -----
- 10 – **Adesão à Associação Portuguesa dos Jardins Históricos;**-----
- 11 – **Alteração de postura de trânsito – São João de Ver;**-----
- 12 – **Alteração de postura de trânsito – União das freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (Santa Maria da Feira);** -----
- 13 – **Alteração de postura de trânsito – União das freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (Santa Maria da Feira);** -----



- 14 – “Requalificação da envolvente às Termas das Caldas de S. Jorge”-----  
- Autorização de encargos plurianuais; -----
- 15 – “Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos na União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – 8.ª Fase”-----  
- Autorização de encargos plurianuais; -----
- 16 – Estratégia local de habitação para o Município de Santa Maria da Feira;-----
- 17 – Apoio financeiro à Junta de Freguesia de Escapães para reabilitação e modernização de instalações desportivas; -----
- 18 – Apoio financeiro à Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas para reabilitação e modernização de instalações desportivas;-----
- 19 – Apoio financeiro à União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior para reabilitação e modernização de instalações desportivas. -----

-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* declarou aberta a sessão, começando por explicar que, tal como consta da convocatória desta sessão, esta 1.ª reunião tem por fim único a realização do ato eleitoral a que se refere o ponto n.º 1 da Ordem do Dia desta sessão, prosseguindo a sessão no dia 5 de dezembro, pelas 14H30, por videoconferência. -----

Referiu que, como a votação em questão está reservada apenas aos membros eleitos da Assembleia Municipal, com base nos quais se apura o quórum, foi dispensada a presença, nesta reunião, dos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia, acrescentando que a Câmara Municipal também só se faria representar na 2.ª reunião desta sessão, a realizar no dia 5 de dezembro de 2020. -----

-----

De seguida, informou que os membros Casimiro Loureiro Dias de Pinho (PSD), Tiago Oliveira Amorim Carneiro (PS) e Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto (PS) remeteram comunicação à Mesa a solicitar a justificação das suas faltas a esta 1.ª reunião da sessão – o membro Casimiro Pinho por motivos de saúde, o membro Tiago Carneiro por se encontrar em isolamento profilático devido à pandemia de Covid-19, e a deputada municipal Carla Pinto por razões pessoais – e que a Mesa considerou tais faltas justificadas.-----

Comunicou ainda que o membro Moisés Salvador Coelho Ferreira (BE) solicitou ser substituído na presente sessão, por motivos profissionais, pelo que, nos termos legais e



regimentais, é substituído pelo cidadão imediatamente a seguir da respetiva lista, Pedro Luís Alves Ferreira. -----

Participaram, nesta 1.ª reunião da sessão em referência, os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria (PSD); Maria José Ferreira dos Santos (PSD); José Manuel Milheiro de Pinho Leão (PSD); Regina Maria Gonçalves da Silva (PSD); Aldina dos Reis Camboa Cabral (PSD); Carlos Eduardo Soares de Seixas (PSD); Serafim Manuel Rocha Guimarães (PSD); Eva Lúcia Fernandes da Costa (PSD); Ana Rafael Lima Lamas Barros (PSD); Ana Patrícia Bastos da Cunha (PSD); Juliana Canedo da Rocha (PSD); Jorge Paulo das Neves Pereira (PSD); Sérgio Manuel Murteira Cirino (PS); Justino Santos Pinto (PS); Rosa Maria Pinto da Silva (PS); António dos Santos (PS); Henrique Portela Madureira (PS); Lúcia Catarina Azevedo Fernandes (PS); Daniel Tavares Gomes (PS); Maria de Fátima Bastos Oliveira (PS); Salomé Almeida Ventura (BE); Pedro Luís Alves Ferreira (BE) e Ângelo Manuel Andrade Santos (CDS-PP). -----

Faltaram a esta reunião, sem terem apresentado justificação de falta, os membros António André da Silva Topa (PSD), Susana Daniela Ferreira da Silva (PSD), Rui Fernando Guedes Ribeiro (PSD), Jorge Manuel Ferreira Ferreira (PSD), Manuel Oliveira de Almeida (PS), Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro (PS) e Filipe Ramiro Tavares Moreira (CDU). -----

#### PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

##### 1 – Eleição de novos membros da Comissão Executiva Metropolitana do Porto -----

O Sr. *Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado no seguimento do pedido remetido à Mesa pelo Sr. Presidente do Conselho Metropolitano do Porto, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 13.340, em 9 de novembro de 2019 – documento esse enviado, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Informou que este ato eleitoral está a ser feito, em simultâneo, pelas assembleias municipais dos municípios que integram a Área Metropolitana do Porto, e que, conforme menciona o documento, a votação está reservada apenas aos membros eleitos da Assembleia Municipal, com base nos quais se apura o quórum, e que deve ser feita por escrutínio secreto, sob pena de



MP  
G.  
PP.

nulidade, nos termos do artigo 74.º, números 4, 5 e 6 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. De seguida, deu por aberto o ato eleitoral, informando que o mesmo terminaria às 22 horas. ---

-----  
Terminado o ato eleitoral, às 22 horas, e após feita a abertura da urna e a contagem dos votos, foram apurados os seguintes resultados:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto, com 21 votos a favor e 2 votos em branco, aprovar a candidata proposta, Carlota Ferreira Brás César Teixeira, para membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto. -----

A Assembleia Municipal deliberou ainda, por escrutínio secreto, com 19 votos a favor, 1 voto contra, 2 votos em branco e 1 voto nulo, aprovar a candidata proposta, Cláudia Rodrigues Araújo, para membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto. -----

-----  
Posto isto, às 22 horas e 5 minutos, o *Sr. Presidente da Assembleia* encerrou esta 1.ª reunião da sessão ordinária de 3 de dezembro de 2020, informando que, conforme a convocatória, a sessão prosseguiria no dia 5 de dezembro de 2020, pelas 14h30, por videoconferência. -----

## 2.ª REUNIÃO DA SESSÃO -----

No dia 5 de dezembro de 2020, reuniu às 14 horas e 40 minutos, por videoconferência, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia, Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, e secretariada pelos Srs. Maria José Ferreira dos Santos e Mário Jorge de Castro Reis, para prosseguir os trabalhos da Sessão Ordinária de 3 de dezembro de 2020. -----

-----  
A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Sr. Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e pelos Srs. Vereadores Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, Vítor Carlos Latourrette Marques, Helena Maria de Sá Portela, António Gil Alves Ferreira, António Milton Topa Gomes, Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira, António Ferreira de Bastos, Lia Andreia Cristóvão Ferreira, Délio Manuel Ferreira Carquejo e Bruno Miguel de Sousa Mota. -----

-----  
O *Sr. Presidente da Assembleia* declarou aberta a 2.ª reunião da Sessão Ordinária de 3 de



dezembro de 2020, começando por saudar todos os participantes na videoconferência. -----

De seguida, informou da entrada na Mesa de 2 credenciais de delegação de representação para a presente reunião, dos Presidentes das seguintes Juntas de Freguesia:-----

• Romariz: Anacleto de Souza Costa (PSD) – delegou a representação na Tesoureira do Executivo: Alexandra Patrícia Moreira da Rocha; -----

• União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo: Fernando Luís Milheiro de Pinho Leão (PSD) – delegou a representação no Tesoureiro do Executivo: Alberto de Oliveira Tavares. -----

Informou ainda que o membro Casimiro Loureiro Dias de Pinho (PSD) remeteu comunicação à Mesa a solicitar a justificação da sua falta a esta 2.ª reunião da sessão, por motivos de saúde – e que a Mesa considerou tal falta justificada. -----

Comunicou ainda que o membro Moisés Salvador Coelho Ferreira (BE) solicitou ser substituído na presente sessão, por motivos profissionais, pelo que, tal como aconteceu na 1.ª reunião desta sessão, o mesmo é substituído, nesta 2.ª reunião, nos termos legais e regimentais, pelo cidadão imediatamente a seguir da respetiva lista, Pedro Luís Alves Ferreira.-----

-----  
Sendo assim, encontravam-se a participar na videoconferência, no início da reunião, 49 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente:-----

*Pelo Partido Social Democrata (PSD):* -----

Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria; Maria José Ferreira dos Santos; José Manuel Milheiro de Pinho Leão; Regina Maria Gonçalves da Silva; Aldina dos Reis Camboa Cabral; Carlos Eduardo Soares de Seixas; Susana Daniela Ferreira da Silva; Serafim Manuel Rocha Guimarães; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Ana Rafael Lima Lamas Barros; Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Ana Patrícia Bastos da Cunha; Juliana Canedo Rocha; Jorge Paulo das Neves Pereira; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Manuel Pereira dos Santos; Arrifana – Delfim Manuel Oliveira da Silva; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fiães – António Valdemar Fontes Pinho Ribeiro; Fornos – Luís André Dias Ferreira Assunção dos Santos; Mozelos – José Carlos Pinto da Silva; Paços de Brandão – Firmino Gomes da Costa; Rio Meão – Mário Jorge de Jesus Castro; Romariz – Alexandra Patrícia Moreira da Rocha; Santa Maria de Lamas – Lucídio Pereira Dias; São



J.

Handwritten signature

João de Ver – Nuno João Marques Soares Albergaria; São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – José Henriques dos Santos; e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Alberto de Oliveira Tavares; -----

*Pelo Partido Socialista (PS):*-----

Sérgio Manuel Murteira Cirino; Manuel Oliveira de Almeida; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Justino Santos Pinto; Rosa Maria Pinto da Silva; António dos Santos; Henrique Portela Madureira; Lúcia Catarina Azevedo Fernandes; Daniel Tavares Gomes; Tiago Oliveira Amorim Carneiro; Maria de Fátima Bastos Oliveira; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; e da União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Francisco Manuel de Oliveira Andrade; -----

*Pelo Bloco de Esquerda (BE):* Salomé Almeida Ventura e Pedro Luís Alves Ferreira;-----

*Pelo Partido Popular (CDS-PP):* Ângelo Manuel Andrade Santos;-----

*Pela Coligação Democrática Unitária (CDU):* Filipe Ramiro Tavares Moreira;-----

*Independente (IND):* Manuel António Martins de Melo – Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares. -----

*Faltaram a esta reunião, sem serem substituídos:* António André da Silva Topa (PSD); Eva Lúcia Fernandes da Costa (PSD); Casimiro Loureiro Dias de Pinho (PSD); Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro (PS) e o Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa – Armando Fontes Teixeira (PSD). -----

Seguidamente, e na sequência do decidido pela Assembleia na sua sessão de 23 de novembro de 2017, quanto à omissão da leitura do documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, o Sr. Presidente da Assembleia informou que essa relação foi enviada, por correio eletrónico, aos Srs. deputados municipais. -----

É do seguinte teor a síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal entre a sessão ordinária de 26 de setembro de 2020 e a presente sessão:-----



- “Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, fotocópia dos documentos aprovados por esta Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 26 de setembro de 2020, no Período de Antes da Ordem do Dia, que a seguir se identificam: -----
  - Recomendação à Câmara Municipal intitulada “Ligação entre Paços de Brandão – São Paio de Oleiros” – da iniciativa da CDU, -----
  - Recomendação à Câmara Municipal intitulada “Transporte Escolar em período de pandemia” – da iniciativa da CDU, -----
  - Recomendação à Câmara Municipal intitulada “Transportes no Município” – da iniciativa da CDU, -----
  - Moção intitulada “Repor as freguesias extintas – um imperativo democrático” – da iniciativa da CDU, -----
  - Voto de Saudação intitulado “Aos 41 anos do Serviço Nacional de Saúde” – da iniciativa do Bloco de Esquerda; -----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, remetendo o teor da moção intitulada “Repor as freguesias extintas – um imperativo democrático”, aprovada por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 26 de setembro de 2020, às seguintes entidades: ----
  - O Primeiro-Ministro, -----
  - Líderes dos Grupos Parlamentares do PS, PSD, BE, PCP, CDS-PP, PAN, PEV, e aos deputados únicos do “Chega”, do “Iniciativa Liberal” e à deputada não-inscrita Joacine Katar Moreira, -----
  - Presidente da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), -----
  - Secretário-Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP); -----
- E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, aos órgãos de comunicação social Jornal N, Correio da Feira, Rádio Clube da Feira e Agência Lusa, remetendo, para os devidos efeitos, o teor da moção intitulada “Repor as freguesias extintas – um imperativo democrático”, da iniciativa da CDU, que foi aprovada por esta Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 26 de setembro de 2020; -----
- E-mail de António M. Cunha, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo o seu manifesto eleitoral com as linhas enquadradoras da sua candidatura a Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, agradecendo a partilha





*[Handwritten initials and signature]*

- do mesmo pelos membros da Assembleia Municipal; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Degradação de um dos edifícios do Centro de Artes” – o qual foi enviado por e-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; -----
  - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, pergunta dirigida ao Ministério da Educação pelos deputados daquele grupo parlamentar, sobre as condições de abertura dos estabelecimentos de ensino no início do ano letivo 2020/2021; -----
  - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, convocando-os para a sessão extraordinária (eleitoral) da Assembleia Municipal, que se realizou no dia 13 de outubro de 2020, com vista à realização do ato eleitoral para a eleição indireta para Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte; -----
  - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização da sessão extraordinária (eleitoral) da Assembleia Municipal, que se realizou no dia 13 de outubro de 2020, com vista à realização do ato eleitoral para a eleição indireta para Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte; -----
  - E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, realizada, por videoconferência, no dia 7 de outubro de 2020; -----
  - E-mail do Subdiretor-Geral da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo ficheiro para efeitos de comunicação à DGAL da composição da mesa eleitoral constituída na Assembleia Municipal, relativo ao ato eleitoral que decorreu no dia 13 de outubro de 2020 (eleição indireta para Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte); -----
  - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, pergunta dirigida ao Ministério do Ambiente e Ação Climática e ao Ministério da Economia e Transição Digital pelos deputados daquele grupo parlamentar, sobre a aceleração da implementação da Estratégia



Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030, em contexto de descarbonização do país; -----

- E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), remetendo ficheiro devidamente preenchido, no qual se indica a composição da mesa eleitoral constituída na Assembleia Municipal, relativo ao ato eleitoral que decorreu no dia 13 de outubro de 2020 (eleição indireta para Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte); -----
- Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 7 e 21 de setembro de 2020; ----
- E-mail do membro deste Órgão – Ana Lamas, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder participar na sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 13 de outubro de 2020, por se encontrar em período de convalescença; -----
- E-mail do Subdiretor-Geral da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo diversa documentação necessária ao ato eleitoral que decorreu no dia 13 de outubro de 2020 (eleição indireta para Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte); -----
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, o Projeto de Resolução apresentado na Assembleia da República pelos deputados daquele grupo parlamentar, sobre a reversão da privatização dos CTT – Correios de Portugal, SA, informando do agendamento da discussão do mesmo; -----
- E-mail do Presidente da Assembleia Municipal, à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), remetendo o Edital “Apuramento local dos resultados do ato eleitoral”, assim como ficheiro Excel com informação no mesmo âmbito, respeitantes aos resultados apurados na Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, na sua sessão de 13 de outubro de 2020 (eleição indireta para Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte); -----
- E-mail do Presidente da Associação de Estudos de Direito Regional e Local (AEDREL), ao Presidente da Assembleia Municipal, informando que está em distribuição o n.º 15 da “Revista das Assembleias Municipais e dos Eleitos Locais”, informando que seria



*G.*  
*ef.*

- remetido um exemplar às 308 assembleias municipais do país; -----
- E-mail do Presidente do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), ao Presidente da Assembleia Municipal, acusando a receção da moção “Repór as freguesias extintas – um imperativo democrático”, aprovada por esta Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 26 de setembro de 2020; -----
  - E-mail da Chefe de Gabinete em substituição do Gabinete do Primeiro-Ministro, ao Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção da moção “Repór as freguesias extintas – um imperativo democrático”, aprovada por esta Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 26 de setembro de 2020, informando que a mesma foi encaminhada para o Gabinete da Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública; -----
  - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção da moção “Repór as freguesias extintas – um imperativo democrático”, aprovada por esta Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 26 de setembro de 2020; -----
  - Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 6 e 19 de outubro de 2020; -----
  - E-mail, por instrução do Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local, ao Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção da moção “Repór as freguesias extintas – um imperativo democrático”, aprovada por esta Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 26 de setembro de 2020; -----
  - Ofício do Presidente do Conselho Metropolitano do Porto, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando da consensualização da realização de uma sessão simultânea das 17 assembleias municipais pertencentes à Área Metropolitana do Porto, a levar a efeito no dia 3 de dezembro de 2020, para eleição de novos membros da Comissão Executiva Metropolitana do Porto; -----
  - E-mail do Presidente da Assembleia Municipal de Murça, ao Presidente da Assembleia Municipal, solicitando colaboração no sentido de ser preenchido um questionário para levantamento das Escolas Adões Bermudes existentes em Portugal, a propósito de um estudo que está a ser feito pela Prof. Associada da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Margarida Maria Louro Felgueiras – o qual foi



*[Handwritten initials and signature]*

- reencaminhado, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, à Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude, da Câmara Municipal, no sentido de ver se o Município de Santa Maria da Feira tem alguma das escolas em causa e, em caso afirmativo, responder, se possível, ao questionário em referência; -----
- E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, realizada, por videoconferência, no dia 18 de novembro de 2020; ---
  - Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 2 de novembro de 2020; -----
  - E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal de Murça, remetendo questionário devidamente preenchido com a informação referente ao Concelho de Santa Maria da Feira, no seguimento da solicitação feita a propósito do levantamento das Escolas Adões Bermudes existentes em Portugal; ----
  - E-mail do Gabinete da Ministra da Modernização do Estado e Administração Pública, ao Presidente da Assembleia Municipal, dando algumas informações relativamente à Lei n.º 72/2020, de 16 de novembro, que estabelece medidas excecionais e transitórias de simplificação de procedimentos administrativos comuns previstos na lei geral, e de procedimentos administrativos especiais;-----
  - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, convocando-os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, a realizar nos dias 3 e 5 de dezembro de 2020, bem como informando qual a respetiva Ordem do Dia; -----
  - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, a realizar nos dias 3 e 5 de dezembro de 2020, e indicando a respetiva Ordem do Dia;-----
  - Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para efeitos do disposto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, a realizar nos dias 3 e 5 de dezembro de 2020;-
  - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão,
-



*Handwritten initials and signature*

relativo a adenda à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, a realizar nos dias 3 e 5 de dezembro de 2020;-----

- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, de adenda à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, a realizar nos dias 3 e 5 de dezembro de 2020; -----
- E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, realizada, por videoconferência, no dia 2 de dezembro de 2020; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Casimiro Pinho, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder participar nas 2 reuniões desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, a realizar nos dias 3 e 5 de dezembro de 2020, por motivos de saúde, solicitando a justificação das respetivas faltas; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Tiago Carneiro, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente na 1.ª reunião desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, a realizar no dia 3 de dezembro de 2020, em virtude de estar em isolamento profilático; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Carla Adriana Pinto, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente na 1.ª reunião desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, a realizar no dia 3 de dezembro de 2020, por razões pessoais; -----
- E-mail da Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, convocando-o, na qualidade de membro do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira, para uma reunião que aquele Conselho vai realizar no dia 18 de dezembro de 2020, por videoconferência, informando o link de acesso para a reunião bem como remetendo a ata da reunião anterior para apreciação e análise; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder participar nas 2 reuniões desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, a realizar nos dias 3 e 5 de dezembro de 2020, por motivos profissionais, solicitando ser substituído nas mesmas nos termos legais, pelo Pedro Alves Ferreira; -----
- E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Fernando Leão, Presidente da União das



- Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando que se faria representar, na 2.ª reunião desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, a realizar no dia 5 de dezembro de 2020, pelo Tesoureiro daquela Junta de Freguesia – Alberto de Oliveira Tavares, bem como remetendo o respetivo documento de delegação de representação; -----
- E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Anacleto Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Romariz, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando que se faria representar, na 2.ª reunião desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, a realizar no dia 5 de dezembro de 2020, pela Tesoureira daquela Junta de Freguesia – Alexandra Moreira.”-----

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o período em epígrafe, informou que, antes de introduzir a discussão das recomendações e votos que foram remetidos para serem apreciados no Período em epígrafe, iria passar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, a pedido do mesmo, para este informar a Assembleia do ponto de situação do Concelho relativamente à pandemia de Covid-19. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dar nota que o Concelho de Santa Maria da Feira é, conforme tem sido dado a conhecer através das informações que a Direção Geral de Saúde e a própria ARS Norte têm publicado nos seus sites, um dos municípios do País com maior risco no que respeita à Covid-19. -----

Disse que, presentemente, são 1.599 os casos ativos no Concelho, cujas pessoas ou estão em casa ou hospitalizadas, informando ainda que, desde o início da pandemia, em março, ocorreram 53 óbitos no Concelho devido à Covid-19. -----

Referiu que o último mês de novembro tem sido particularmente difícil para todo o setor que está a trabalhar diretamente com a situação da pandemia, dando nota que houve uma semana em que aconteceram 930 casos e que isso afetou imenso na capacidade de resposta da Autoridade de Saúde Local, a qual tem, como uma das suas missões, tentar descobrir as cadeias de contágio para tentar, ao máximo, quebrar essas mesmas cadeias. -----

Informou que, ao longo dos últimos dias, houve 10 lares de idosos com casos de Covid-19, a



*[Handwritten signature]*

maioria dos quais com casos esporádicos e que causaram pouco impacto, com 1, 2 ou 3 casos detetados que rapidamente foram isolados, de utentes que foram infetados por funcionários que, na sua vida normal, contraíram o vírus e, depois, o transmitiram dentro do lar. Comunicou que as situações mais críticas aconteceram no lar de idosos de Lobão, com cerca de 20 casos, no lar de idosos da Casa Ozanam, com 23 casos, e no lar de idosos da Santa Casa da Misericórdia, com 11 casos. -----

Referiu que, desde o início da pandemia, foram desenvolvidos planos de contingência com todas as instituições concelhias que acolhem idosos, entre as quais algumas de exploração privada, como o lar de idosos Sénior Residence, em Fiães, realçando que esses planos consistem naquilo que é o mais importante, ou seja, em separar os casos positivos dos não positivos, para os próprios funcionários terem a formação necessária e específica para evitar que, quando acontece um caso de infeção, não se propague a todas as pessoas desse lar. -----

Disse que, até à data, as coisas têm corrido bem e que a maioria dos infetados estão assintomáticos, realçando que, apesar de algumas das pessoas infetadas terem desenvolvido sintomas, tem-se conseguido controlar a situação, acrescentando que a Proteção Civil local tem, com o apoio da GNR, promovido a desinfeção de muitos espaços, sempre que se verifica um caso de contaminação nessas instituições. -----

Informou que o Hospital de São Sebastião tinha, na semana que findou, 133 pessoas internadas, das quais 32 em cuidados intensivos, realçando que o Hospital tem dado uma resposta notável face aos sucessivos recordes de pessoas internadas e de pessoas em cuidados intensivos. Disse que ter 32 pessoas em cuidados intensivos é tremendo, dando nota que o Hospital adaptou um espaço, que servia de cantina, para casos de cuidados intensivos, fazendo notar que, segundo os especialistas, o Hospital tem ainda alguma margem na sua capacidade de resposta que dá alguma segurança para os próximos tempos. -----

Prosseguindo a sua intervenção disse que a Câmara tem estado sempre ao lado destas instituições, apoiando-as, salientando que, por exemplo, cedeu espaços no Europarque para a Autoridade de Saúde Local poder ali trabalhar, tal como cedeu equipamentos, como computadores, telemóveis, mesas e tudo o demais necessário. Realçou que, para além disso, foram disponibilizados sete funcionários da Câmara Municipal e da empresa municipal Feira Viva para prestar apoio administrativo, para fazerem aquelas funções que não precisam ser feitas por um profissional de saúde. -----



J. M. J. J.

Referiu que a Câmara também apoia as IPSS fornecendo-lhes equipamentos de proteção individual, quando estas não os têm, desde as máscaras FP2, as batas, as proteções da cabeça e demais equipamento necessário, comentando que uma coisa são as máscaras cirúrgicas ou máscaras comunitárias que as pessoas usam no dia a dia, e outra coisa são os equipamentos de proteção individual que as pessoas que diretamente lidam com a Covid-19 precisam ter.-----

Informou que o Concelho tem 4 centros de testes à Covid-19 que, na maioria das vezes, têm conseguido dar a devida resposta, um localizado no Europarque, outro no Pavilhão Municipal de Fiães, outro em Santa Maria de Lamas, na Área Dedicada Covid, e um outro do Laboratório Centro Médico da Praça, em Santa Maria da Feira. Salientou que, para além destes, o próprio Hospital de São Sebastião tem a sua capacidade de testagem. -----

Disse que, para ajudar o Hospital, para além do espaço do Inatel, em Santa Maria da Feira, que foi definido para servir o Norte do Distrito de Aveiro, como local de acolhimento de pessoas não infetadas, mas que poderá vir a servir, se necessário for, todo o Distrito e até o resto do País, começou a funcionar, na última quarta-feira, uma estrutura de apoio de retaguarda na freguesia de Vila Maior, com a capacidade para 21 utentes que poderá ser, se necessário, aumentada para 28 utentes. Referiu tratar-se de um espaço que pertence ao Centro Social de Vila Maior, cujas obras estavam no seu término, e sobre o qual se estava a aguardar a celebração de um protocolo com a Segurança Social para fazer daquele espaço uma espécie de Centro de Dia. Fez notar que, como esse processo ainda não tinha sido concluído, aproveitou-se aquele espaço para ali montar uma estrutura de retaguarda, a qual já está a funcionar.-----

Salientou que a Câmara Municipal tem apoiado, sempre que necessário, o Hospital de São Sebastião e o ACES Feira/Arouca, ou porque acabaram os equipamentos de proteção individual, ou porque é preciso instalar uns painéis ou por qualquer outro apoio que seja preciso dar. -----

Disse, quanto ao plano de vacinação contra a gripe iniciado em setembro, que o plano de vacinação das pessoas de risco no Concelho aconteceu em duas fases, a primeira das quais até 19 de outubro, em que foram vacinados todos os profissionais de saúde e os utentes e funcionários dos lares de idosos, e, de 19 de outubro até ao final de novembro, todos as restantes pessoas de risco, pelo que, no final de novembro, toda a população identificada como de risco estava vacinada. -----





Handwritten initials and marks.

Deu nota que se pediu um reforço de 3.000 vacinas para o caso de a procura ser superior à do ano anterior e o stock existente no Concelho não ser suficiente, comunicando que essas 3.000 vacinas foram recebidas, mas que só foram necessárias pouco mais de 1.500, pelo que as restantes foram devolvidas para serem usadas onde fossem precisas. -----

Disse que, nessa altura, houve alguma polémica porque a Associação Nacional de Farmácias reivindicava que a Câmara devia suportar o custo da vacinação das pessoas, realçando que, contudo, não houve essa necessidade no Município porque todo o plano de vacinação estava desenhado desde o verão, explicando que, numa conjugação de esforços com o Centro de Saúde e com as várias Unidades de Saúde Familiar, conseguiu-se cumprir o plano tal como ele estava definido. -----

Referiu que, segundo os técnicos, o número de doentes Covid está a estabilizar, até com alguma tendência de descida, salientando que, contudo, é da opinião, mesmo não sendo especialista na matéria, que não se pode facilitar porque os números vão continuar muito altos nas próximas semanas e porque não é previsível que o fim da pandemia aconteça tão cedo. Disse que já se fala na vacina e que a vacinação maciça vai iniciar-se a partir de janeiro, mas que, enquanto tal não se concretizar, é preciso continuar a enfrentar a pandemia. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Câmara terminou a sua intervenção disponibilizando-se para responder às questões que os membros da Assembleia poderiam querer colocar no âmbito desta matéria. -----

O Sr. *Presidente da Assembleia* informou que, excecionalmente, e dada a importância do assunto, iria abrir um curto período para que fossem colocadas à Câmara as questões tidas por necessárias no âmbito desta matéria. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro *Valdemar Silva*. -----

Interveio o membro *Valdemar Silva* (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Sanguedo, que disse que, talvez por lapso, o Sr. Presidente da Câmara esqueceu-se de mencionar o centro de rastreio da Covid-19 que a Cruz Vermelha de Sanguedo implementou, em colaboração com a Junta de Freguesia de Sanguedo, já há alguns dias, no parque de São Bartolomeu. -----

Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que disse querer questionar ao Sr. Presidente



da Câmara se o mesmo acha que a estrutura de retaguarda montada na freguesia de Vila Maior será suficiente, ou se prevê que vá ser necessário montar outra estrutura, para o mesmo fim, noutro ponto do Concelho. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que pediu ao Sr. Presidente da Câmara que lhe explicasse se as unidades que vão funcionar em Santa Maria de Lamas e em Vila Maior são complementares ou se visam o mesmo fim, e se as capacidades que têm poderão ser aumentadas. -----

Referiu ainda que, a certa altura, foi aventado que o lar em Santa Maria de Lamas estava disponível, questionando se esse espaço poderá, caso se torne necessário, ser utilizado para acolher os doentes naquele período de transição entre o hospital e a casa dessas pessoas. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que tinha de manifestar publicamente que a CDU entende que têm ocorrido algumas falhas no que refere à gestão da pandemia, salientando que, ao se analisar aquilo que foi a 1.ª fase da pandemia, em março, se verifica que houve todo um conjunto de infraestruturas que estavam preparadas para dar apoio que, aquando do início da 2.ª vaga da pandemia, já não estavam ao serviço do Serviço Nacional de Saúde para dar esse apoio. Referiu que não podia deixar de fazer esta crítica, comentando que tal atraso se verificou em todo o País e que isso até pode ser considerado desleixo. -----

Disse que a pergunta que queria fazer prende-se com a questão da vacinação contra a gripe, que levantou alguma celeuma no Município, questionando se a Câmara tomou algumas medidas para que os seus funcionários que estão na faixa de risco fossem vacinados, para se protegerem da Covid-19. -----

De seguida, usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos. Disse, em relação ao proferido pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sanguedo, que o mesmo tem razão, que efetivamente existe esse centro de rastreio em Sanguedo, comentando tratar-se de uma oferta recente. -----

Referiu, respondendo à questão colocada pelo membro *Ângelo Santos*, que espera bem que as estruturas de apoio existentes no Concelho sejam suficientes, mas que dar essa certeza é quase



impossível. Fez notar que tais estruturas são articuladas com o Hospital de São Sebastião e que servem, essencialmente, para aliviar o peso que o Hospital está a sentir, acolhendo aqueles doentes que já não precisam de estar hospitalizados e que poderiam fazer o resto da recuperação nas suas casas, mas não têm retaguarda familiar ou vivem sozinhos, ou a casa onde residem não tem condições para os receber, entre outras situações. Disse considerar que o País precisa, no futuro, de pensar bem nesta situação porque, muitas vezes, os hospitais estão sobrelotados porque há pessoas que estão internadas há meses, ou até anos, sem necessitarem de estar no hospital, realçando que tais pessoas deviam estar em unidades de cuidados continuados. -----

Quanto à estrutura de retaguarda montada em Vila Maior disse que, conforme já informou, a mesma tem, neste momento, uma capacidade para 21 utentes, permitindo ampliar para 28, dizendo admitir que, numa situação extrema, se possa aproveitar mais algum espaço, mas que a impressão que tem é que a capacidade instalada vai ser suficiente até porque tem a expectativa que, durante o mês de janeiro, os números da pandemia não irão aumentar muito. -- Relativamente à questão colocada pelo membro Sérgio Cirino, sobre se as unidades a funcionar em Santa Maria de Lamas e em Vila Maior são complementares, esclareceu que o que existe em Santa Maria de Lamas é um centro de atendimento e de realização de testes à Covid-19. Disse que, anteriormente, o centro de atendimento a doentes Covid estava a funcionar na unidade de saúde de Rio Meão, mas que, para que aquela unidade retomasse o seu funcionamento normal, o mesmo foi transferido para Santa Maria de Lamas, estando a funcionar no antigo Centro de Diagnóstico Pneumológico de Santa Maria de Lamas. Frisou que, portanto, a estrutura existente em Santa Maria de Lamas serve para atender doentes Covid e também para fazer testes à Covid, e não para acolher pessoas. -----

Sobre se o lar de idosos em Santa Maria de Lamas foi pensado para o acolhimento de pessoas disse que, numa primeira fase, foi um dos sítios identificados, até porque o novo lar de idosos de Santa Maria de Lamas estava a ser concluído e, inclusivamente, já se estavam a mudar os utentes para esse novo lar. Referiu que, contudo, o espaço existente em Vila Maior tinha a grande vantagem de ser uma infraestrutura totalmente nova, com melhores condições, que nem sequer estava mobilada e que ainda não tinha sido inaugurada, pelo que a escolha recaiu sobre esse espaço. Informou que não está previsto usar o antigo lar de Santa Maria de Lamas, mas que, se houver uma situação de absoluta necessidade ou de rutura, ter-se-á de recorrer a



3. //  
91

ele. -----  
Em relação à questão colocada pelo membro Filipe Moreira sobre a vacinação contra a gripe, disse que não foi feita nenhuma distinção entre os funcionários da Câmara e todas as outras pessoas do Município porque foi entendido que devia haver total igualdade, acrescentando que todas as pessoas maiores de 65 anos, que integram o grupo de risco, foram vacinadas, que só não foi quem não quis porque a vacina não é obrigatória. -----

Referiu que, no Concelho, todas as pessoas têm médico e enfermeiro de família, que existem várias Unidades de Saúde Familiar e que o território tem, em termos de cobertura no que respeita a cuidados de saúde primários, talvez a melhor do País, realçando que isso permitiu planear com tempo e fazer a vacinação a todos, fossem funcionários da Câmara ou de qualquer empresa privada. -----

Em relação à polémica que se levantou, no início, quanto à vacinação, informou que aquilo que acontece é que, na zona Sul do País, principalmente em Lisboa, a vacinação é, de facto, muito feita através das farmácias. Salientou que, no Norte, e particularmente no que respeita ao Concelho de Santa Maria da Feira, como o território tem enfermeiro e médico de família para todos, não necessita de recorrer às farmácias. Disse que algumas farmácias telefonaram a mostrar disponibilidade para fazer o serviço e que lhes foi transmitido que não era necessário porque, para além de haver o stock de vacinas considerado necessário, toda a máquina de profissionais de saúde estava pronta para dar a vacina, e que foi assim que aconteceu. -----

Realçou que, de facto, houve alguma polémica no início, que ele próprio foi muito pressionado até porque o Concelho aparecia numa lista dos pobrezinhos que não estavam a pagar a vacina nas farmácias, comentando que, na altura, ficou um pouco aborrecido porque, quando muitos municípios queriam começar a vacinar, em Santa Maria da Feira já estava quase toda a gente vacinada. -----

Disse que situação similar já tinha ocorrido aquando da primeira fase dos testes à Covid-19, recordando que, em abril passado, toda a gente reclamava, e bem, que se devia testar todas as pessoas dos lares de idosos, quando muitos não sabiam que praticamente todos os utentes e funcionários dos lares do Concelho já tinham sido testados, para além da questão de que, nessa altura, havia falta de testes. -----

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara salientou que, na vacinação contra a gripe, aconteceu a mesma coisa, realçando que é tudo uma questão de planeamento. -----



Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* informou da existência de 9 documentos para serem apreciados neste Período de Antes da Ordem do Dia – 3 recomendações, 1 voto de repúdio e 1 voto de saudação do CDS-PP; assim como 3 recomendações e 1 voto de saudação do BE – que, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão e que foram enviados, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia. Informou que concederia a palavra aos proponentes dos documentos para fazerem a apresentação dos mesmos e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais para se pronunciarem sobre tais documentos. -----

Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP), que apresentou e explanou os documentos que, seguidamente, se transcrevem: -----

“RECOMENDAÇÃO – INCENTIVO AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS-----

Tendo em conta a situação em que vivemos atualmente, o estado de calamidade pública e de pandemia no nosso território, que nos afeta a todos, a importância do Bombeiro Voluntário, torna-se cada vez mais imprescindível para a nossa sociedade. -----

A bancada do CDS, mais uma vez vêm reiterar a importância da criação de um regulamento de benefícios para os Bombeiros Voluntários do nosso Concelho. -----

Apesar de já termos apresentado uma recomendação em 6 de abril de 2018, lamentamos que o nosso Município ainda não tenha concretizado esse mesmo regulamento. -----

Por esse motivo, voltamos a apresentar uma recomendação que contém uma série de benefícios atribuídos pelo Município:-----

- Desconto do uso de instalações municipais (ex. piscinas, pavilhões, etc.).-----
- Descontos no acesso a eventos organizados pela Câmara e Feira Viva. -----
- Isenção de taxas nas licenças de construção ou ampliação de habitação própria. -----
- Isenção de IMI ou redução de 50%. -----
- Tarifário social de utilizadores de água e saneamento. -----
- Redução de mensalidades no âmbito do ensino pré-escolar e do primeiro ciclo. -----
- Prioridade na atribuição de habitação social.” -----

“RECOMENDAÇÃO – LIGAÇÃO ENTRE ARRIFANA E ESCAPÃES -----

A rua Nuno Álvares Pereira que faz ligação com a rua de Manhouce em Arrifana e rua da



Granja em Escapães, há vários anos que se encontra em piso com terra batida.-----  
É uma via de ligação entre as duas freguesias que poderia ser muito útil, devido à sua  
localização geográfica, mas encontra-se com piso impróprio para a circulação de pessoas e  
viaturas.-----

Como elo de ligação e via estruturante de ambas freguesias, não deixa de ser uma via de  
responsabilidade do Município, nesse sentido recomendamos ao Executivo que tome as  
diligências necessárias para a resolução e efetivação de pavimentação da mesma rua em  
questão.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 5 de dezembro de 2020,  
recomenda à Câmara Municipal: -----

1 - Que proceda às diligências necessárias para que a rua Nuno Álvares Pereira possa ter  
condições de circulação tanto para peões como para viaturas.”-----

“RECOMENDAÇÃO – CRIAÇÃO DE UM PLANO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO E COMBATE AOS  
PROBLEMAS DE SAÚDE MENTAL DO CONCELHO DE SANTA MARIA DA FEIRA -----

No passado dia 10 de outubro assinalou-se o Dia Internacional da Saúde Mental. -----

A saúde mental é um flagelo transversal a toda a sociedade que se traduz num sofrimento  
silencioso que nos deve preocupar e, por conseguinte, mobilizar.-----

Todos os anos, 165 milhões de pessoas na Europa são afetadas por uma doença ou  
perturbação mental estimando-se que, em 2030, as perturbações por depressão deverão ser a  
maior causa de carga global de doença.-----

Portugal é o segundo país da Europa com maior prevalência de doenças psiquiátricas e mais  
de um em cada cinco portugueses sofrem de uma perturbação psiquiátrica. Em 2019, 8% da  
nossa população apresentava sintomas depressivos sendo que 70% das pessoas diagnosticadas  
não têm acesso a cuidados de saúde adequados.-----

Constituindo-se como umas das maiores preocupações da sociedade portuguesa, a saúde  
mental é também um dos maiores desafios a longo prazo. Nos últimos tempos, devido ao  
impacto avassalador da pandemia, temos assistido, com inquietação, a um agravamento  
considerável da situação e, subseqüentemente, ao aumento da procura no acesso aos cuidados  
de saúde mental.-----

Segundo os recentes dados divulgados pela Organização Mundial da Saúde, “a pandemia



suspendeu os serviços de saúde mental em 93% de países do mundo”. Efetivamente, o inquérito, recentemente realizado em 130 países, identificou os tipos de serviços que foram interrompidos e como os países se estão a adaptar para superar esses desafios.-----

O CDS de Santa Maria da Feira, preocupado por esta situação e com o agravamento devido ao efeito da realidade vivida hoje, achamos de maior importância a elaboração de um Plano Municipal de prevenção e combate os problemas de saúde mental no nosso Concelho. -----

Ao abrigo do disposto n.º 1 e alínea b) do n.º 2 ambos do art.º 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o deputado municipal do CDS-PP de Santa Maria da Feira, propõe à Assembleia Municipal que delibere:-----

1 - Criar um Plano Municipal de Prevenção e Combate aos Problemas de Saúde Mental no Concelho de Santa Maria da Feira, que permita prevenir, sensibilizar, acompanhar e responder às necessidades essenciais das pessoas com perturbações deste foro.-----

2 - Estabelecer protocolos com entidades do setor social e privado do Concelho de Santa Maria da Feira, de forma a encontrar vagas para os doentes que não consigam encontrar resposta adequada no SNS.”-----

-----  
“VOTO DE REPÚDIO – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES -----

O Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres assinala-se anualmente a 25 de novembro. Esta data foi instituída pela Resolução 52/134 da ONU. O seu propósito é alertar para este grave problema que atinge as mulheres, tanto em sua casa como no local de trabalho, quer a nível psicológico ou físico.-----

Esta data visa alertar a sociedade para os vários casos de violência contra as mulheres, onde contempla também os casos de abuso ou assédio sexual. -----

A União Europeia está fortemente comprometida em prevenir e condenar qualquer crime desta natureza, levando a efeito uma mobilização com os seus parceiros a nível institucional, procurando reforçar os quadros jurídicos e o apoio às vítimas. -----

Uma das iniciativas é o «Plano de Ação da UE em matéria de Igualdade de Género 2021-2025». Este plano visa fomentar a cooperação entre Estados-membros, UE, e organizações da sociedade civil em questões de igualdade de género. Promove também o acesso universal a cuidados de saúde (especialmente em matérias de direitos sexuais e reprodutivos), à educação e ao acesso a cargos de liderança. Destaca-se ainda a inclusão da perspetiva da mulher em



G.  
[Handwritten signature]

novos domínios estratégicos, como a transição ecológica e a transformação digital.-----

Assim, o Grupo Municipal do CDS-PP propõe à Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 5 de dezembro de 2020 que: -----

1 - A Assembleia municipal deve condenar a prática de violência doméstica publicamente, contra mulheres e crianças. -----

2 - Promover ações de sensibilização com as entidades competentes junto das comunidades mais jovens contra a violência no namoro. -----

3- Reforçar a vigilância contra a violência doméstica e o impacto negativo que a pandemia COVID-19 trouxe para quem é vítima deste crime.” -----

-----  
“VOTO DE SAUDAÇÃO – 45 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO -----

No ano em que se assinala o 45.º aniversário do 25 de Novembro, a Assembleia da República volta a evocar simbolicamente a importância histórica da vitória do movimento democrático que garantiu que o espírito das instituições e da democracia representativa prevalecesse, reconduzindo Portugal a um curso institucional de normalidade e abrindo caminho para a democracia moderna e pluralista que hoje usufruímos. -----

Comemorar o 25 de Novembro, data a que a esmagadora maioria dos democratas adere, é reafirmar o compromisso desta Assembleia com os princípios universais da liberdade de expressão, do pluralismo partidário e das eleições livres. -----

A 25 de Novembro de 1975, o povo português colocou-se do lado da liberdade contra a tentativa de substituir uma ditadura por uma outra de sinal contrário. -----

Conforme recordou um grupo de cidadãos, oriundo de vários setores da sociedade civil, que se uniu na promoção das comemorações dos 40 anos desta efeméride: “O 25 de Novembro não foi uma tentativa de contrariar, mas sim de repor o 25 de Abril”. -----

De facto, hoje como no passado, pode-se afirmar, de forma esclarecida, que o 25 de Novembro determinou a vontade do povo português em caminhar sobre os trilhos da liberdade, que o 25 de Abril anunciara. -----

Ocupam um lugar de destaque, nesta evocação, os Generais Ramalho Eanes e Jaime Neves, cuja coragem e determinação foram decisivas para travar o processo revolucionário; e os líderes dos partidos democráticos, PS, PSD e CDS, pelo seu compromisso inquebrantável com os valores da liberdade e da democracia. -----





Assim, o Grupo Municipal do CDS-PP propõe à Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 5 de dezembro de 2020 que: -----

Aprove um voto de saudação dedicado a todos aqueles que, em 25 de Novembro de 1975, colocaram novamente Portugal na senda da Democracia, da Paz e da Liberdade iniciada a 25 de Abril de 1974. Dar solene testemunho da nossa gratidão a todos os que souberam, com notável aprumo militar e grande coragem moral, cumprir o seu dever, bem como prestar comovida homenagem àqueles que tombaram em defesa da liberdade.”-----

-----  
Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE), que apresentou e explanou os documentos que, seguidamente, se transcrevem:-----

“RECOMENDAÇÃO – PLANO DE RESPOSTA À CRISE ECONÓMICA-----

As medidas de combate à pandemia da Covid-19 resultaram na abrupta paragem da economia. As pessoas recolheram às suas casas e os negócios fecharam portas, representando uma perda de rendimentos enorme, e muitas empresas despediram à primeira oportunidade. O resultado deste cenário é uma das maiores crises económicas desde 2008, com os efeitos a fazerem-se sentir nos próximos anos. -----

Responder agora à retoma da economia é garantir o futuro. Sem anúncios eleitoralistas, sem medidas programáticas vazias. Para o Bloco de Esquerda, este não é um tempo de anúncios. É tempo de garantir um orçamento que serve as pessoas. Que responde à realidade. É tempo de assumir propostas concretas, delineadas e pensadas. -----

A pandemia trouxe consigo os despedimentos, os encerramentos, os cancelamentos e a paragem de toda a atividade económica. Milhares foram despedidos desde março, outros tantos trabalhadores informais ficaram sem rendimentos, os artistas viram os seus espetáculos cancelados e muitos negócios locais fecharam portas. Os resultados são preocupantes: acumulação de dívida dos negócios, perdas de rendimentos e encerramentos irreparáveis para a economia do concelho. -----

Na resposta à crise pandémica, todos fizeram o que lhes competia. É agora a hora da Câmara Municipal fazer o que lhe compete na resposta à crise económica: proteger o emprego, auxiliar os comerciantes e os artistas e reforçar a economia local. -----

A Câmara Municipal faz dos anúncios a sua imagem de marca e fala na importância do pleno emprego, da cultura e do comércio local. Tem, agora, uma oportunidade de aprovar um plano



*[Handwritten initials and signature]*

que reforça de forma inequívoca a retoma da economia e ajuda eficazmente os feirenses e os seus negócios.-----

O Bloco procurou essa resposta no Orçamento e, sem surpresa, não encontrou medidas de apoio capazes de responder à gravidade do tempo que vivemos. O otimismo aliou-se ao eleitoralismo e os resultados serão trágicos. Por isso, e perante a inoperância e a incompetência da autarquia, o Bloco apresenta neste documento um conjunto de medidas que respondem à crise económica que já se instalou.-----

Estas medidas garantem a sobrevivência do comércio local, a manutenção de postos de trabalho, os rendimentos dos artistas e apoiam os setores mais afetados por esta pandemia, garantindo uma saída reforçada desta preocupante situação. O voto favorável destas propostas é a única solução que defende o concelho e as pessoas.-----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária, a 5 de dezembro de 2020, recomenda:-----

- 1 - Fazer com que todas as empresas que se localizem no concelho com apoios públicos municipais ou que usufruam de infraestruturas financiadas pelo dinheiro público fiquem impedidas de recorrer à precariedade e fiquem obrigadas a uma responsabilidade social acrescida, nomeadamente no não despedimento de trabalhadores;-----
- 2 - Criação de um Fundo de Garantia para apoio ao comércio local, com sede no concelho, que tenham uma quebra de atividade de pelo menos 25% em homóloga;-----
- 3 - Reforço imediato do Programa de Apoio à Cultura em 150 mil euros, garantindo financiamento aos artistas registados no concelho de forma a garantir a sua subsistência e a continuidade da produção artística;-----
- 4 - Perante a perda de rendimentos dos artistas locais deve ser fomentada a criação de conteúdo para retoma da atividade aumentando a comparticipação prevista no PAPC para 100% das produções culturais;-----
- 5 - Criação de um programa de descontos no comércio local, suportado por uma dotação no Orçamento Municipal, com o objetivo de, aquando da reabertura total dos vários setores, possam ser emitidos vales de desconto para incentivar o consumo no comércio concelhio."-----

-----  
"RECOMENDAÇÃO – PLANO DE RESPOSTA À CRISE SOCIAL-----

A Covid-19 trouxe consigo uma série de inesperadas e avassaladoras consequências que



*Handwritten signature and initials*

deram origem a uma das maiores crises sociais dos últimos anos. Os efeitos desta crise vão ser sentidos nos próximos anos e a resposta dada agora, determina o sucesso da recuperação no futuro. Para o Bloco de Esquerda, este não é um tempo de anúncios.-----

Um orçamento municipal assente apenas em medidas programáticas é um orçamento que não serve as pessoas. Que não responde à realidade. É tempo de assumir propostas concretas, delineadas e pensadas, de forma a responder às pessoas. -----

As consequências desta pandemia foram agravadas porque esta foi utilizada como desculpa para aplicar uma autêntica selvajaria no contexto laboral, com milhares de despedimentos desde março e que atiraram para o desespero tantas famílias que viram os seus rendimentos diminuírem, impor férias aos trabalhadores, ilegalidades no lay-off, etc. Os resultados são preocupantes: acumulação de dívida das famílias, escassez de bens essenciais e insuficiência económica generalizada. -----

Esta crise social é nacional, é certo. Mas é também uma realidade que afeta, particularmente, o concelho de Santa Maria da Feira devido à tipologia do seu tecido empresarial, à sua densidade populacional e às práticas que vigoram nas empresas a operar no concelho. -----

Esta é a realidade no concelho: precariedade, despedimentos, salários baixos e constantes ameaças à segurança e bem-estar dos trabalhadores. Sobre este assunto, o Executivo nada diz e nada propõe. -----

Mas não só no emprego se fazem notar os impactos da pandemia. O isolamento agravou problemas existente de saúde mental, situação de solidão dos idosos e colocou em causa a garantia de oportunidades para os jovens do concelho. -----

Perante a inoperância e a incompetência da autarquia, o Bloco apresenta neste documento um conjunto de medidas que respondem à crise social resultante da pandemia. Estas medidas defendem os rendimentos das famílias, apoiam os munícipes e garantem uma saída reforçada desta preocupante situação. O voto favorável destas propostas é a única solução que defende o concelho e as pessoas. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária, a 5 de dezembro de 2020, recomenda:-----

- 1 - Aplicação imediata do tarifário social da água no concelho; -----
- 2 - Criação de um programa de emergência social, durante o ano de 2021, com uma dotação orçamental de 800 mil euros, com o objetivo de auxiliar as famílias no pagamento de despesas



*[Handwritten signature]*

- inadiáveis e essenciais a agregados familiares que tenham perdido rendimentos; -----
- 3 - Reforço de 200 mil euros para a dotação do programa “Cuidar de Quem Cuida” de forma a responder de forma eficaz, e abrangente, à realidade de todos os cuidadores informais no concelho; -----
- 4 - Criação do Programa Oficina Domiciliária, que consiste num programa de pequenos concertos em habitações dos munícipes com carência económica; -----
- 5 - Criação de um Programa de Participação na Aquisição de Medicamentos, para munícipes confrontados com a situação de incapacidade de fazer face aos custos da medicação que necessitam; -----
- 6 - Reforço da dotação destinada às Bolsas de Estudo em 200 mil euros, garantindo que nenhum aluno é obrigado a abandonar o Ensino Superior devido à perda de rendimentos.” -----

“RECOMENDAÇÃO – PELA TRADUÇÃO EM LÍNGUA GESTUAL PORTUGUESA DAS TRANSMISSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

Considerando que: -----

1. A Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada por Portugal, prevê no Artigo 29.º, relativo à participação na vida política e pública que: -----
- “Os Estados partes garantem às pessoas com deficiência os direitos políticos e a oportunidade de os gozarem, em condições de igualdade com as demais pessoas, e comprometem-se a: -----
- a) Assegurar que as pessoas com deficiências podem efetiva e plenamente participar na vida política e pública, em condições de igualdade com os demais, de forma direta ou através de representantes livremente escolhidos, incluindo o direito e oportunidade para as pessoas com deficiência votarem e serem eleitas; -----
- i) Garantindo que os procedimentos de eleição, instalações e materiais são apropriados, acessíveis e fáceis de compreender e utilizar”. -----
2. A situação vivida pelo país e no Mundo devido à pandemia do COVID-19 e todo o esforço imposto a todas e todos os Portugueses no sentido de não saírem de casa e terem precauções de higiene, de não se aglomerarem em espaços fechados e diminuírem o contato físico ao máximo; -----
3. A 15 de novembro se assinalou o Dia Nacional da Língua Gestual Portuguesa, que visa chamar a atenção para o direito das pessoas surdas terem acesso a todas as -----



*[Handwritten initials and signature]*

informações/comunicações através de um sistema de representação constituído por palavras e por regras oficial e legalmente reconhecido;-----

4. Enquanto órgão deliberativo, a Assembleia Municipal é fundamental na aprovação das decisões tomadas pelo executivo municipal;-----

5. As reuniões da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira continuam a ser feitas em regime on-line e são transmitidas em direto por vídeo através da internet; -----

6. O princípio democrático de transparência nas decisões dos órgãos públicos e da participação de todas e todos os cidadãos/cidadãs nas decisões tomadas pelos mesmos. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária, a 5 de dezembro de 2020, delibera: -----

1. Garantir a existência de intérprete de Língua Gestual Portuguesa, nas transmissões das suas reuniões plenárias, assegurando-se assim o direito à participação na vida política e pública às pessoas surdas ou com algum tipo de incapacidade auditiva; -----

2. Saudar o dia 15 de novembro, Dia Nacional da Língua Gestual Portuguesa, e todas as pessoas surdas, bem como pugnar pela implementação de medidas que permitam cumprir o direito a autonomia e autodeterminação da comunidade surda no concelho.” -----

-----  
“VOTO DE SAUDAÇÃO – DIA INTERNACIONAL PELA ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES-----

A 25 de novembro o mundo assinalou a luta pela eliminação da violência contra as mulheres. - É uma luta que registou mundialmente muitos avanços, mas que persiste inacabada. Ainda vivemos numa sociedade culturalmente marcada pelo sexismo em que a brutalidade da dominação masculina se traduz em diversas formas de discriminação e violência que carregam uma indiscutível marca de género. -----

A pandemia que atravessamos trouxe dificuldades acrescidas à prevenção e ao combate a estas violências, em especial à violência nas relações de intimidade e aos femicídios. O confinamento reforçou o isolamento de muitas mulheres e aprofundou a sua vulnerabilidade às estratégias de dominação dos agressores tornando mais difícil e arriscado pedir ajuda. -----

Em Portugal, de acordo com os dados preliminares do Observatório das Mulheres Assassinadas da UMAR, em 2020, já foram assassinadas 30 mulheres, 16 em contexto de relações de intimidade e registaram-se 43 tentativas de femicídios. Há agora mais 21 crianças



órfãs vítimas da violência contra as mulheres.-----  
Na Europa, uma em cada três mulheres já foi vítima de violência física e/ou sexual. 80 % das vítimas de tráfico a nível da União Europeia são mulheres. Nos países em vias de desenvolvimento, uma em cada três raparigas casa antes de atingir 18 anos de idade.-----  
São violências abjetas, que rasgam a sociedade e cujas feridas são ainda mais profundas quando se fala de mulheres negras, ciganas, migrantes, trans, lésbicas, com deficiência e tantas outras multiplamente excluídas e discriminadas na sociedade.-----  
Eliminar a violência contra as mulheres e as raparigas é condição para a igualdade de género e tem de ser um esforço coletivo e internacional. No passado dia 25 de novembro, em Lisboa, concentraram-se centenas de mulheres para reclamar o fim da violência contra as mulheres que já tirou a vida a 30 mulheres só este ano e pedir políticas públicas de combate às desigualdades profundas e por uma justiça livre de discriminação. -----  
A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária, a 5 de dezembro de 2020, delibera:-----

1. Saudar as iniciativas do dia 25 de novembro e o trabalho de todos e todas aquelas que fazem da luta pela eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres condição fundamental para o respeito pelos Direitos Humanos e para uma sociedade livre, democrática e igualitária.”-----  
-----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que não há dúvida de que, a seguir à crise sanitária que se atravessa, vem uma crise de várias ordens que demorará vários anos a recuperar ou, pelo menos, a conseguir atingir os valores da economia tidos no início de 2020. Referiu que, daí, a CDU entende que é muito necessário ter todas as ferramentas que possam ser utilizadas no combate às crises que se avizinham, comentando que algumas delas já se começaram a sentir, nomeadamente pelos empresários, pelas micro e pequenas empresas do Município, assim como pelas muitas famílias que perderam muito dos seus rendimentos. ---  
Disse que também se verifica que as mulheres continuam a ser as mais afetadas nesta crise, comentando que, nesta semana, foi publicado um estudo que mostrou que foram elas que tiveram a maior perda de rendimentos no País, assim como mostrou que Portugal é um dos países mais afetados, a nível de perda de rendimentos, da Europa. Salientou que, portanto, iria votar favoravelmente, evidentemente, as recomendações do BE sobre o plano de resposta à



*[Handwritten initials and signature]*

crise económica e sobre o plano de resposta à crise social. -----

Referiu que, em relação à recomendação pela tradução em Língua Gestual Portuguesa das transmissões da Assembleia Municipal, também a iria votar a favor, alertando ainda que as plataformas usadas para transmitir as sessões nas redes sociais já permitem a criação de legendas automáticas, comentando que, com o desenvolvimento tecnológico, as legendas criadas são muito fidedignas face ao que é dito pelos oradores. -----

Relativamente aos votos pela eliminação da violência contra as mulheres e sobre a violência doméstica contra as mulheres, fez notar que, evidentemente, os iria votar a favor. Ressalvou que a violência doméstica não é somente sobre as mulheres e que muitos estudos têm mostrado precisamente isso, mas que, efetivamente, as mulheres continuam a ser as maiores vítimas da violência doméstica. -----

Sobre o voto de saudação ao 25 de Novembro disse que o iria votar contra, evidentemente, até porque a CDU considera que ainda é feita uma análise muito partidária desse momento histórico. Disse ter passado na televisão um documentário muito interessante, já com alguns anos, sobre os elementos que estavam de ambos os lados, o qual mostrou que um dos oficiais, que chegou a estar preso, proferiu uma mensagem que dizia que os revoltosos estavam dentro dos quartéis e que os libertadores da pátria, que tinham até andado a distribuir armas pela população civil, é que estavam do lado de fora e é que dispararam sobre os que estavam dentro do quartel, vitimando militares que eram evidentemente inocentes, comentando que o País se esqueceu de homenagear essas vítimas. -----

Em relação à recomendação sobre o combate aos problemas de saúde mental disse não haver dúvida que a pandemia de Covid-19 agravou a situação, referindo que Portugal, antes da crise pandémica, já não tinha infraestruturas para dar solução ao problema e que, agora, com a questão do isolamento devido à pandemia, a situação agravou-se. Deu nota que a CDU está preocupada com isso, pelo que iria votar a favor, evidentemente, tal recomendação. -----

Informou que também iria votar a favor a recomendação sobre a ligação entre Arrifana e Escapães. -----

Quanto à questão dos incentivos aos bombeiros disse que a CDU também já trouxe a esta Assembleia Municipal, por diversas vezes, esta matéria, pois entende que é necessário haver um maior apoio aos bombeiros do Município, o qual poderá passar por algumas das medidas, ou todas, que constam do documento apresentado pelo CDS-PP. -----



Concluindo a sua intervenção o membro Filipe Moreira lembrou que, nessas ocasiões, foi dito que a Câmara estaria a preparar um documento nesse sentido, mas que, até ao momento, o mesmo não foi submetido a aprovação, pelo que ainda não se sabe se tais incentivos irão no seguimento daquilo que tanto o CDS-PP como a CDU têm vindo a defender. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por informar que o grupo municipal do PS iria votar favoravelmente o voto de saudação apresentado pelo BE em relação à eliminação da violência contra as mulheres, assim como o voto de repúdio à violência doméstica contra as mulheres, apresentado pelo CDS-PP. Disse querer acrescentar, sobre esta matéria, que considera que se deve começar a recriminar e a tentar extinguir a violência doméstica sem fazer discriminação do género, comentando que, para além das mulheres, existem crianças e idosos que também são vítimas deste tipo de violência. Referiu que, apesar de achar que não há mal em discriminar positivamente as mulheres, entende que é preciso começar a dar enfoque a todas as formas de violência e de opressão de pessoas que, muitas vezes, estão numa posição de subjugação em relação a outras, sejam elas mulheres, idosos ou crianças, frisando que a eliminação da violência doméstica é um requisito da evolução histórica. -----

Sobre as duas recomendações apresentadas pelo BE a propósito dos planos de resposta à crise disse que, realmente, é importante que haja um plano de resposta e que esse deve ser setorial porque a crise não é igual para todos os setores de atividade, realçando que enquanto uns deixaram praticamente de funcionar, outros até trabalharam mais devido à pandemia. Informou que o grupo municipal do PS iria votar favoravelmente essas duas recomendações, tanto a respeitante ao plano de resposta à crise económica como a respeitante ao plano de resposta à crise social. -----

Referiu, em relação à recomendação pela tradução em Língua Gestual Portuguesa das transmissões da Assembleia Municipal, que o grupo municipal do PS também a iria votar a favor, e que até sugeria que, se possível, fosse celebrado um protocolo com uma instituição concelhia desta área de atividade para fazer a tradução, pois era uma forma de a ajudar. -----

Em relação à recomendação apresentada pelo CDS-PP sobre os incentivos aos bombeiros disse que o grupo municipal do PS a iria votar a favor, mas que entende que, tal como abordado pelo membro Filipe Moreira, mais importante do que a aprovação da recomendação





114  
S. J.

é efetivamente criar o regulamento de apoio social aos bombeiros voluntários. -----  
Disse achar que a sociedade tem uma dívida de gratidão para com os bombeiros, para com estes homens e mulheres que, muitas vezes, não dormem em casa, não passam o fim de semana em casa e que estão sempre disponíveis para, quando recebem a chamada, irem acudir as pessoas, pondo até a sua saúde e integridade física em causa. Referiu que era fundamental que houvesse um regulamento onde se pudesse incluir as medidas propostas pelo CDS-PP, e outras que ainda não existem, comentando que, por exemplo, não se pode aplicar o tarifário social da água uma vez que ele nem sequer existe no Concelho. -----  
Sobre a medida da isenção de IMI disse ser da opinião que era melhor os bombeiros pagarem o IMI e, depois, lhes ser devolvida a respetiva verba pelo Município porque, desse modo, toda a gente pagava, tendo os bombeiros o direito à devolução. -----  
Informou, de seguida, em relação à recomendação para pavimentação da ligação entre Arrifana a Escapães, que foi ver a rua e que, realmente, entende que seria fundamental a mesma ter um pavimento digno, em vez de ser em terra batida. Disse que já existem poucas ruas no Concelho nessas circunstâncias, e que essa era mais uma a eliminar. -----  
Quanto à recomendação sobre a prevenção e combate aos problemas de saúde mental, fez notar que, evidentemente, o grupo municipal do PS também a iria votar a favor. -----  
Prosseguindo a sua intervenção o membro Sérgio Cirino aludiu ao voto de saudação apresentado pelo CDS-PP, a propósito dos 45 anos do 25 de Novembro, para dizer que regista a evolução que o mesmo sofreu em relação ao apresentado em 2019, realçando que o texto é mais alargador no âmbito, que já apela um pouco mais à democracia e à tentativa de, eventualmente, tentar corrigir algum excesso que tenha havido após o 25 de Abril. -----  
Referiu que, certamente, houve muitos episódios que não são conhecidos pela generalidade das pessoas, comentando que aqueles tempos eram pródigos em acontecimentos que não estão sempre a ser lembrados, acrescentando que, apesar de ter consciência da importância do 25 de Novembro, o grupo municipal do PS iria votar contra esse voto de saudação, parafraseando o capitão de Abril, Vasco Lourenço, quando disse que os acontecimentos e as datas que unem os portugueses é que devem ser comemorados, como é o caso do 25 de Abril. Disse que, como realçou o membro Filipe Moreira, existem acontecimentos e datas que dividem, salientando que o 25 de Novembro ainda representa uma divisão, havendo uma tentativa de políticos de Direita e de Esquerda de se apropriarem dessa data, quando as revoluções e as



Handwritten initials and marks, including a circled '5' and a signature.

respetivas correções pertencem a todos. -----  
Concluindo a sua intervenção o membro Sérgio Cirino reafirmou que o grupo municipal do PS iria votar contra o voto de saudação porque, apesar de reconhecer a importância que teve o 25 de Novembro na consolidação da democracia e até no evitar da ditadura, não quer que haja uma concorrência para apropriação desse momento, e porque entende que a data a celebrar é o 25 de Abril porque foi nessa data que se deu a Liberdade, tendo o 25 de Novembro sido um acontecimento de correção. -----

-----  
Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que começou por dizer que tanto a recomendação sobre o plano de resposta à crise económica como a recomendação sobre o plano de resposta à crise social são demagogia pura porque a Câmara está a fazer tudo o que pode para ajudar todos os que precisam e todos os que tiveram a infelicidade de ter de recorrer a ajuda, por já não conseguirem suportar a vida que levavam anteriormente. -----

Referiu que a Câmara tem feito um esforço muito grande, em rede, em todo o Concelho, pelo que considera tais recomendações como pura demagogia, comentando que o Bloco de Esquerda apenas quer aparecer a dizer que está a favor de tudo o que mexe, mas que não tem a noção do esforço que está a ser feito e daquilo que tem sido realizado pela Câmara, através dos seus serviços de ação social, num trabalho realizado em conjunto com a rede de ação social constituída no Concelho, que inclui as IPSS. Informou que o grupo municipal do PSD ia votar contra essas recomendações. -----

Fez notar, em relação ao voto de saudação pelo Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, que, apesar de reconhecer que as mulheres são mais sacrificadas na violência, subscreve que se deve condenar todo o tipo de violência. Informou que, naturalmente, o grupo municipal do PSD iria votar favoravelmente esse voto de saudação. -----

Disse, sobre a recomendação pela tradução em Língua Gestual Portuguesa das transmissões da Assembleia Municipal, que, apesar de ter consciência que poucas ou nenhuma pessoa irão beneficiar dessa medida, o grupo municipal do PSD iria votar favoravelmente a recomendação porque é favorável à igualdade. -----

Em relação ao voto de saudação aos 45 anos do 25 de Novembro, referiu até ficar estupefacto com a posição do Partido Socialista de votar contra apesar de reconhecer a importância que



esse momento teve para se conseguir a Liberdade. Disse achar incrível que a geringonça consiga ter influência de modo a que o Partido Socialista esqueça o esforço de Mário Soares e de muita gente do Partido Socialista, que lutaram pela liberdade contra o Partido Comunista e contra aqueles que, hoje, constituem o Bloco de Esquerda, como o PSR, UDP e outros. Realçou que o Partido Socialista está a esquecer o medo que os portugueses tinham de voltar a ter uma ditadura bem pior do que aquela que tiveram durante 48 anos, ressaltando que foi isso que esteve em jogo no 25 de Novembro, acrescentando que foram os defensores da democracia e da liberdade que conseguiram a liberdade que hoje existe. Informou que o grupo municipal do PSD iria votar favoravelmente esse voto, saudando a iniciativa do CDS-PP de ter trazido este voto de saudação à Assembleia Municipal.-----

Sobre a recomendação relativa ao incentivo aos bombeiros voluntários disse que a Câmara, realmente, já podia ter apresentado o regulamento em questão. Disse saber que o mesmo está em elaboração, que é uma pena que ainda não esteja em prática, acrescentando que espera que a Câmara, rapidamente, apresente esse regulamento. Referiu que o grupo municipal do PSD é, naturalmente, favorável a que haja incentivos para os bombeiros voluntários do Concelho, mas que também tem dúvidas quanto à legalidade de algumas das propostas que constam da recomendação, dizendo ser só por essa razão que a iria votar contra.-----

Disse, em relação à recomendação respeitante à ligação entre Arrifana e Escapães, que conhece aquela zona, acrescentando que é preciso ter em atenção que existem Juntas de Freguesia nas duas freguesias e que ambas nunca consideraram aquela obra prioritária. Informou que, por essa razão, o grupo municipal do PSD iria votar contra essa recomendação, acrescentando que se fosse realmente prioritária qualquer uma das Juntas de Freguesia já tinha proposto à Câmara que essa obra fosse feita. -----

Sobre a criação do plano municipal de combate aos problemas de saúde mental disse lhe parecer que, por vezes, as pessoas se esquecem de quais são as atribuições do Município e quais são as atribuições do Governo Central, acrescentando que o Município não se deve intrometer naquilo em que não tem competência, que o que pode fazer é tentar que o Governo Central faça aquilo que lhe compete, tanto em termos de Saúde como noutras áreas. Informou que o grupo municipal do PSD iria votar contra essa recomendação.-----

Concluindo a sua intervenção o membro José Manuel Leão disse, a respeito do voto de repúdio apresentado pelo CDS-PP sobre a violência doméstica, que, por aquilo que disse a



*[Handwritten signature]*

respeito do voto apresentado, no mesmo âmbito, pelo Bloco de Esquerda, o grupo municipal do PSD também iria votar favoravelmente essa proposta do CDS-PP. -----

-----  
Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que começou por dizer que o CDS-PP comunga de muitas das preocupações que constam das recomendações do BE a propósito do plano de recuperação à crise económica e do plano de recuperação à crise social, mas que, porque não conseguiu compreender qual a base usada pelo BE para ter chegado aos valores apontados em relação a alguns dos apoios propostos, se iria abster. Frisou que, apesar da abstenção, o CDS-PP também está preocupado com todo o problema económico que existe no Concelho e na Sociedade, em resultado da pandemia de Covid-19.-----

Referiu, em relação à recomendação pela tradução em Língua Gestual Portuguesa das transmissões da Assembleia Municipal, que a iria acompanhar, comentando que considera que todas as pessoas devem ter os mesmos direitos, independentemente de serem muitas ou poucas as que possam beneficiar deles.-----

Concluindo a sua intervenção deu nota que, logicamente, iria votar a favor o voto de saudação relativo ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, apresentado pelo BE. -----

-----  
Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) que começou por dizer que, respondendo ao proferido pelo membro José Manuel Leão acerca da inclusão da tradução em Língua Gestual Portuguesa, nem que tal medida apenas beneficiasse um munícipe, já seria importante. Relembrou ainda que, conforme consta no site da Câmara Municipal, a Câmara disponibiliza, inclusive, apoio no acesso à informação para a comunidade surda no que diz respeito às linhas de atendimento no âmbito da pandemia de Covid-19, assim como outros pedidos de informação. Disse achar que todos perceberão que é um tema muito importante e que a referida tradução deveria, obviamente, ser incluída na transmissão das sessões da Assembleia Municipal.-----

Em relação às recomendações trazidas pelo BE sobre o plano de resposta à crise económica e de resposta à crise social, referiu querer voltar a dizer que, no entender do BE, não está a ser feito tudo o que poderia ser feito. Salientou que a Câmara dá, obviamente, a resposta que considera que deve dar, mas que o BE considera que a Câmara deveria ir muito mais longe e

---



considera que há medidas que já poderiam estar a ser aplicadas e que beneficiariam muitas famílias neste tempo de crise, nomeadamente a aplicação do tarifário social da água no Concelho. Realçou que o BE trouxe a esta Assembleia, na sessão realizada em junho de 2020, a proposta para que esse tarifário fosse aplicado no Concelho, o qual beneficiaria muitas famílias, mas que tal proposta foi chumbada.-----

Referiu, em relação ao proferido pelo membro Ângelo Santos quanto às dotações que o BE indicou para as várias propostas de resposta à crise, que o BE considera que mesmo as rubricas já existentes não têm uma dotação adequada que permita dar uma resposta eficaz à população, pelo que, daí, avançou com um aumento da dotação para tais rubricas, bem como a criação de outras.-----

Disse que, por exemplo, o programa Cuidar de Quem Cuida já existe, mas que a dotação que lhe é afeta é baixíssima e não garante sequer uma resposta efetiva a meia dúzia de famílias.----

Realçou que outro exemplo é o programa Oficina Domiciliária, salientando que o mesmo já existe em inúmeros municípios do País e que não é muito difícil de executar, comentando que a criação desse programa iria beneficiar muitas famílias do Concelho que, neste momento, se encontram com dificuldades.-----

Referiu, em relação às propostas do BE para apoio ao comércio local, que considera que esse devia ser também um desígnio da autarquia uma vez que o comércio local atravessa grandes dificuldades, pelo que a Câmara deveria intervir e apoiar, não só com campanhas de sensibilização mas, também, com apoios diretos, conforme proposto pelo BE. Salientou, sobre a proposta para a criação de um fundo de garantia para apoio ao comércio local, que tal medida já está a ser aplicada em outros municípios, realçando que essa, assim como a criação de um programa de descontos no comércio local que seria suportado pelo orçamento municipal, são medidas que não teriam grande impacto para o Município a nível orçamental, mas que ajudariam, de forma significativa, os negócios locais.-----

De seguida, a deputada municipal Salomé Ventura questionou ao Sr. Presidente da Assembleia se seria possível, em relação à recomendação apresentada pelo CDS-PP a propósito da criação de um plano municipal de prevenção e combate aos problemas de saúde mental, votar em separado os dois pontos da recomendação, ao que o *Sr. Presidente da Assembleia* respondeu dizendo não haver a tradição, nesta Assembleia, da votação em separado dos pontos das propostas, tendo vindo a ser entendido que as votações das moções e



114  
A  
M

recomendações são unânimes. Realçou que o que tem sido habitual, nestas situações, é haver uma discussão prévia entre as diferentes forças políticas para se tentar acertar posições, dizendo preferir que tal proceder continue porque abrir o precedente de votar ponto por ponto iria complicar muito as votações, ao que a deputada municipal *Salomé Ventura* fez notar que, assim sendo, o BE iria votar contra essa recomendação do CDS-PP, fazendo uma declaração de voto, assim como iria votar contra o voto de saudação ao 25 de Novembro, votando favoravelmente os restantes documentos apresentados pelo CDS-PP. -----

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a votação os documentos a seguir identificados, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

– *Recomendação “Plano de resposta à crise económica”, apresentada pelo BE:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor da recomendação (PS: 14, BE: 2, CDU: 1, IND: 1), 30 votos contra (PSD) e 1 abstenção (CDS-PP), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Recomendação “Plano de resposta à crise social”, apresentada pelo BE:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor da recomendação (PS: 14, BE: 2, CDU: 1, IND: 1), 30 votos contra (PSD) e 1 abstenção (CDS-PP), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Recomendação “Pela tradução em Língua Gestual Portuguesa das transmissões da Assembleia Municipal”, apresentada pelo BE:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 49 votos a favor (PSD: 30, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Voto de Saudação “Dia internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres”, apresentado pelo BE:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 49 votos a favor (PSD: 30, PS: 14,



BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar o voto de saudação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Recomendação “Incentivo aos Bombeiros Voluntários”, apresentada pelo CDS-PP:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor da recomendação (PS: 13, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), 30 votos contra (PSD) e 1 abstenção (PS – Rui Alves Rios), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

O membro *José Manuel Leão* (PSD) fez a seguinte declaração de voto: -----

“O PSD vota contra, embora reconheça que é necessário haver incentivos aos bombeiros voluntários, por considerar que algumas das propostas não serão legais, recomendando que a Câmara Municipal faça o regulamento o mais rapidamente possível de forma a haver incentivos aos bombeiros voluntários no nosso Concelho.” -----

– *Recomendação “Ligação entre Arrifana e Escapães”, apresentada pelo CDS-PP:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor da recomendação (PS: 13, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1, PSD: 2 – Delfim Silva e Minervina Rocha), 28 votos contra (PSD) e 1 abstenção (PS – Rui Alves Rios), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

O membro *José Manuel Leão* (PSD) fez a seguinte declaração de voto: -----

“O PSD vota contra apenas porque considera que este tipo de obras, englobando duas freguesias, para ser realizado pela Câmara e, muito mais, ser recomendado pela Assembleia Municipal, que muitos dos que votaram nem conhecem os locais, para ser executada devia ser considerada prioritária pelas Juntas de Freguesia. Não o sendo, a Assembleia Municipal não se deve pronunciar desta forma.” -----

– *Recomendação “Criação de um Plano Municipal de Prevenção e Combate aos Problemas de Saúde Mental do Concelho de Santa Maria da Feira”, apresentada pelo CDS-PP:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor da recomendação (PS: 14, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1) e 32 votos contra (PSD: 30, BE: 2), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por



*[Handwritten signature]*

transcrito.-----

A deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) fez a seguinte declaração de voto:-----

“Sobre a nossa votação queremos dizer que, obviamente, somos favoráveis à criação do Plano Municipal de Prevenção de Saúde Mental, mas não podemos votar favoravelmente a proposta uma vez que não somos favoráveis ao ponto que propõe os protocolos com as entidades do setor privado e social. Daí, o nosso voto contra.”-----

-----  
- *Voto de Repúdio “Violência doméstica, contra as mulheres”, apresentado pelo CDS-PP: ---*

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 49 votos a favor (PSD: 30, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar o voto de repúdio em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

-----  
- *Voto de Saudação “45 Anos do 25 de Novembro”, apresentado pelo CDS-PP:-----*

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 32 votos a favor (PSD: 30, CDS-PP: 1, PS: 1 – Rui Alves Rios), 15 votos contra (PS: 12, BE: 2, CDU: 1) e 2 abstenções (IND: 1, PS: 1 – Valdemar Silva), aprovar o voto de saudação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

O membro *Sérgio Cirino* (PS) fez a seguinte declaração de voto:-----

“Somos, no Partido Socialista, a favor da comemoração do 25 de Abril por todo o espectro partidário, da Esquerda à Direita, porque foi essa data que nos deu a Liberdade. E somos contra a comemoração do 25 de Novembro, que representa uma parte querer comemorar um dia de se ter conseguido a Liberdade, e a outra parte do espectro político querer comemorar outro dia como da obtenção da Liberdade. E não há dúvidas que o dia da obtenção da Liberdade foi o 25 de Abril. Tudo o que se seguiu foram consequências do 25 de Abril. Por isso, nós somos a favor que se comemore o 25 de Abril por todos, porque esse foi o dia da Liberdade, e não de datas que desunam os portugueses, mas sim datas que unam os portugueses.-----

Não podemos deixar de registar a boa posição do PSD de ter reconhecido que o Dr. Mário Soares foi, neste País, um garante da Liberdade e da Democracia, naqueles anos mais conturbados, o que nos apraz registar.”-----





1/2  
G  
04

O membro *José Manuel Leão* (PSD) fez a seguinte declaração de voto: -----  
“O PSD, como é evidente, vota a favor porque reconhece que, da mesma forma que no dia 25 de Abril de 74 foi conseguida a Liberdade e o princípio da Democracia, também no 25 de Novembro houve um confronto entre os que queriam uma ditadura novamente e aqueles que queriam Liberdade e a Democracia, onde lideraram Mário Soares, Sá Carneiro e Ramalho Eanes em defesa da Democracia, e muitos mais, e houve outros que estavam do outro lado da barricada. É pena que, hoje, não se reconheça que estivemos em perigo em 75, talvez alguns nem sequer reconheçam porque nem eram nascidos e não sabem o que se passou. Mas, para aqueles que viveram o 25 de Novembro, sabem bem que foi uma data marcante na defesa da Democracia e na garantia da Liberdade, da mesma forma que foi o 25 de Abril.”-----

-----  
Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* disse que iria dar a cada grupo municipal a possibilidade de usar da palavra, não mais de dois minutos, para colocar questões à Câmara, se assim o entendessem. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Filipe Moreira.-----

-----  
Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que, na última sessão ordinária desta Assembleia, questionou a Câmara sobre a intenção de colocar abrigos junto a alguns serviços públicos porque havia utentes que estavam a aguardar no exterior desses espaços até serem atendidos e, estando-se no início do outono, se aproximava o tempo do frio e da chuva. Referiu que a Câmara anunciou, depois disso, que iria proceder à colocação de alguns abrigos onde os utentes pudessem esperar, pelo menos em alguns locais, questionando à Câmara se foi efetivada a colocação desses abrigos. -----

Disse que, nessa mesma sessão, também colocou uma questão à Câmara relacionada com os transportes escolares, questionando se esses foram alargados e se foram tomadas as medidas para garantir o distanciamento social e outras medidas propostas pela DGS para os transportes públicos. -----

Referiu que a CDU está muito preocupada com o comércio local no Município de Santa Maria da Feira, ressaltando que essa é, aliás, uma preocupação transversal a todo o País. Disse haver um setor, o da restauração, que, fruto das medidas que têm sido constantemente aprovadas, tem sofrido ainda mais do que os restantes, de maneira a que alguns estejam com



muita dificuldade para não fecharem as portas de vez, questionando à Câmara que medidas tomou para apoiar esse setor. Referiu que a medida de fechar tudo às 13 horas fez, única e exclusivamente, com que houvesse uma maior concentração da população no comércio da parte da manhã, comentando que se o comércio pudesse estar aberto até ao final da tarde as pessoas poderiam fazer, ao longo do dia, aquilo que só podem fazer de manhã, e a restauração seria menos penalizada. -----

Disse também querer questionar se a Câmara tem algum plano de resolução dos pontos negros que existem no Concelho no que respeita à mobilidade, fazendo notar que se estava a referir à mobilidade dos peões. Saliu que esse é um assunto recorrente nesta Assembleia Municipal, dizendo que o crescimento rápido que o Concelho teve há algumas décadas, no que respeita ao urbanismo, não foi acompanhado da sensibilidade que hoje existe para tais problemas, originado alguns pontos negros na mobilidade, como passeios que acabam em escadas ou que simplesmente deixam de existir de um momento para o outro, como mobiliário urbano no meio dos passeios, como passeios desnivelados, entre outras situações. -- Terminando a sua intervenção o membro Filipe Moreira questionou se a Câmara tem algum plano para, pelo menos, identificar tais pontos negros, de modo a se começar a resolver, de uma forma mais organizada, tais problemas de mobilidade. -----

-----  
Interveio o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) que começou por dizer que, recentemente, o Sr. Presidente da Câmara propôs aos cidadãos feirenses, e não só, a utilização de trilhos para a prática de corrida e de caminhada, assim como para passeios de BTT. Disse que gostava de saber onde é que os cidadãos podem aceder à informação relativa a tais espaços, para que possam saber onde praticar essas atividades. -----

Perguntou, também, se a empresa P. Parques tem, até à data, tudo regularizado com a Câmara Municipal ou se vai haver, nos primeiros dias de janeiro, um pagamento em numerário para regularizar a situação referente ao ano de 2020. -----

Questionou, ainda, para quando a reparação do telhado da Casa das Artes, junto à estação da Piedade, o qual continua com um toldo. -----

Referiu, de seguida, que o troço da estrada nacional 109.4, que vai do limite da freguesia de Fornos até à rua de acesso à Inatel, é uma zona muito utilizada por peões, comentando que naquele troço existe, inclusive, um rail que é muito perigoso porque, não havendo passeio, faz



com que as pessoas tenham de caminhar pelo meio da estrada, principalmente quando está a chover. Questionou para quando a construção de um passeio naquele troço. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Ângelo Santos disse querer perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se, em 2021, o último ano do mandato, o concelho de Santa Maria da Feira vai estar em condições de deixar de usar herbicidas nos espaços públicos do território. ---

-----  
Interveio o membro *Pedro Alves Ferreira* (BE) que começou por dizer que a sua primeira questão diz respeito à reabilitação das zonas industriais, salientando que se tem visto um imenso alarido por parte do Presidente da Câmara no que toca à questão do Feirapark e do PERM, assim como na questão da necessidade do Concelho ser atrativo para cativar empresas, em nome do emprego. Realçou que, contudo, quando se vai às zonas industriais, o estado das mesmas é deplorável, não parecendo existir um plano concreto para a melhoria das vias, quer no que respeita à iluminação, quer no que respeita aos arruamentos que estão completamente desfeitos, assim como da inacreditável falta de qualidade dos passeios, quando os mesmos existem.-----

Referiu que, nesse âmbito, o BE teve conhecimento que, quando as pessoas têm pequenos acidentes com as suas viaturas devido ao estado dessas vias, quando vão ao portal apresentar a queixa, veem os e-mails ser devolvidos devido à falta de capacidade da rede. Disse que era interessante perceber o porquê dessa situação e qual o plano da Câmara para garantir que essas pessoas vejam as suas queixas respondidas, assim como perceber qual a proposta da Câmara para resolver o problema das zonas industriais. -----

Disse que outra questão tem a ver com a recente pavimentação da rua que faz ligação entre a Escola Fernando Pessoa e a freguesia de São Miguel de Souto. Referiu ser verdade que aquela rua necessitava de uma intervenção há bastantes anos, mas que, tanto naquela rua como em tantas outras, continua-se a verificar que as tampas de escoamento da água ficam muito abaixo do nível da estrada, pelo que se taparam uns buracos, mas criaram-se outros.-----

Concluindo a sua intervenção o membro *Pedro Alves Ferreira* disse que era interessante perceber qual o critério existente, a esse respeito, na pavimentação das estradas, realçando que é preciso responder, com toda a brevidade, a esse problema. -----

-----  
Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que a Indaqua Feira começou,



a partir de 30 de setembro de 2020, a fazer cortes da água aos munícipes, questionando se o Sr. Presidente da Câmara está a par da situação e se tem algum plano ou solução para que tais cortes não aconteçam, comentando que esta é uma altura em que as pessoas mais precisam de higienizar as mãos, devido à pandemia, e estão sujeitas a cortes de água. -----

Disse que outra questão tem a ver com as medidas de combate à pandemia, questionando ao Sr. Presidente da Câmara se ele não ponderou fazer como em muitos concelhos, onde foi criado um programa de máscaras acessíveis que prevê a entrega de máscaras às IPSS para que elas as possam vender a preços módicos, assim como prevê que as pessoas mais carenciadas tenham direito a 10 máscaras gratuitas por semana, para evitar que reutilizem as mesmas máscaras indefinidamente por não terem capacidade financeira para comprar novas. -----

Interveio o membro *Rui Ribeiro* (PSD) que começou por dizer que tinha uma intervenção preparada para fazer, neste Período de Antes da Ordem do Dia, sobre a questão da Covid-19, mas que o Sr. Presidente da Câmara fez o favor, no início da sessão, de dar uma explanação detalhada e completamente esclarecedora daquilo que o Município tem feito relativamente a esse problema, acrescentando que o Sr. Presidente da Câmara tentou esclarecer, e bem, o ruído e a contrainformação que tem vindo a ser transmitida para a população de Santa Maria da Feira através da comunicação social e da própria Oposição. -----

Disse que se percebe que a pandemia não se resolve indo para as redes sociais comunicar os valores diários ou semanais verificados no Concelho, assim como não se resolve com a criação de uma comissão de acompanhamento no âmbito da Assembleia Municipal, tal como foi proposto numa sessão anterior, realçando que quem for realmente sério e coerente politicamente percebe que o Executivo está a fazer o seu trabalho de retaguarda, sem alarido, mas prestando precisamente o apoio e o serviço público que é necessário neste momento. -----

Concluindo a sua intervenção disse ser importante que o Executivo continue a fazer tal trabalho porque, pelo que tem sido noticiado, a pandemia não acabará tão cedo, apesar do início da vacinação estar previsto para breve, dizendo querer agradecer, se calhar até em nome de todos os feirenses, o trabalho que o Executivo tem prestado a Santa Maria da Feira. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos, começando por aludir às questões colocadas pelo membro Filipe Moreira. -----



Sobre a questão relacionada com a colocação de abrigos em serviços públicos disse que, no que respeita aos serviços da responsabilidade do Município, a gestão tem sido feita de modo a que as pessoas sejam atendidas por marcação, para que não fiquem no exterior do edifício à espera do atendimento. -----

Referiu que, nos edifícios dos postos médicos, o ACES Feira/Arouca tinha esse programa para colocação dos abrigos, informando que a Câmara já disponibilizou os meios que tem com vista à colocação de coberturas ou até mesmo para colocar algum contentor, caso necessário, mas que ainda não foi solicitada a sua ajuda nesse sentido, dando nota que esse é um assunto que está a ser acompanhado pelo Sr. Vereador do Pelouro da Proteção Civil, Ambiente, Espaços Verdes, Saúde e Ação Social, Vítor Marques. -----

Em relação aos transportes escolares disse que os mesmos foram alargados e que estão a ser cumpridas as determinações da DGS a esse respeito, acrescentando que até foi feito um plano que evita a sobrelotação dos autocarros, em que se estabeleceu que os alunos da Escola EB 2,3 Fernando Pessoa entrem às 8 horas e os alunos da Escola Secundária entrem às 9 horas, para evitar a aglomeração de alunos no mesmo horário e permitir um desdobramento dos transportes. -----

Sobre o comércio local disse ser um facto que o setor da restauração é um dos que tem sofrido imenso com a pandemia. Disse que o Fórum Bizfeira 2020, realizado no passado mês de outubro, foi dedicado também ao setor da restauração, dando nota que, inclusivamente, a Ernst & Young foi contratada para desenvolver todo o programa desse Fórum, acrescentando que a mesma fez um documento muito bom, a cuja apresentação teve a oportunidade de assistir, abordando a questão da gestão em tempos de pandemia, indicando soluções, como o takeaway, entre outras. Referiu que, para além do apoio dado no Fórum Bizfeira, a Câmara dá apoios a todos os estabelecimentos comerciais e de restauração, isentando de taxas municipais, permitindo a ocupação de esplanadas, entre outros, pelo que lhe parece que aquilo que a Câmara poderia fazer, está feito. -----

Reforçou que a Câmara está totalmente ao lado do comércio local, fazendo alusão ao programa Natal Presente, explicando que o mesmo foi criado para incentivar a compra dos presentes de Natal no comércio local, recuperando a ideia da carta ao Pai Natal, com a colocação de marcos de correio próprios, dando nota que tal programa está a ser fortemente divulgado e que, pelo que sabe, já cerca de 150 estabelecimentos aderiram ao mesmo. -----



Disse partilhar da opinião de que a obrigatoriedade de fechar o comércio e a restauração às 13 horas não terá sido uma medida muito feliz, ainda mais no período natalício, em que as pessoas aproveitam os fins de semana, muitas vezes, para fazer as compras de Natal. Referiu que limitar a abertura até às 13 horas provoca, de facto, uma grande aglomeração de pessoas e filas da parte da manhã, dando nota que é muito mais adepto do alargamento do período de abertura do comércio para permitir uma maior amplitude no atendimento aos clientes, ressaltando que, contudo, respeita inteiramente a decisão porque compreende os decisores, que têm de tomar medidas, frisando que se o Governo decretou essa lei, tem de ser respeitada. Ainda a respeito dos apoios no âmbito da pandemia de Covid-19 informou que a Câmara está a analisar as propostas que apresentou na primeira fase, que está a estudar a prorrogação das mesmas para, eventualmente, corrigir algumas, aumentar outras e retirar o que não for importante, dizendo esperar que, ainda durante o corrente mês de dezembro, seja submetido a reunião de Câmara uma proposta de medidas de apoio.-----

Sobre a questão da mobilidade para peões referiu que a Câmara está a fazer muito trabalho nessa área, mas que ainda há muita coisa para fazer, fazendo sobressair que o Município tem cerca de 1.650 quilómetros de estradas, tem algumas vilas antigas, com estradas estreitas, em que não é possível demolir as casas para construir passeios. Salientou que a Câmara tem vindo a apostar bastante na requalificação dos centros urbanos, paulatinamente, onde vivem mais pessoas, realçando que a maioria dessas requalificações são feitas precisamente para assegurar melhores condições de mobilidade, maior segurança, com a construção de passeios, passadeiras, pisos diferentes, frisando que esse é um trabalho difícil. -----

Disse que a Câmara fez um levantamento, há uns anos, das situações problemáticas, num trabalho feito em parceria com a Provedoria Municipal dos Cidadãos com Deficiência, reconhecendo que ainda há, de facto, muito trabalho a fazer nesta área, dada a dimensão e extensão do território e as suas características. -----

Prosseguindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara aludiu às questões colocados pelo membro Ângelo Santos, informando que, no respeitante à questão de como saber onde praticar as atividades ao ar livre, o Pelouro da Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus está a fazer este roteiro, dizendo até julgar que a informação já estará disponível on-line e que algumas Juntas de Freguesias já a terão.-----

Sobre a questão da P. Parques disse que a empresa tem tudo em dia para com a Câmara,



Handwritten initials and marks in the top right corner.

dando nota que a mesma questão tinha sido colocada pelos vereadores do Partido Socialista na última reunião de Câmara. Referiu que a empresa P. Parques não fez pagamentos em numerário, comentando que a empresa paga por transferência, mas que se num mês pagar por cheque não há problema porque o cheque também é uma forma de pagamento, também é dinheiro bom. -----

Sobre o telhado da Casa das Artes informou que o assunto está a ser tratado, para se proceder à reparação. -----

Em relação a se fazer um passeio no troço da Estrada Nacional 109.4, disse que isso não é fácil porque, para além da estrada não ser da responsabilidade da Câmara, a largura da mesma não é suficiente para se fazer o passeio, comentando que de um lado existe a linha do comboio e, do outro, existe um desnível bastante acentuado por onde até passa, segundo julga, uma linha de água. Disse que a Câmara está a negociar com o Governo a transferência daquele troço, acrescentando que o assunto da construção do passeio está a ser analisado. -----

Sobre o uso de herbicidas lembrou que a Assembleia Municipal aprovou uma recomendação no sentido de não se usar herbicidas à base de glifosato, tendo-se deixado de usar tal tipo de herbicidas no território.-----

De seguida, em relação à questão colocada pelo membro Pedro Alves sobre a reabilitação das zonas industriais, disse que existem algumas zonas industriais do Concelho que já foram reabilitadas, como a Zona Industrial do Roligo, e que o Orçamento Municipal prevê intervenções de reabilitação em várias zonas industriais, comentando que as zonas industriais contruídas mais recentemente têm todas as condições necessárias. -----

Em relação à pavimentação da rua que liga a freguesia de São Miguel de Souto até à Escola EB 2,3 Fernando Pessoa, de que haverá algumas tampas desniveladas, fez notar que as empreitadas comportam momentos diferentes, explicando que, primeiramente, é feita a pavimentação, depois é realizado o trabalho de levantamento das tampas e, num terceiro momento, é feita a sinalização horizontal, habitualmente designada de pintura da estrada. Referiu que, normalmente, os empreiteiros fazem estes trabalhos em alturas diferentes, dizendo presumir que, no que refere à estrada em questão, o levantamento das tampas será feito num segundo momento.-----

Sobre a questão colocada pelo membro Sérgio Cirino quanto aos cortes de água que estarão a ser feitos pela Indaqua, disse que tais cortes estavam proibidos e que, ainda recentemente, saiu



*Handwritten initials and signature*

legislação a proibir os cortes de água durante este período de pandemia. Disse julgar que a Indaqua está a respeitar essa legislação, recordando que a Indaqua foi a primeira entidade, logo no início da pandemia, a dizer que não cortaria a água por falta de pagamento, acrescentando que, caso o membro Sérgio Cirino conhecesse algum caso em que foi feito o corte da água, informasse a Câmara para esta analisar a situação.-----

Em relação ao programa de máscaras acessíveis disse que tal programa não foi criado no Município porque a comunidade mobilizou-se, desde a primeira hora, tendo havido muitas pessoas com habilidades na costura a produzir máscaras comunitárias, comentando que, no seu entendimento, a resposta dada a esse nível foi boa. -----

Sobre a intervenção feita pelo membro Rui Ribeiro disse querer agradecer-lhe as palavras simpáticas quanto ao trabalho desenvolvido pelo Executivo no âmbito da Covid-19, realçando que, contudo, o mérito não é só do Executivo municipal, que é de muita gente, que é dos quadros da Câmara, que é das equipas que trabalham no Hospital de São Sebastião, nos centros de saúde, nos centros sociais, nas IPSS, na proteção civil, nas forças de segurança, entre outros, frisando que existe um trabalho colaborativo muito grande e que os resultados verificados no terreno são bons, e que isso é o mais importante. -----

-----  
*Saiu a deputada municipal Lúcia Fernandes.* -----  
-----

#### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, após recordar que o ponto n.º 1 da Ordem do Dia já havia sido tratado na 1.ª reunião desta sessão, realizada no dia 3 do corrente mês de dezembro, passou a introduzir o ponto n.º 2 da Ordem do Dia. -----  
-----

#### **2 – Atas:**-----

- Ata N.º 19 – Sessão Ordinária de 26 de setembro de 2020 -----

- Ata N.º 20 – Sessão Extraordinária de 13 de outubro de 2020 -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a apreciação as atas em epígrafe, oportunamente distribuídas, dando nota que os membros que não estiveram presentes nas referidas sessões não poderiam participar na votação das respetivas atas. Verificando que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor das atas, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu-as,  
-----





separadamente, a votação. -----

*Ata N.º 19 – Sessão Ordinária de 26 de setembro de 2020:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 43 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe. -----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Maria José Santos, Serafim Guimarães, Ana Lamas Barros, Jorge Ferreira Ferreira e Firmino Costa. -----

*Ata N.º 20 – Sessão Extraordinária de 13 de outubro de 2020:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 30 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe. -----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Regina Silva, Aldina Cabral, Susana Silva, Rui Ribeiro, Ana Lamas Barros, Jorge Ferreira Ferreira, Juliana Rocha, Daniel Gomes, Maria de Fátima Oliveira, Pedro Alves Ferreira, António Valdemar Ribeiro, José Carlos Silva, Firmino Costa, Alexandra Rocha, Maximino Costa, José Baptista Martins, Alberto Tavares e Francisco Andrade. -----

### **3 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* introduziu o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício remetido à Mesa pelo Sr. Presidente da Câmara, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 12.980, em 25 de novembro de 2020, que anexa o V Relatório de 2020 onde se sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, a listagem das obras e fornecimentos adjudicados e o prazo médio de pagamento a fornecedores – documento oportunamente distribuído aos membros da Assembleia Municipal. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Informação em referência. -----



**4 – Mapa de Pessoal 2021** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 23 de novembro de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 31 votos a favor (PSD: 30, IND: 1) e 17 abstenções (PS: 13, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1), aprovar o mapa de pessoal dos serviços municipais para o ano de 2021 – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

O membro *Valdemar Silva* (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Sanguedo, fez a seguinte declaração de voto:-----

“Eu queria fazer esta declaração porque acompanho, em parte, os técnicos da Câmara Municipal e acho que a Câmara Municipal deveria fazer um esforço para aumentar o seu quadro técnico de pessoal, porque está muito reduzido o quadro técnico. Acho que, pelas necessidades que o Município tem, é muito urgente repor mais pessoal técnico a trabalhar cá fora.” -----

*Reentrou a deputada municipal Lúcia Fernandes.*-----

*Saiu a deputada municipal Susana Silva.* -----

**5 – Opções do Plano e proposta do Orçamento Municipal para 2021**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 23 de novembro de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

O membro *Filipe Moreira* (CDU) fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: -----



“Obrigada ao Presidente da Câmara por esta explanação do Orçamento. Um orçamento que tem, mais ou menos, em números redondos, mais 4 milhões de euros do que no ano anterior e é um Orçamento que já tem uma dimensão considerável, se formos comparar com orçamentos de há 10 anos, no período da crise. -----

Mas, apesar disso, ainda há, e o Sr. Presidente elencou alguns aspetos, muito a fazer e também há muito que, se calhar, já devia estar feito e que não está feito. -----

Também não podemos deixar de notar que neste Orçamento, e, aliás, isso é notório no texto introdutório que o Sr. Presidente apresenta no Orçamento, um pendor já de pré-campanha eleitoral, e podemos ver pela apresentação que fez, em que grande parte do tempo que despendeu foi precisamente a apresentar obras em freguesias pontuais, e não propriamente obras que serão estratégicas para todo o Município. -----

E, aliás, referindo aqui a questão do orçamento eleitoralista que outras forças partidárias da Oposição já têm elencado, há cerca de mais 320 mil euros em Comunicação, o que não podíamos deixar ignorar. -----

O Sr. Presidente referiu também aqui uma série de obras que não foram concluídas, que já estavam anunciadas, algumas delas já estão a ser executadas, outras não, e outras que estão incluídas e que sabemos, à partida, que não serão executadas no próximo ano e dificilmente irão iniciar. -----

E uma será da nossa terra, por exemplo, o Monte da Pedreira, que sabemos que o parque que irá nascer no Monte da Pedreira dificilmente sairá do papel no próximo ano, até porque temos ainda a infraestrutura da fábrica, que ainda está de pé, e nem sequer há um projeto concreto para o local. -----

Ficaremos na expectativa relativamente ao Eixo das Cortiças, esta sim é uma obra estratégica para todo o Município e até para o desenvolvimento das nossas indústrias. Esperemos é que, durante o concurso, apareçam empreiteiros interessados em fazer a obra, porque não seria a primeira vez que estas obras iriam a concurso e que, depois, não haveria candidatos interessados. -----

O Sr. Presidente referiu também a questão do Hospital, é evidente que há valências que o nosso Hospital deveria ter, até pela quantidade de população que serve e a área geográfica que serve, mas somos, aqui, mais da opinião que talvez fosse mais interessante optarmos por infraestruturas que já existem do que estarmos a construir uma infraestrutura de raiz, e



referimo-nos, nomeadamente, ao antigo hospital de São Paio de Oleiros, que poderia ser adaptado. Até porque, se formos fazer uma obra de raiz no Hospital, nomeadamente do outro lado da Estrada Nacional, que penso que era esse espaço que se referia, mas mesmo sendo junto ao hospital, será uma obra que, sendo mais de cariz nacional, iremos estar, talvez, à espera 10 ou 15 ou até 20 anos para que a obra esteja concluída, porque sabemos que estes processos são bastante burocráticos e que, às vezes, o vento não sopra sempre na mesma direção. -----

E não poderia deixar de referir aqui o Centro Coordenador de Transportes, antes de partir para cada pelouro, que é também uma obra estratégica do Município. Se é verdade que o de Lourosa/Fiães faz falta e é estratégico, no nosso entender mais estratégico seria o da Feira, porque temos os autocarros a parar numa zona urbana e quem conhece a zona sabe que, ao final de tarde, principalmente à sexta-feira, é um caos e que fica completamente entupido, porque nem sequer há estacionamento para servir os clientes das agências de viagens ou de autocarros. E nós ainda nem sequer temos um lugar concreto, ou acordado, para fazer o Centro Coordenador de Transportes da Feira, embora tenhamos muitas opções, a verdade é que o projeto tarda em sair do papel e já lá vão mais de 30 anos em que isto vai aparecendo de orçamento em orçamento, mas nunca se concretiza.-----

Relativamente ao Ambiente referiu a requalificação das margens do rio. É evidente que é fundamental e algo também que, no nosso entender, já deveria ter sido dado um grande avanço, mas não referiu, por exemplo, o envolvimento da Indaqua que, no nosso entender, deveria estar envolvida neste processo de requalificação das margens do rio até porque sabemos que algumas das descargas ocorrem, nomeadamente, por falta de condições das infraestruturas de saneamento que estão a cargo da Indaqua. -----

Referiu a recolha do lixo, recolha do lixo selecionado que ainda não chega a todas as freguesias, e nós já temos municípios no País que já estão um passo à frente, na recolha de lixo inteligente, que é algo que algumas capitais europeias também já estão a fazer, e nós ainda nem sequer temos a recolha de lixo seletiva em todas as freguesias. -----

E, depois, referiu também a questão da compostagem, que é um projeto com mais de 10 anos, mas que a Câmara Municipal sempre teve dificuldade em apresentar resultados concretos, nomeadamente no impacto que tem tido na redução de envio de lixo para o aterro, por exemplo. Se calhar, era tempo de avançarmos com esta compostagem também para as áreas



urbanas, também fazer chegar aos moradores das áreas urbanas.-----

Falou nas habitações sociais. Iremos discutir, num ponto à frente, mais em concreto a questão das habitações sociais, mas não poderia deixar de referir, também, a necessidade que há de avançarmos para a construção de casas a preço controlado. Nós estamos ainda a viver uma bolha no setor imobiliário, que eu, pessoalmente, acredito que irá ter uma quebra bastante acentuada ao longo do próximo ano, mas ainda estamos a viver, e a Câmara Municipal não teve um projeto para as habitações a preço controlado, que já teve no passado e que teve muito sucesso, e que sabemos que é fundamental, principalmente para fixar jovens no Município, porque são eles as maiores vítimas da precariedade e, muitos deles, acabam por ir morar para municípios vizinhos porque são mais baratos do que o território de Santa Maria da Feira. -----

Ainda no setor social parece-nos, também, que seria de apostar mais nas medidas de combate ao isolamento. Não sabemos quando é que a questão da pandemia vai terminar, não sabemos se as vacinas, sabemos que vêm, mas não sabemos ao certo, não está nada concretizado, não sabemos o que vai demorar o período de vacinação, para se criar a imunidade de grupo, e estamos muito preocupados com esta questão do isolamento e da questão das doenças mentais, como também já referimos anteriormente. E houve aqui, aliás, queixas por parte da Oposição, até da redução de verbas diretas para as associações no sentido da parte social. -----

Na mobilidade, dar os parabéns à Câmara Municipal por finalmente ouvir a Oposição e avançar com as ciclovias, e avançar pela única freguesia que tinha uma amostra de ciclovia, porque tinha alguns metros de ciclovia, e, finalmente, teremos uma ciclovia que fará a ligação à sede do Município. Há muitas outras que podemos fazer, sabemos que há apoio até a nível europeu para a construção de ciclovias, e esperemos mesmo que estas ciclovias saiam do papel e que se comece a incentivar o uso da bicicleta no Município, apesar do relevo, mas hoje temos já bicicletas elétricas que podem ajudar a colmatar o relevo.-----

E porque não incentivar as nossas crianças a irem para a escola de bicicleta e começar também a contribuir para mudar um bocadinho as mentalidades, e até para se evitar aquele caos que todos nós conhecemos, que é muito típico, não só cá na Feira, é transversal ao País inteiro, que é os pais irem buscar os alunos, os filhos e educandos, e pararem o carro em frente à escola, e o caos que se gera. Noutros países, sabemos que não é assim.-----

Falta uma estratégia também para os transportes públicos no Município da Feira, os postos de



M  
D  
S

carregamento chegam atrasados, aliás, tem sido já o que temos denunciado.-----

Nas acessibilidades, não nos podemos focar só nos centros urbanos, temos que generalizar.----

Desculpem estar a ser mais célere, mas já estou sem tempo.-----

Temos identificado, também, alguns problemas de infraestruturas nas escolas e no acesso a tecnologia, os nossos alunos não têm todos o mesmo acesso ao conforto na sala de aula, em todas as freguesias.-----

Terei de deixar aqui a parte do emprego de fora, infelizmente, mas não poderia deixar de referir o associativismo e, aliás, tivemos ainda esta semana um artigo de opinião do Presidente da Federação das Coletividades de Cultura e Recreio, o Sr. Vítor Sismeiro, a queixar-se precisamente que a Câmara Municipal não tem ouvido esta Federação, nomeadamente para os apoios às pequenas associações que estão, se formos a ver, desde março, praticamente sem atividade e sem conseguir captar financiamento para as suas atividades.-----

E, mesmo para terminar, terei de deixar, evidentemente, alguns pontos de fora, mas tinha mesmo de focar que, no discurso que está vigorado no Orçamento, parece que continuamos iluminados e fascinados com o investimento estrangeiro. É evidente que o investimento estrangeiro é sempre importante até porque nos traz outras tecnologias, outras formas de pensar e de gestão, mas parece-nos que a Câmara Municipal deveria apostar mais nas empresas locais e na promoção da marca das empresas locais, dando-lhes condições para crescer. Nomeadamente na questão das zonas industriais, que já foi aqui referido, que carecem de melhores condições até porque, para a promoção das empresas locais, não podemos ter só a Bizfeira, até porque os resultados da Bizfeira são difíceis de contabilizar no concreto, como saberá, aliás, melhor do que eu.-----

Mas, parece-nos que é mais importante focarmos a nossa atenção nas empresas locais porque são essas empresas que vão deixar a mais-valia cá. Muitas das empresas que vêm de fora, vêm atraídas por esses apoios e pelos baixos salários que ainda vigoram em Portugal, contrariamente a algumas empresas nacionais que têm outra forma de estar.” – Fim de citação.-----

-----  
O membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar:----

“Sr. Presidente, nós quando olhamos para este Orçamento, isto é quase um remake, mas eu



AK  
G  
S

não vou estar aqui a questionar o que é da sua autoria.-----

Mas eu gostaria, não era de ver o projeto a ser elaborado do complexo desportivo de Sanfins, eu gostaria de inaugurar o complexo desportivo de Sanfins junto com o senhor. -----

Como gostaria de ver as obras do Eixo da Cortiça em andamento e a saírem do papel de uma vez por todas, e poder ainda inaugurá-lo junto consigo. -----

A própria situação das piscinas de Canedo, andámos de plano em plano, de reestruturação em reestruturação, de orçamento em orçamento, com este tipo de promessas de equipamentos, mas, depois, de concreto, passado 4 anos, não se vê nada de novo. Continuamos na expectativa de que agora é que vai ser. -----

Há uma situação que me deixa um bocadinho preocupado, é que o Sr. Presidente não se referiu à Secundária de Paços de Brandão, à terceira secundária do Município, que foi aprovada nesta Assembleia, por unanimidade, foi aprovada na Assembleia da República, e eu não vejo uma linha a falar sobre esse projeto nem sobre essa intenção, nem que seja só de começar a elaborar o projeto.-----

Depois, o Centro Escolar da Feira, que está no coração da Feira, que está na principal avenida de Santa Maria da Feira, continuamos a ver o estado de degradação e, segundo julgo, já há vários anos que não temos nenhum constrangimento legal para poder executar esse projeto, porque esse projeto já pode ser executado porque já tem as assinaturas todas. -----

Depois temos outra situação. Eu sei que não é da responsabilidade do Município, mas não acha de bom-tom que o Município podia-se atravessar e executar a reparação do muro do Hospital? Nem que, depois, tivesse de apresentar a fatura ao Hospital, como o senhor diz que até tem condições financeiras para executar a obra. -----

Há uma coisa que também gostaria de, consigo, fazer uma pequena reflexão. Para quando é que um Executivo liderado por si tem a ousadia de iniciar o projeto do edifício municipal, que abarcasse todas as necessidades físicas dos serviços municipais, que executasse esse edifício de raiz para libertar um bocadinho das amarras que o Município tem a nível orçamental, das rendas e dos constrangimentos, para, depois, poder executar mais obra a médio prazo? -----

Gostava, essencialmente, que houvesse a ousadia, da sua parte, para poder concretizar esse projeto. Sei que já temos terreno para isso, já foi, há alguns tempos, elaborado um estudo para a localização desse mesmo edifício, e achava que estava na hora de poder concretizar também esse projeto, para modernizar Santa Maria da Feira e colocá-la na vanguarda.-----



No que respeita ao betuminoso, acho muito bem porque estamos a ter estradas com menos buracos, mas, como se dizia há bocadinho, começam a aparecer outros buracos, que é das sarjetas, em muitos territórios, que não são levantadas a tempo e horas. -----

Mas, há muita falta de infraestrutura nessas mesmas vias que são alcatroadas e, a muito curto prazo, mal elas estejam alcatroadas, vão ser rasgadas novamente para colocar essas mesmas infraestruturas. De qualquer maneira, é melhor para nós circularmos em condições de pavimento como temos agora do que anteriormente, com os buracos que tínhamos.-----

No que diz respeito à Avenida do Sarrilha, que tão próxima de mim é e que com tanta dificuldade lá passo todos os dias, espero que o dinheiro que está no projeto para requalificar aquela estrada seja uma mais-valia para um prazo de 10 ou 20 anos, para dar condições a quem lá circula, olhando à quantidade de tráfego e à estratégica localização daquela via. -----

E queria, também, deixar ficar aqui um pequeno reparo. Nós não estamos em época de eleições, estamos a apresentar o último orçamento municipal, mas, quem ouve, quem lê e quem presencia tudo isto, dá a sensação que já estamos a agradar a presidentes de Junta de Freguesia, dizendo que para o ano é que vai ser. Meus amigos, tenham calma, porque no próximo ano é que vai ser, vocês vão ter obra com fatura nos próximos meses ou no próximo ano. -----

Gostava que isso fosse motivo de reflexão de todos nós, não é uma questão de estar no contra, mas, pura e simplesmente, da realidade dos factos que vimos acompanhando ano após ano. Vou deixar a minha segunda intervenção para mais daqui a pouco.” – Fim de citação.-----

O membro *Pedro Alves Ferreira* (BE) fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: --

“Em relação a este ponto, o Executivo decide trazer aqui um orçamento saído daquilo que é um mundo paralelo, um mundo que não é o nosso. Parece que o chico-eleitoralista, já tão costumeiro a este PSD, já foi instalado, e os softwares usados pela Câmara, e os contratos que faz para a gestão pública, também este chip vai sair muito caro aos feirenses.-----

E a indicação de que este documento é, no mínimo, estranho, começa logo pela mensagem do próprio Presidente, porque para além de uma breve referência à pandemia, fala de uma filosofia de gestão pública deste orçamento, faz referência ao investimento público para reanimar a economia, à expectativa de uma rápida recuperação. O problema é que as pessoas não vivem de expectativas do Sr. Presidente, ou de promessas vazias. -----





Handwritten signatures and initials in the top right corner.

O PSD teve ainda hoje, no PAOD (Período de Antes da Ordem do Dia), a chance de aprovar medidas que respondem, de facto, à necessidade de investimento público, que respondem à economia, que garantem, isso sim, uma verdadeira recuperação. Escolheu votar contra, acusando de propostas assentes na demagogia e, desta forma, entrando, mais uma vez, nas suas habituais contradições. -----

Este é um orçamento de anúncios, é um orçamento que não responde à pandemia. Escolhem gastar mais de 500 mil euros, só em 2021, em balneários em Pigeiros e em Mozelos, mas, depois, ainda agora falou do Programa Cuidar de Quem Cuida, tem uma rubrica, para o ano de 2021, de cerca de 2 mil euros. E este programa em que o objetivo é ajudar os cuidadores informais, que gastam cada vez mais devido à pandemia, a Câmara parece estar mais interessada em anunciar balneários em freguesias do Concelho, e não em ajudar concretamente as pessoas. -----

A rotunda do Hospital tem sido tema de debate, só em 2021 vai custar aos feirenses 700 mil euros. A Câmara achou por bem gastar 4 mil euros apenas em campanhas de sensibilização, quando nem máscaras foi capaz de distribuir pelas famílias do Concelho como, aliás, aconteceu em outros concelhos do País. -----

Ainda na apresentação deste ponto o Sr. Presidente dizia que ser social é fazer parcerias. Depois, nota-se que o reforço das bolsas de estudo é praticamente inexistente e apresenta uma parceria com a Universidade Privada quando a esmagadora maioria dos estudantes em Santa Maria da Feira estudam no ensino superior público e precisam de apoios para o ensino superior público, para as bolsas de estudo. Acho que é um papel que a Câmara não pode ignorar. -----

Numa altura em que o desporto ao ar livre e as saídas de casa para as caminhadas, as chamadas caminhadas higiénicas, são alternativas ao confinamento de 24 horas por dia, o PSD pensou que gastar milhões no orçamento em pavimentações e arruamentos, portanto, os tais anúncios que já deveriam ter sido feitos, aliás, há vários anos, e gastou apenas alguns milhares em parques de lazer. -----

Bom, são opções. Como a minha camarada Salomé falava no PAOD, a política é feita de escolhas e, de facto, são escolhas do PSD. -----

Ainda na questão da Cultura, nada apresenta a não ser a atividade normal, que é uma atividade que acontece todos os anos, portanto, o Imaginarius, a Viagem Medieval, o Perlim,



*[Handwritten signature]*

o apoio que a Câmara dá à Cultura é, pelos vistos, manter a programação habitual. Ninguém se lembrava desta medida, de facto, visionários na questão da Cultura! -----

Numa altura em que a crise sanitária trouxe, também, uma crise económica e social, a Câmara parece continuar a assobiar para o lado, continuar a apresentar as baixas rubricas do costume em programas sociais, como é o caso do Programa de Empregabilidade e Inserção Social, desta vez, com apenas uma rubrica de 9.500 euros previstos para 2021. -----

Novamente, a política é feita de escolhas, e mais uma vez esta Câmara decidiu colocar as bandeiras eleitorais à frente das necessidades das pessoas, numa altura em que as pessoas anseiam segurança no emprego, conforto nas suas casas, garantias que vai ficar, de facto, tudo bem, esta autarquia oferece rotundas, alcatrão e balneários. Portanto, isto não faz qualquer sentido para a dificuldade do ano que se adivinha. -----

Demos ainda uma chance, nesta assembleia, para votar favoravelmente a propostas que respondiam às necessidades e, mais uma vez, o PSD votou contra essas propostas, votou contra as pessoas que tanto precisavam delas. -----

É um orçamento para o ano de eleições. Era bom era que o Sr. Presidente e o seu Executivo se lembrasse que estas eleições acontecem num contexto de uma pandemia sem precedentes, e, para o Bloco, como é óbvio, esta proposta não serve, não responde às pessoas, não responde à economia. -----

Neste momento, é exigível uma resposta séria e a responsabilidade do flagelo social e económico que se adivinha no Concelho só pode ser atribuída à incompetência desta autarquia.” – Fim de citação. -----

O membro *Daniel Gomes* (PS) fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: -----

“Eu aproveito para fazer aqui dois apartes, eu não sei se se terão apercebido, mas ficamos impossibilitados de rever a última reunião de Câmara, onde se debateu precisamente este documento. Era uma boa oportunidade para revermos as trocas de argumentos que se estabeleceram entre o Executivo Permanente e os restantes vereadores, do Partido Socialista, mas por qualquer lapso técnico tal não foi possível. -----

O outro aparte é fazer referência àquilo que o Sr. Presidente acabou de referir, ainda há pouco, sobre o anuário financeiro da Ordem dos Contabilistas Certificados. Eu também visualizei esse documento, acho que é um documento que todos nós, na Assembleia Municipal,



deveríamos ver, tem bastante conteúdo relevante do ponto de vista da gestão dos municípios como um todo e, de facto, é verdade, o Município está em 4.º lugar e a ordem com que está escalonada as melhores classificações é precisamente aquela, e nós estamos lá em 4.º lugar. --- De qualquer das formas, o Sr. Presidente podia ter contextualizado um bocadinho mais, porque essa classificação é feita por ordem de grandeza do município, nós estamos enquadrados nos grandes municípios de Portugal, por causa da dimensão do número de eleitores, e dentro dessa classificação nós estamos de facto, em 4.º lugar. Curiosamente, se formos ver a nível distrital, nós não estamos. Há um município que, se não me engano, é o da Mealhada, que está à nossa frente. Só que como têm dimensões diferentes, acontece isto. ----- E isto é muito simples, estes indicadores dão muita prevalência à dívida municipal e, quanto menos dívida municipal existir, melhor classificação o município alcança, e como Mealhada tem dívida zero está muito bem classificado, e nós, para a nossa dimensão, temos, de facto, um nível de dívida bastante aceitável e, por isso, é que obtivemos esta classificação. É só este aparte, por uma questão de contextualização.-----

Este orçamento apresenta-se-nos com várias particularidades que carecem de uma explicação do Executivo. -----

Em 1.º lugar, é importante perceber o que estará na base da previsível redução das verbas atribuídas aos Custos com Pessoal, para valores inferiores a 2020 e 2019. -----

Em 2.º lugar, era também importante ter um esclarecimento relativo à redução das transferências correntes, enquanto despesas correntes do Município, cujos valores previstos também estão previstos serem inferiores a 2020 e a 2019.-----

E, em 3.º lugar, uma questão de ordem técnica relativamente às cabimentações definidas para 2021, apenas e só para 2021, particularmente para a componente não financiada. Até porque isto aqui, de facto, tem vindo a levar a alguma discussão, sobretudo nas redes sociais, como o Sr. Presidente referiu anteriormente, mas, também, deixe-me que lhe diga, Sr. Presidente, os senhores colocaram-se a jeito. Aquelas verbas são limites máximos de realização de despesa, para cada uma daquelas rubricas, e, portanto, os senhores, para além de validarem um documento que tinha gralhas, conforme o senhor acabou de referir, validaram a possibilidade de realizar despesa até ao limite daqueles montantes que lá estavam presentes. E os montantes são, de facto, muito elevados. E quem olhar para aquilo e não tiver noção disto, de facto, fica meio alarmado. Acho que, nesse particular, vocês poderiam ter colocado na coluna



Financiado outros valores para outros projetos, em vez de terem juntado tudo em algumas rubricas, como o fizeram, e dando assim aso a algumas confusões.-----

Relativamente a este último, importa lembrar que o Executivo terá de realizar uma revisão orçamental em 2021 para a inclusão do saldo de gerência de 2020, a qual permitirá reforçar muitas das rubricas do PPI com valores Não Financiados para valores Financiados. Não obstante, a menos que os valores constantes do quadro Não Financiados sejam para inglês ver, isto é, não terem significado nenhum, os montantes ali considerados são, à falta de melhor termo, absurdos.-----

Sr. Presidente, o senhor sabe, e a sua equipa também, que as rubricas de despesa devem ser cabimentadas, ou vir a ser cabimentadas, no montante exatamente previsto para todo o ano e não em montantes desmesuradamente superiores, que apenas servem para posteriores alterações entre rubricas, desvirtuando completamente a natureza e a substância daquilo que estamos a votar.-----

Nós chegámos a um momento da nossa vida coletiva em que os eleitores já descontam do discurso político o excesso de propaganda. E, em Santa Maria da Feira, o desconto tem mesmo de ser bastante elevado. Senão, veja-se: o Sr. Presidente tem-nos habituado a executar pouco mais de metade do previsto nos PPI, cifrando-se quase sempre entre 10 a 12 milhões de euros a execução deste tipo de despesas. Mas, por qualquer motivo insondável, o senhor quer-nos convencer que, em 2021, vai não só cumprir com aquilo que se compromete orçamentalmente, mas, também, com aquilo que não se compromete orçamentalmente.-----

Aliás, a façanha é de tal ordem grandiosa que, na sua mensagem inicial, que já todos aqui acabamos por invocar, fala mais daquilo que não se compromete orçamentalmente do que aquilo que estaria obrigado a fazer. Talvez seja por práticas como esta que continuamos a ter uma leve sensação de *déjà vu* sempre que discutimos este documento, visto que ficamos sempre com a impressão de que já ouvimos falar deste projeto, daquela obra ou de certo apoio, algures há 2, 3 ou 4 anos.-----

Sr. Presidente, deixe-me ser bem claro. Se o senhor executar na proporção devida os 10 projetos com cabimento orçamental apresentados pelo vereador Délio Carquejo, na última reunião de Câmara, e ainda dar seguimento a todos aqueles que ainda não têm cabimentação orçamental, mas que o senhor se referiu a eles como se fossem para avançar, eu próprio votarei em si. E digo-o de tal forma à vontade porque sei que o senhor não o vai fazer. Sei-o



eu, e o senhor também. -----

Sejamos sérios. Não nos amedronta a suposta existência de um grande volume de obra em curso. Aquilo que nos preocupa seriamente é a constatação de que, mais uma vez, o senhor não vai cumprir. O senhor não vai cumprir. Fica também clara a existência de diferentes perspetivas de políticas municipais face àquilo que deveria ser a resposta às necessidades imediatas do tecido económico e social feirense. -----

O Sr. Presidente vê na comunidade a resposta para os males que enfrentamos, mas esquece-se que à comunidade não cumpre qualquer obrigação legal de resposta aos problemas sociais. ---- Deixar à moral pública a resposta a desafios hercúleos do dia a dia não é aquilo a que nos habituou a grande família social-democrata europeia. É certo que os fóruns sociais procuram catalisar este tipo de resposta social que o senhor advoga, e à qual não nos opomos, mas também não é menos verdade que, em 2020, e no orçamento de 2021, não há qualquer apoio substancial àqueles órgãos para suprir as necessidades imediatas que poderemos vir a enfrentar. -----

Há uns anos a esta parte, nós escutávamos um anúncio televisivo que dava conta de que o algodão não engana. E, neste orçamento, o algodão são os quadros discriminados das várias rubricas. É que ao mesmo tempo que o senhor afirma apoiar os mais carenciados, também se prepara para reduzir as verbas da Ação Social e Qualidade de Vida em mais de 100 mil euros, e da Educação em mais de 750 mil euros. As funções sociais só não têm uma redução face a 2020 porque engordou o subgrupo Habitação e Serviços Coletivos com projetos dependentes de contingências externas. -----

E, no Desenvolvimento Económico, parece-me existir aqui uma grande confusão de termos. O Sr. Presidente quer-nos convencer que a beira da estrada é a estrada da Beira, mas a verdade é que uma coisa não tem nada a ver com a outra. O senhor está a tentar convencer-nos de que uma coisa chamada Bizfeira é o Santo Graal do progresso económico feirense, misturando correlação com causalidade. Sr. Presidente, não é por termos novos supermercados a fixarem-se em Santa Maria da Feira que ficam demonstrados os méritos do Bizfeira, dado que supermercados surgem em catadupa nos concelhos vizinhos, tal como aqui. E se a belga VGP, Atepelí ou a Parfois decidem investir em Santa Maria da Feira, isso não significa necessariamente que o façam pelos esforços louváveis do Sr. Presidente. -----

É que, para além das vantagens geográficas e infraestruturais de que o território beneficia,



*MJ*  
*[Handwritten signature]*

também temos dentro de portas um *savoir-faire* associado a vários hubs industriais que são, por si só, um atrativo relevante para o estabelecimento de parcerias industriais e comerciais. E isto é assim há muito tempo, e em nada depende do Bizfeira. -----

Diga-me, Sr. Presidente, qual é a taxa de ocupação dos novos parques industriais do Concelho? Não são os registos de compra e venda de terrenos, mas sim dos investimentos realmente concretizados, com empresas em operação. -----

Diga-me, Sr. Presidente, se quer reabilitar as nossas zonas industriais, pelo menos quatro delas, conforme o invocou na sua declaração proclamatória inicial, porque não as encara como prioritárias e lhes dá o devido cabimento orçamental? -----

Isto, ao contrário do Bizfeira, poderia fazer, de facto, toda a diferença. -----

Por último, ainda neste ponto, recordo a importância reputacional da política fiscal, no caso concreto, da derrama. Aliás, eu já falei disto anteriormente. É certo que as grandes empresas não seriam beneficiadas com uma redução da taxa de derrama para volume de negócios mais baixos, contudo, pequenas empresas com proprietários residentes nas freguesias limítrofes do Concelho, até poderiam ter interesse em trazer as suas operações para dentro do nosso território. Nesse sentido, eu próprio procurei saber a quanto corresponderia a receita municipal com a taxa reduzida de derrama, e, para isso, tentei obter essa informação junto dos serviços da Administração Central de Finanças, mas, por qualquer motivo que também, sinceramente, não consigo compreender, não fornecem essa informação a membros das assembleias municipais, que têm a obrigação legal de decidir sobre isso. -----

Portanto, Sr. Presidente, dê, por favor, instruções para que o pedido seja realizado e, assim, possamos ficar devidamente instruídos desta matéria. -----

Por todo o exposto, votaremos contra esta proposta de Orçamento para o ano 2021.” – Fim de citação. -----

-----  
Interveio o membro **José Manuel Leão** (PSD) que começou por dar nota que, antes de falar sobre o ponto em apreço, iria dizer o que tinha preparado para referir no Período de Antes da Ordem do Dia desta sessão, uma vez que não tivera a oportunidade de intervir nessa altura. ----  
Posto isto, o membro José Manuel Leão disse o que, de seguida, se passa a citar: -----  
“O nosso tribunal, uma longa novela sem fim à vista. Passada mais de uma década do episódio de um edifício em perigo de ruir, sem o mínimo de condições de habitabilidade, foi



*[Handwritten initials and signature]*

feita a evacuação e o tribunal ficou a funcionar num armazém da zona industrial do Roligo, em condições degradantes para a magistratura e para todos que aí trabalham e a esses serviços recorrem. -----

O Ministério da Justiça encontra uma solução provisória alugando um edifício ao lado com uma área que quase duplica a do tal edifício dito em risco de ruir. Até aqui tudo bem, se é que o edifício corria tal perigo.-----

A Câmara Municipal, dona do terreno onde estava o tribunal, aproveita a situação e solicita a reversão do terreno, não sendo necessário o Ministério da Justiça gastar dinheiro com a demolição do edifício. Nada feito, porque o Governo Socialista de José Sócrates já tinha sido substituído por Passos Coelho. Mandaram averiguar e chegaram à conclusão que o edifício não estava em perigo de ruir. Tanto assim é que parte dele já está recuperado. -----

Entretanto, o contrato de arrendamento foi realizado por 15 anos. A Sr.ª Ministra Van Dunem foi alertada para o timing da execução do projeto, de forma a termos um novo edifício antes do término do contrato de arrendamento. A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira ofereceu-se para custear o projeto de forma a acelerar o processo.-----

Não. Não pode ser.-----

O projeto tem de ser encomendado pelo Ministério da Justiça. Há ano e meio, a Sr.ª Ministra da Justiça inteirou-se da urgência da resolução deste problema. O resultado parece estar à vista, vamos chegar ao fim do contrato de arrendamento sem novo tribunal.-----

Santa Maria da Feira sai prejudicada porque as atuais instalações são inadequadas, o erário público sai prejudicado porque a renda é elevadíssima. Na verdade, temos um Governo com a preocupação, do que aparece na comunicação social, faz anúncios em cima de anúncios, mas não resolve os problemas das pessoas.-----

Há um mínimo de pudor na gestão dos dinheiros públicos.” – Fim de citação. -----

Prosseguindo a sua intervenção, o membro José Manuel Leão referiu que, de seguida, iria abordar o presente ponto da Ordem do Dia. Disse o que, de seguida, se passa a citar:-----

“O Executivo municipal apresenta o último Plano e Orçamento deste mandato.-----

É importante realçar a coerência entre o que o PSD propôs em 2017, quando se apresentou a sufrágio aos feirenses, o conseguido até hoje e o documento que antevê 2021.-----

Perante uma análise realista e factual, verifica-se que os objetivos traçados, ainda que ambiciosos, vão sendo alcançados, com muita persistência do presidente Emídio Sousa e de



*Handwritten initials and signature*

uma equipa coesa, que não se poupa a esforços e a um trabalho contínuo e intenso, como acontece agora durante esta pandemia. -----

A dívida que o Partido Socialista dizia tornar a Câmara ingovernável, quase desapareceu com a gestão rigorosa, permitindo pagar a 10 dias e ser considerada em termos de eficiência financeira em 4.º lugar a nível nacional. -----

Realmente, a vida tornou-se cada vez mais difícil para a crítica do Partido Socialista à gestão da Câmara de Santa Maria da Feira. -----

Perante a evidência da boa gestão, perante a sábia intervenção na área social com a ajuda em rede em todo o Concelho, perante o trabalho de captação de investimento para criação de postos de trabalho, perante a recuperação de 250 km de estradas no nosso Concelho e a recuperação de vários centros urbanos, que criticar? -----

Na Câmara, o PS consegue criticar por ser um orçamento eleitoralista e, em simultâneo, ser impossível de executar. É tudo e o seu contrário. Enfim, compreendo a difícil tarefa de justificar o voto contra. -----

Pode sempre dizer-se que falta isto ou falta aquilo. Claro que sim. Há sempre muito mais a fazer e a melhorar. -----

Não há é argumentos válidos para criticar o que de bem se faz e o que se preconiza fazer em 2021. -----

A proposta que a Câmara apresenta para 2021 a esta Assembleia é a continuidade do trabalho de 2020, com os constrangimentos financeiros que qualquer orçamento implica, num ano ainda atípico devido à pandemia, com inevitáveis perdas de receita, para além da redução do IMI que a Câmara assumiu e muito bem. -----

Até na intervenção de hoje o PS refere a questão do saldo orçamental e, depois, critica as parcas verbas em algumas rubricas. É evidente que, quando for feita a transferência do saldo orçamental, muitas dessas rubricas vão ser fortemente reforçadas. -----

Enfim, em suma, realça-se a constante preocupação nas respostas sociais, a luta pela criação de emprego e a melhoria da qualidade de vida dos feirenses, que é isso que mais importa. -----

Chamar a isto eleitoralista é dizer que os feirenses não sabem aquilo que querem, porque se se responde às necessidades dos feirenses, está-se a cumprir o melhor bem, que todos ambicionam.” – Fim de citação. -----

-----  
-----





Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* informou que, de seguida, haveria lugar a uma segunda ronda de intervenções para os partidos que ainda não tivessem esgotado o seu tempo e, após isso, daria a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para este encerrar o debate. -----

Interveio o membro *Pedro Alves Ferreira* (BE) que começou por dizer que a pergunta que fica, depois de ouvir o membro José Manuel Leão, é se o mesmo acredita mesmo naquilo que diz, se acredita que este é um orçamento social, se acredita sinceramente que este é um orçamento que responde à população, que responde às dificuldades que virão no próximo ano. Disse que em causa não está uma questão de argumentos, mas sim a realidade, e que a realidade mostra que este orçamento não responde às necessidades, não responde ao emprego, não responde à habitação, não responde à crise social que se vai abater no Concelho. Referiu não ser um orçamento que consegue, efetivamente, ajudar aqueles e aquelas que perderam rendimentos durante a pandemia, assim como ajudar os proprietários dos negócios existentes no Concelho que perderam rendimentos durante a pandemia, como é o caso dos estabelecimentos do setor da restauração, comentando que esse setor, ainda nestas últimas semanas, se fez ouvir. Fez sobressair que, portanto, é necessário dar tais respostas e que essas respostas não existem. -----

Referiu, sobre o proferido pelo membro José Manuel Leão de que acusar este orçamento de ser eleitoralista é dizer que as necessidades dos feirense não estão a ser atendidas, que as necessidades dos feirenses já têm vários anos e que lamenta que só este orçamento para 2021 reveja uma série de obras e de requalificações que já deveriam ter sido feitas, acrescentando que, portanto, é claro que o orçamento para 2021 é eleitoralista e é claro que se trata de um orçamento que abana todas as bandeiras que o PSD quer abanar, assim como esconde tantas outras. -----

Reafirmou que as necessidades dos feirense já têm vários anos, como a necessidade de ter as estradas em bom estado, de ter um apoio social sério perante a perda de rendimentos, de ter um concelho atrativo do ponto de vista ambiental e de lazer, frisando que essas necessidades não apareceram em 2020 e que o PSD não respondeu, nos últimos 4 anos, às necessidades dos feirenses. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Pedro Alves disse ser claro que, para além do óbvio esquecimento das respostas à pandemia, que disse julgar ser propositado, a única coisa que



pode concluir do orçamento municipal para 2021 é que nada mais é do que apenas um panfleto eleitoral e que, depois, como já é hábito por parte deste Executivo, a obra ficará por realizar, comentando que o futuro dará, certamente, razão ao Bloco de Esquerda no que a esta matéria diz respeito: -----

-----  
Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve:-----

“Revivemos uma proposta orçamental idêntica em palavras, vírgulas e pontos: digna de uma epopeia grandiosa com um ator principal, Emídio Sousa. -----

Após uma leitura aprofundada deste plano e orçamento apresentado para o ano 2021, voltamos a reviver fantasmas de orçamentos passados. -----

Um orçamento recheado de promessas, execuções e sonhos, como disse um poeta Lusitano que respirou, em eventos sociais. “Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.” -----

Porém, neste pensamento deve a palavra “Deus” ser substituída por “Emídio Sousa” e “homem” por “Feirense”, chegamos a uma premissa que diz “Emídio Sousa quer, os Feirenses sonham, a obra nasce”. -----

Mas o que está plasmado nesta hecatombe de palavras são promessas jogadas ao vento. -----

O que saltou logo à vista foi a projeção de receitas para o ano de 2021. -----

Não é compreensível prever um orçamento com as mesmas receitas, quando tivemos um ano atípico, onde toda atividade produtiva existente no nosso território, está a passar, provavelmente, o momento mais difícil da nossa história a nível económico e social, que afetou os feirenses, retirando poder de compra e capacidade de investimento. -----

Este era o momento para que o Executivo pudesse avaliar a carga fiscal que aplica às empresas, e a quem se quer fixar no concelho. -----

Tomando como exemplo concelhos vizinhos, que já implementaram algumas dessas medidas, reduzindo substancialmente os impostos que são da sua responsabilidade, o que parecia ser uma perda de receita, transformou-se numa mais-valia para esses concelhos. -----

Outro ponto que me preocupa foi a relação no apoio às instituições e coletividades. -----

Sabendo a existência das dificuldades que num ano normal já é visível, o retirar apoios nesta fase acabará na extinção de algumas. -----

Relativo à rubrica de conservação do património e impulsão do espólio histórico fica nas



águas das tormentas à espera de dobrar o Cabo da Boa Esperança. -----  
Não se percebe como é possível não dignificar zonas, edifícios e relíquias históricas de  
relevância e reconhecimento nacional.-----  
Uma das zonas é o Castro de Romariz, a qual não existe qualquer cuidado. É deplorável, em  
pleno século XXI, existir um local histórico com vestígios arquitetónicos do séc. V Antes de  
Cristo, é considerado uma das estações arqueológicas mais significativas da região Entre  
Douro e Vouga, classificado como imóvel de interesse público. -----  
Não ter qualquer infraestrutura de apoio como por exemplo um ponto informativo (QR Code  
do sítio), ou apoios básicos para quem visita, não oferecendo qualquer conforto. -----  
Fico surpreendido quando o executivo paga 2.000 € para uma página de divulgação do  
concelho na qual fala de eventos de bandeira, mas que esquece as suas raízes. -----  
Podemos resumir a visão deste Executivo sobre o Património nesta frase escrita pela  
historiadora Emília Viotti da Costa, “Um povo sem memória é um povo sem história. E um  
povo sem história está fadado a cometer, no presente e no futuro, os mesmos erros do  
passado.” -----  
De enaltecer os vários capítulos de promessas, para a resolução de acessos e apoio rodoviário  
no concelho.-----  
Continuamos numa história sem fim, da rotunda na Cruz, alternativa ao túnel dos Passionistas  
ou como numa estação rodoviária imaginária.-----  
Outro ponto digno de uma telenovela mexicana foi, e continua a ser, a construção dos vários  
centros de saúde no concelho.-----  
Será que vamos despertar em 2021 com a realização da 3 USF no nosso concelho?-----  
Esta bandeira foi estreada e retirada várias vezes num jogo de ping-pong entre a Câmara e a  
ARS Norte.-----  
Mais uma quadra no nosso concelho, a requalificação e ampliação de zonas industriais.  
Infelizmente acaba como o nome da rua da zona industrial sita em Sanguedo, “Rua do  
Futuro”, um beco sem saída com uma visão muito virada de Silvado. -----  
Para quando tornar os parques industriais do concelho mais atrativos? Com infraestruturas  
dignas para as necessidades dos dias de hoje.-----  
Como sou um homem de fé, também gostaria de poder um dia me orgulhar de viver num  
concelho amigo do ambiente. Onde não fosse usado herbicidas nos espaços públicos, os



MSA  
S.  
Sey

nossos rios fossem preservados e limpos, uma rede de ciclovias. -----

Por fim, algo que nos pode afetar em qualquer momento da nossa vida, mobilidade e acesso. --

Li neste orçamento uma fábula sobre o investimento, para dar melhores condições a quem tem dificuldade de deambular pelos edifícios e pelas ruas do concelho, será sempre um assunto de pouco relevo, mas sim de propaganda eleitoral. -----

Convido o Executivo a sentar-se numa cadeira de rodas ou a andar com canadianas para perceber o que realmente significa mobilidade reduzida no nosso concelho. Um assunto enrolado com muita leviandade. -----

Para terminar, Sr. Presidente, como desde o primeiro dia que aqui cheguei como deputado municipal, continuo a acreditar que Santa Maria da Feira merece mais, muito mais.” -----

-----  
Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que o Executivo Permanente, em 3 anos do mandato, num horizonte temporal de 4 anos, fez um terço do que se comprometeu a fazer e que, agora, quer fazer crer que num ano, ou em 10 meses, vai fazer os dois terços que faltam. -----

Realçou que, como é óbvio, o Executivo Permanente não o vai fazer e vão ficar muitas medidas estruturais por concretizar, dando nota que um exemplo paradigmático dessa situação é o caso do parque na envolvente do Rio Cáster, na cidade de Santa Maria da Feira, salientando que esse parque, apesar de nunca ter sido realizado, já teve dois nomes, pois inicialmente era designado por Parque do Cáster e, agora, é designado por Parque dos Condes de Fijô. Disse, a esse respeito, que o certo é que o parque nunca apareceu, comentando que nem se importava que ele fosse concretizado em primeiro lugar e, depois, escolhido o nome, referindo que, com este exemplo, quer demonstrar a amplitude temporal entre as promessas e o tempo em que são cumpridas. -----

Salientou que, portanto, ficam a faltar os investimentos estruturais que já deviam ter sido feitos, comentando que, na sequência disso, o Executivo Permanente recorre à velha fórmula que sempre foi aplicada em Santa Maria da Feira, que é pôr alcatrão e arranjar uns largos para, desse modo, ganhar as eleições. Realçou que quem fica a perder com isso são os municípios e o Concelho, porque os investimentos estruturais iriam dotar o Concelho para o futuro, mas que, em Santa Maria da Feira, o futuro é ganhar as eleições que estão logo ali à frente. Fez notar que, no entendimento do grupo municipal do PS, esse não é o procedimento

---



M/10  
S/1

mais acertado para o desenvolvimento do Concelho e para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes. -----

Disse que, a esse respeito, o PSD pode começar a ter em consideração as intervenções do PS porque, há 10 anos, o PS dizia que a dívida da Câmara era insustentável e, agora, a principal bandeira do PSD é dizer que reduziu a dívida e que a situação da autarquia ficou melhor. Referiu que o que aconteceu é que, se calhar, o PS tinha razão antes do tempo, acrescentando que o PS também contribui para o desenvolvimento de Santa Maria da Feira, apesar de custar a alguns reconhecer isso. -----

Disse que todos podem crer que o Partido Socialista não está descontente por as contas da Câmara estarem melhores, bem pelo contrário, até porque já defendia isso há 10 anos, ressaltando que o que aconteceu foi que se demorou a corrigir essa situação, causando prejuízos porque o fator de correção levou a que muitos investimentos não fossem feitos. -----  
Concluindo a sua intervenção o membro Sérgio Cirino disse querer que se olhe, em Santa Maria da Feira, mais pelo futuro do Concelho do que pelo futuro das eleições autárquicas, as quais estão a 10 meses de distância. -----

-----  
Interveio o membro *José Carlos Silva* (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Mozelos, que disse o que, de seguida, se passa a citar:-----

“Há aqui algumas questões que gostaria de apresentar, e há aqui uma questão técnica para o Daniel. Confundi, aqui, investimentos com financiamentos definidos e não definidos. -----

Eu vou passar a explicar. É importante ouvir bem porque, na realidade, houve alterações. A obrigatoriedade que foi feita na necessidade de fazer planos plurianuais de investimento, o que nós estamos aqui a definir, que fique claro, com a questão da Lei das Finanças Locais, obrigatoriamente só se pode fazer investimentos se tivermos cabimento. -----

Houve uns lapsos, onde se diz balneários devia dizer requalificação do complexo, e eu acho que a Oposição perdeu muito tempo em 2 ou 3 lapsos, não percebi muito bem porque, na realidade, não há qualquer situação, há uma gestão definida. -----

Investimento. Não é investimento, é financiamento. O que não está definido, certamente vai-se aproveitar. Como sabe, não era permitido, mas, pelos vistos, para o próximo ano, vai haver uma ajuda porque pode-se incluir no orçamento tudo o que não estava, e estamos a falar, sensivelmente, de 40 milhões de euros do saldo de gerência. Porque, na realidade, só

---



não o podemos incluir, e quando se obriga uma Câmara a fazer um plano plurianual a 4 anos, quando é um ano eleitoralista vai ter de se meter as obras. -----

Como é que se vai fazer a planificação quando nós não temos o nosso Quadro Comunitário 2021-2027? Já devia estar feito. Aí sim, vamos ajudar também as empresas, vamos ajudar as autarquias, vamos ajudar toda a gente. Não há nada, nem uma linha. -----

Fala-se de uma bazuca, espero que seja mesmo uma bazuca, que não saia uma arma de pressão porque nós temos muitos problemas para resolver. -----

Na realidade, o que está lá são as grandes obras, o que foi obrigatório, o que tem de ser definido, é isso mesmo, a 4 anos. Está claro, essa é uma realidade. -----

Agora não vamos confundir nem vamos atirar areia, estamos a falar de financiamento, estamos a falar do sistema nacional de contabilidade que, agora, está muito próximo das empresas privadas. -----

Obrigaram também as Juntas, com orçamentos miseráveis, de 200 mil euros, a ter o mesmo sistema de contabilidade. Nós somos quase obrigados a ter um Técnico Oficial de Contas muito altamente qualificado. -----

Vamos dizer as coisas como elas são, o que está lá é aquilo que foi definido como financiamento. Não há erros. O que há é financiamento definido e não definido. Poderá ser definido mediante aquilo que vão ser as obras e vai estar de acordo, também, com aquilo que o Quadro Comunitário, se existir, vai financiar, para podermos avançar. Esses trocadilhos de avançar quando haverá dois ou três lapsos normais, pronto, houve um lapso, quem escreveu, escreveu balneários quando devia escrever parque de Pigeiros, escreveu requalificação da casa de banho quando devia ter escrito requalificação do parque em Paços de Brandão. E, a partir daí, faz-se um grande espetáculo? Não percebi muito bem. -----

Que fique claro, não há qualquer erro aqui, há, claramente, quadros financeiros e modelos financeiros, e estamos a falar de financiamento definido e não definido, não estamos a falar de investimentos. -----

As Grandes Opções são as opções da Câmara, que, muito bem, tomou-as e definiu. -----

Temos 74 milhões de euros que, esperemos, sejam todos utilizados. E a maior parte das vezes não são utilizados porque este Governo também consegue criar grandes dificuldades para se poder investir. São meses e meses para termos os pareceres dos tribunais constitucionais, e por aí fora. São meses e meses. -----



HJK  
→  
eli

Mas agora também gostaria, para ficar bem claro, de falar algumas situações. -----

Agrada-me também a CDU, claramente, que disse uma série de situações. Agora, o que achei estranho foi que a política da cassete da CDU passou para o Bloco de Esquerda. Não sei se foi da geringonça, o Bloco de Esquerda agora tem, também, uma política de cassete quando diz que, na Cultura, é uma atividade normal, quando nós temos quatro ou cinco atividades premiadas em termos internacionais, com os programas todos os anos a ser alterados com grande valor acrescentado. É uma coisa que acho extremamente interessante.-----

E só pode haver economia social, e esperemos, para o ano, resolvermos primeiro o problema da Saúde, que está em primeira mão, para depois termos o problema social em mãos, e o económico. Mas o problema social será resolvido se houver um desenvolvimento económico.- Quando nós chamamos um investimento, e isso a Câmara tem feito muito bem, cativar investimento, é fundamental para também ajudarmos em termos sociais e, mais do que isso, os grandes investimentos também atraem e são muito importantes para as pequenas empresas do nosso Concelho, das nossas freguesias, porque o investimento traz outros investimentos. É muito claro. -----

Evidentemente, não valerá a pena estarmos a falar sempre. Quando estamos a falar de eleitoralistas, é normal que, num ano antes de eleições, e eu já ando nisto há muitos anos, se diga sempre que é um programa eleitoralista. É o normal, são as obras que têm de ser feitas.--- Há claramente diminuições, há a diminuição do IMI, há a diminuição da derrama, há uma série de medidas que foram já elencadas para avançar. E isto é importante que se diga. ----- Em termos sociais existem muitas ferramentas, e as ferramentas têm de ser utilizadas em conjunto, também, com o próprio Estado. Era isto que tinha a dizer.” – Fim de citação. -----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos, começando por dizer que ficou agradavelmente surpreendido porque notou em todas as intervenções um quase elogio à Câmara, apesar de travestido de crítica, comentando que, normalmente, os debates sobre o orçamento municipal são difíceis porque os que têm a obrigação de fazer as coisas sabem o que isso custa, enquanto, para aqueles que dizem que faziam muito melhor mas que nunca fizeram nada, é muito fácil criticar. -----  
Referiu que o membro Ângelo Santos até o comparou a Deus, salientando, a esse respeito, que é uma pessoa cheia de defeitos, que tem os seus defeitos como qualquer ser humano. -----



Disse querer dar nota que, no seu entendimento, alguns dos intervenientes pensam estar na Assembleia da República quando estão na Assembleia Municipal, dizendo achar que alguns deviam ler novamente a lei das competências das autarquias locais para, quando intervirem neste fórum, não dizerem coisas que não devem dizer, como falar em impedir os despedimentos ou em dar dinheiro a estes ou aqueles, frisando que existe um quadro de competências definido na Lei e que é dentro desse quadro que os respetivos órgãos devem agir. Realçou que, se alguém tem aspirações a ser deputado na Assembleia da República, então que faça tal género de intervenções noutra fórum que não na Assembleia Municipal, porque isso não faz nenhum sentido.-----

Referiu que, depois, há uns que dizem ser um disparate a Câmara estar a pavimentar as estradas, que devia era estar a abrir caminhos por meio dos montes, dizendo, a esse respeito, que a Câmara está a pavimentar estradas, está a fazer percursos pedestres, está a fazer ciclovias, ou seja, que está a dar resposta às novas necessidades. -----

Fez notar que, como já disse muitas vezes, considera que a política da esmola não dignifica o ser humano, pelo que a Câmara não tem essa política, mas sim a política do desenvolvimento económico, de dar a cana em vez de dar o peixe. Realçou que existem momentos em que, obviamente, a pessoa precisa que se lhe dê o peixe e que, nessas alturas, a Câmara dá o peixe, mas que a essência da Câmara é dar a cana, é apostar no desenvolvimento económico e no crescimento para haver emprego para o maior número possível de pessoas, comentando ser por isso que a Câmara aposta fortemente na educação e na cultura. -----

Disse ouvir muitas vezes que não há investimento estratégico, comentando, sobre isso, que gostava que alguém escrevesse algures qual é esse investimento estratégico que falta fazer no Município porque, no seu entendimento, investimento estratégico é ter um território devidamente infraestruturado, com rede de água, com rede de saneamento, com boas estradas, com luz, com gás, frisando que isso é que é investimento estratégico. -----

Referiu que outro investimento estratégico é ter bons serviços de saúde, fazendo sobressair que, no Município, existe médico de família e enfermeiro de família para todos. -----

Disse que investimento estratégico é também ter boas escolas e que, a esse nível, as escolas existentes no Município são do melhor que há no País, acrescentando que outro investimento estratégico é ter respostas sociais sempre que são necessárias, sublinhando que, no Município, existem 53 IPSS em pleno funcionamento, que integram uma rede social com 110 parceiros. --





Deu nota que um bom investimento estratégico é ter as ruas seguras, é não haver criminalidade para que as pessoas se sintam confortáveis e seguras, comentando que devem haver poucos municípios do País com o mesmo nível de segurança que tem o de Santa Maria da Feira. Salientou que, felizmente, Portugal tem muitos bons níveis de segurança, mas que Santa Maria da Feira está entre os melhores municípios do País e que basta ver os indicadores de criminalidade para comprovar isso.-----

Frisou que ter investimento estratégico passa por ter aquilo que mencionou, reforçando que, obviamente, também passa por ter as ruas em boas condições, comentando que ninguém quer andar num território que não tenha as ruas em bom estado. -----

Salientou que, em Santa Maria da Feira, já se está num outro nível, realçando que quando se fala na requalificação dos centros urbanos está-se a falar ao nível do passeio e do pavimento digno, de espaços de permanência dignos, realçando que o investimento infraestrutural feito ao longo dos anos permite, agora, fazer tal tipo de intervenções, comentando que a população está, cada vez mais, a envelhecer e precisa de ter tais espaços dignos. Fez notar que é esse trabalho que a Câmara está a fazer, sem nunca descurar o desenvolvimento e o investimento económico. -----

Realçou, em relação à afirmação de que o Executivo Permanente só se preocupa com o investimento estrangeiro, que quando se traz para Santa Maria da Feira uma Parfois, que até é portuguesa, uma Louis Vuitton, uma Multicuir, uma Molaflex, assim como dezenas de outras empresas, não se olha a se são portuguesas ou estrangeiras, dizendo que aquilo que quer é trazer bom investimento para o Concelho, que crie bom emprego.-----

Disse que, como é evidente, prefere o investimento nacional, fazendo notar que não há nenhum investidor nacional, que não há nenhum empresário que, precisando de apoio, diga que o Presidente da Câmara não olhou para ele e não tentou resolver o problema. Referiu que só não resolve o problema desse empresário caso não tenha nenhum instrumento legal para o fazer, caso contrário resolve-o, acrescentando que desafia qualquer um a dizer que não lhe deu a devida atenção na legalização da sua fábrica, na questão da isenção das taxas urbanísticas, na procura das melhores soluções em termos de terreno, entre outras situações.---

Referiu que, portanto, ouviu algumas críticas a alguns aspetos que lhe parecem de pouco relevo, realçando que este orçamento municipal é dos que mais orgulho lhe dá em defender porque, na generalidade, as críticas feitas não são críticas, mas sim coisas muito pontuais, de



dizer que falta fazer uma coisa ou outra. -----

Disse que, como notas finais, dava nota que o aumento de 4 milhões de euros do orçamento para 2021 tem a ver com fundos comunitários, acrescentando que outra nota é que não há diminuição das transferências para as Juntas de Freguesia, explicando que o que acontece é que uma parte das transferências passa a ser feita pelo Estado Central, reforçando que nem um euro foi retirado às verbas a transferir para as Juntas de Freguesia. -----

Salientou, ainda, que ouviu algumas críticas à aposta cultural feita no Município, dizendo não compreender tais críticas porque o Município é inovador e desenvolve projetos que, depois, são copiados por outros municípios. -----

Realçou que sente orgulho em ser de Santa Maria da Feira, mencionando que o mérito pelo trabalho alcançado não é do Presidente da Câmara, que é mérito de uma equipa, que é mérito das gentes do Concelho, que é mérito de todos. -----

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara disse querer deixar uma nota ao membro Sérgio Cirino, salientando que, obviamente, a Câmara conta com o contributo do PS para o engrandecimento do Concelho. Referiu que o PS é um partido democrático, tal como é o PSD, dizendo que, apesar de lamentar o voto contra do PS ao voto de saudação ao 25 de Novembro, sabe que o PS, na sua essência, o PS de Mário Soares, é um partido da democracia liberal, do respeito pela liberdade, pelo que considera tal voto contra como um desvio de momento, de contingência, realçando que o PS da Liberdade é aquele que aprecia e com o qual gosta de debater. -----

-----  
Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 32 votos a favor (PSD: 29, PS: 3 – Rui Alves Rios, Valdemar Silva e Francisco Andrade), 15 votos contra (PS: 11, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1) e 1 abstenção (IND), aprovar o Plano e Orçamento Municipal para o ano de 2021 – dossiê cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

-----  
O membro *Manuel Melo* (IND), Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares, fez a seguinte declaração de voto: -----

“A minha abstenção prende-se com a transferência para as freguesias. Neste Orçamento é dotado cerca de 4 por cento. As freguesias, e isto é uma reflexão que deixo para o Sr.



11/10  
A.  
P.

Presidente da Câmara, necessitam de um aumento, quer nas receitas de capital, quer nas receitas correntes, para se poder melhorar os serviços das nossas populações.” -----

Reentrou a deputada municipal Susana Silva.-----

Saiu o membro Jorge Ferreira.-----

**6 – Contrato-Programa para 2021 a celebrar entre o Município e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.** -----

**- Autorização para celebração do contrato-programa** -----

O Sr. *Presidente da Assembleia* introduziu o assunto em epígrafe, dando nota que o Sr. Presidente da Câmara e a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Cristina Tenreiro, não participam na discussão deste assunto uma vez que exercem funções na empresa municipal Feira Viva, integrando o seu Conselho de Administração. Assim sendo, passou, de seguida, a palavra à Sr.ª Vereadora do Pelouro da Administração e Finanças, *Helena Portela*, a qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 23 de novembro de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Acompanha a deliberação camarária suprarreferida a minuta do contrato-programa em epígrafe, instruída com o parecer prévio do Revisor Oficial de Contas Ângelo Couto, C. Ribeiro & L. Carvalho, SROC, datado de 30 de outubro de 2020 – documentos cujos teores se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que, como é do conhecimento geral, a CDU é, por princípio, contra este tipo de empresas municipais. Disse que, do ponto de vista pessoal, compreende o porquê de terem sido criadas, mas que também considera que devia ser criada nova legislação para que este tipo de empresas não tivesse de existir.-----

Referiu que a CDU compreende que a Feira Viva esteja numa situação muito difícil dado que o País está praticamente parado há 9 meses, principalmente nos setores em que a empresa municipal atua, mas que também tem sido crítica naquilo que tem sido a gestão da Feira Viva ao longo dos anos.-----



Disse não poder deixar de referir que a empresa municipal entra, muitas das vezes, em competição direta com a oferta das associações concelhias, e que entende que isso deve ser alvo de reflexão para que não aconteça, nomeadamente nas ofertas desportivas, comentando que a Feira Viva acaba por dar exatamente a mesma oferta desportiva da que dá, há mais tempo, certas associações. -----

Realçou ainda que, ao longo dos anos, a empresa municipal tem recorrido àquilo que é a precariedade dos seus trabalhadores, fazendo notar, a este respeito, que leu na ata da reunião de Câmara se referirem a estes como colaboradores, ressaltando que colaborador é algo que não existe na legislação do trabalho. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Filipe Moreira informou que iria votar contra principalmente porque a CDU é contra a existência deste tipo de empresas municipais. -----

-----  
Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que disse compreender que a Feira Viva passa por um momento de grande dificuldade porque a atividade que exerce está, também ela, a passar por um momento muito complicado devido à pandemia, a exemplo do que acontece com muitos setores da sociedade. Disse que o CDS-PP compreende que os custos que a Feira Viva está a ter, devido a tal situação, têm de ser suportados pelo Município, para a empresa municipal poder voltar a prestar o serviço que presta à comunidade bem como continuar a preservar os equipamentos que gere. -----

Referiu que, contudo, não concorda com a gestão que está a ser feita pela Feira Viva, e que exemplo disso é o último empréstimo contraído pela empresa municipal para pagar a fornecedores. Disse, nesse âmbito, que o documento apresentado posteriormente em reunião de Câmara veio confirmar todas as suspeitas que o CDS-PP já tinha, ou seja, que esse empréstimo vai ser suportado por todos os municípios feirenses e que a Feira Viva vai continuar a gerir conforme quer e lhe apetece. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Ângelo Santos disse que nada garante que, daqui por uns anos, não se esteja a fazer novo empréstimo para pagar a fornecedores da Feira Viva, ou para pagar dívidas provocadas pela gestão da mesma, dando nota que, por essa razão, iria votar contra. -----

-----  
Interveio o membro **Pedro Alves Ferreira** (BE) que começou por dizer que queria fazer uma



observação em relação ao que o Sr. Presidente da Câmara referiu no ponto anterior da Ordem do Dia, quanto à questão da autarquia não ter competências para impedir despedimentos. Disse que o Bloco de Esquerda sabe disso, mas que, por outro lado, já parece que a Câmara tem competências para inaugurar e para dizer que trouxe a empresa X ou a empresa Y para o Concelho. Salientou que, de facto, a Câmara competências não tem, mas que tem demonstrado muita incompetência, comentando que a autarquia dá isenções, dá terrenos, mas já não tem competências para defender o emprego. -----

Neste âmbito disse que, no ano passado, num caso envolvendo uma empresa corticeira, a qual foi alvo de um processo em tribunal, até o Tribunal Constitucional deu razão à trabalhadora, tendo o silêncio da Câmara demonstrado que esta ficou do lado da ilegalidade. Salientou saber muito bem que, quando a Câmara quer, demonstra competência para defender sempre a empresa e nunca o trabalhador. -----

Disse que outra nota que queria dar tem a ver com a afirmação de que a Câmara dá a cana, e não o peixe, fazendo sobressair, sobre isso, que o problema é que dar a cana não tira a fome às pessoas, comentando que ensinar as pessoas a pescar quando estão com fome é complicado.---

Referiu que o Sr. Presidente da Câmara se refugia sempre no argumento do orgulho no Concelho, salientando, sobre isso, que também tem orgulho e que é por isso que quer mais e melhor para o Concelho, mas que o problema é que a Câmara Municipal parece sempre enganar-se de quem representa, ressaltando que, aí, o Bloco de Esquerda não se engana. -----

Prosseguindo a sua intervenção o membro Pedro Alves passou a aludir ao ponto em discussão, salientando que o Bloco de Esquerda sempre foi claro na sua posição quanto à existência da Feira Viva e quanto à delegação de competências a uma empresa municipal que deveriam ser da Câmara Municipal, acrescentando que isso é incompreensível e que, como se tem verificado ao longo dos anos, não traz qualquer benefício para o Concelho. -----

Disse que, de ano para ano, o subsídio à exploração aumenta, comentando que a verba para 2021 aumenta cerca de 875 mil euros face à de 2020, quando os compromissos e as metas se mantêm mais ou menos as mesmas. -----

Referiu ser certo que a pandemia alterou, em 2020, uma série de planos, acrescentando que, para além daquilo que a Feira Viva propõe fazer em 2021, interessa também saber o que foi feito em 2020. Disse que, uma vez que a Feira Viva realiza contratos com intervenientes dos eventos, interessa saber se a empresa municipal manteve os compromissos, não só com a



Câmara, mas, também, com os agentes culturais, dado que existiram desmarcações, adiamentos e cancelamentos. Reafirmou ser interessante saber se a Feira Viva manteve os pagamentos a 100%, se pagou, se só pagou metade, realçando que tais perguntas são importantes porque, numa altura em que se vê o orçamento da empresa municipal reforçado, e depois de um ano em que praticamente não existiram atividades, é necessário perceber se a Feira Viva garantiu as ajudas necessárias aos intervenientes afetados pela pandemia, uma vez que, certamente, tinha orçamento para o fazer. -----

Realçou que também era importante entender, em nome da transparência e do rigor, o que foi cumprido e o que ficou por cumprir no respeitante às metas que a Feira Viva se propôs atingir no contrato-programa para 2020. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Pedro Alves referiu que o Bloco de Esquerda iria votar contra o contrato-programa para 2021, explicando que o fazia por uma questão de coerência, no seguimento do que tem defendido ao longo dos anos, mas também pela constante falta de escrutínio rigoroso por parte da Câmara à Feira Viva. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer, em relação à empresa municipal Feira Viva, que o grupo municipal do PS não é, por princípio, contra a existência de empresas municipais, comentando que ele, pessoalmente, também não é, dizendo que, por princípio, é a favor da boa gestão e contra a má gestão, realçando serem duas coisas diferentes. -----

Salientou que a sua opinião é que as atividades, estando numa empresa municipal, são mais escrutináveis do que se estivessem englobadas no próprio Município porque, na empresa municipal, tudo é mais visto e revisto, tem um orçamento à parte, entre outras situações. Fez notar que, contudo, não concorda muito com a metodologia adotada para este ano, de incluir o orçamento da Feira Viva no orçamento do Município, não permitindo haver um ponto exclusivo para a discussão do orçamento da Feira Viva, dizendo julgar que essa situação não é positiva até para a transparência, dado que as matérias a discutir são diferentes. -----

Referiu que, há uns anos a esta parte, o grupo municipal do PS tem vindo a questionar algumas das opções tomadas em relação à Feira Viva porque entende que, em Santa Maria da Feira, existe algo similar com o que existe na China, que é um país com dois sistemas. Disse que, na Câmara, havia um rigor financeiro muito grande no sentido de abater a dívida, -----



Handwritten initials and a signature.

quando, na empresa municipal, assistia-se a precisamente o contrário, acrescentando que tal não quer dizer que não existisse rigor na Feira Viva, só que esse rigor ia sempre no caminho de colocar dívida em cima de dívida. Referiu que, portanto, existiam duas políticas completamente antagónicas nas duas entidades, ambas sob o comando da Câmara, dizendo não saber se tal situação existia para responder, de alguma forma, às restrições das despesas havidas na Câmara, para diminuir a dívida desta, comentando que, contudo, se diminuía a dívida de um lado, mas aumentava-se do outro.-----

Fez notar que essa estratégia, em conjunto com os custos elevados que a Feira Viva suportava, de rendas e outros encargos fixos, levou a que, durante 2020, com o impacto da pandemia, tivesse de ser resgatada, duplicando-se o financiamento à empresa porque, para além dos 2 milhões de euros previstos no contrato-programa para 2020, teve de se aplicar mais 2 milhões de euros na Feira Viva, totalizando 4 milhões de euros em 2020, realçando que, para 2021, e de acordo com o contrato-programa em apreço, está previsto meter mais 3 milhões de euros na empresa municipal.-----

Disse ter consciência que as atividades realizadas pela Feira Viva foram muito impactadas pela pandemia de Covid-19, pois muitas são atividades de grupo, grandes organizações, e que tal impacto custa dinheiro, fazendo sobressair que não se põe em causa o fechar os equipamentos, mas sim o gerir melhor.-----

Salientou que outra coisa que o preocupa na Feira Viva é que, do plano para 2021 e da execução de 2020, resulta que a empresa entrou numa fase de paralisia total, estando com uma completa falta de ideias. Referiu que exemplo disso é que o plano e orçamento da Feira Viva para 2021 tem 23 páginas e, dessas, 10 são para contar a sua história, comentando que, para isso, contrata-se alguém para escrever um livro sobre a história da Feira Viva, onde conte as coisas boas e más que foram sendo feitas pela mesma. Disse que o que se pretende é ter uma Feira Viva com planos para o futuro, e não planos a contar o que fez no passado, dando nota que o plano para 2021 revela uma falta de capacidade para, de forma resiliente, promover novas atividades que sejam menos impactadas pela pandemia e que consigam gerar novos públicos.-----

Prosseguindo a sua intervenção o membro Sérgio Cirino questionou onde estão os recursos humanos da Feira Viva uma vez que a atividade da mesma reduziu 50, 60 ou 70%, perguntando o porquê de não alocar esses recursos humanos na realização de novas



atividades, fazendo constar isso mesmo no próprio plano de atividades. Disse que as pessoas estão a ganhar o salário, e bem, e que a Câmara deve suportá-lo, mas que essas pessoas devem ser postas a trabalhar em prol do Concelho, salientando que não deve haver a resignação de não se fazer nada porque não há clientes, nem haver ideias para realizar atividades inovadoras, dizendo ser isso que transparece da Feira Viva. -----

Disse que o Natal de 2020 é exemplo de uma completa falta de ideias, dando nota que, no que refere à iniciativa Natal Presente, em que estão marcos de correio colocados à porta de alguns estabelecimentos, tais marcos servem, pelo que tem visto, para pousar um cinzeiro em cima, para os trabalhadores desse estabelecimento irem fumar. Referiu que, pelo menos, os marcos de correio já têm essa utilidade, mas que espera que também sejam úteis para o objetivo a que se propõem, acrescentando que espera que essa iniciativa resulte, tal como espera que todas as atividades realizadas no seu Município resultem. -----

Fez notar que viu municípios a fazer feiras de Natal em modo drive-in, para incentivar o comércio local, a fazer paradas de Natal em que, em vez das pessoas saírem de casa, foi o Natal ter com elas, passando pelas freguesias e pelos centros das cidades, reforçando que é preciso fazer alguma coisa. Questionou se a Feira Viva não estará a perder a capacidade de inovação que teve anteriormente, comentando que, se assim for, está-se a gastar mais dinheiro na empresa municipal quando ela faz menos, pelo que alguma coisa está a correr mal. -----

Salientou que, contudo, alguma coisa boa foi feita em 2020, que foi o caso da entrega dos pavilhões que a Feira Viva tinha alugado, poupando-se o dinheiro das rendas, realçando que, ao fim de uma série de anos, o certo é que o PSD aderiu a essa sugestão do PS, mostrando que o PS não está sempre errado. -----

Disse que o grupo municipal do PS considera que a empresa municipal tem capacidade, tem recursos humanos e pode melhorar a sua gestão, acrescentando ser evidente que os últimos anos não foram bons e que a Feira Viva está completamente paralisada, pelo que tem de ser alvo de alguma injeção de adrenalina para ver se faz alguma coisa, ressaltando que a empresa tem de continuar a funcionar apesar da pandemia. -----

Referiu que, falando de números, o subsídio municipal foi aumentando de ano para ano, tendo sido, em 2018, de 1 milhão e 700 mil euros, em 2019, com a cobertura dos prejuízos, quase 2 milhões de euros, acrescentando que, em 2020, foram injetados na empresa municipal 4 milhões de euros e que, para 2021, serão 3 milhões de euros, realçando que a empresa





municipal fica cara e que, se nada for feito, ainda vai ficar mais cara.-----

Disse que o Município tem, também, de investir para potenciar os eventos que são realizados, dizendo esperar que o parque dos Condes de Fijô realmente avance porque é muito importante ter esse parque, seja para os feirenses fruírem dele, seja para potenciar os eventos que a Feira Viva organiza, designadamente a Viagem Medieval, comentando que esse parque é fundamental para a Viagem Medieval crescer. -----

Referiu que se existe o exemplo do parque temático Puy du Fou, que tem sido resiliente, que tem mantido as atividades e feito coisas, então que se siga esse exemplo, comentando que o Diretor da Feira Viva pode ir buscar algumas ideias a esse parque temático, e ter mais algumas, de modo a que a empresa municipal faça alguma coisa.-----

Disse que a Câmara tem de fazer investimentos, que tem de, para além de investir no parque dos Condes de Fijô que já falou, investir nos equipamentos que a Feira Viva explora, para que tenham melhores condições e permitam muitas poupanças nos custos de exploração.-----

Deu nota que também é preciso fazer um plano para o Europarque, um plano que todos conheçam e que seja, realmente, realizável e que procure promover aquela infraestrutura, comentando que a Câmara vai deixando andar essa situação.-----

Realçou que também lhe causa preocupação ver que, num período de pandemia sem precedentes, se inclua nos indicadores de eficiência da empresa municipal o aumento do número de pessoas a frequentar os ginásios e as piscinas. Questionou se isso é algum indicador, apelando a que, pelo menos, os indicadores sejam adaptados face a objetivos que sejam realmente concretizáveis, tendo em conta a dificuldade que é a pandemia, e não mantidas as metas de há 10 anos, que vão sempre sendo repetidas.-----

Concluindo a sua intervenção o membro Sérgio Cirino disse que o grupo municipal do PS iria votar contra o contrato-programa para 2021 porque entende que o mesmo não tem os objetivos certos e porque as atividades a desenvolver são muito poucas para o dinheiro que é gasto, dizendo esperar que esta sua intervenção sirva, de alguma forma, para melhorar a gestão da Feira Viva e que sirva de chamada de atenção para que, com o mesmo dinheiro, ou até com menos, se faça mais.-----

-----  
Interveio o membro **Rui Ribeiro** (PSD) que disse querer dar uma nota prévia relativamente ao que ouviu após a sua última intervenção, salientando que ouviu, no dia de ontem, nas redes



sociais, uma intervenção de uma figura emblemática do Partido Socialista, Almeida Santos, no âmbito dos 40 anos da morte de Sá Carneiro, sobre a qual diria que, apesar das diferentes ideologias que os separavam, ele respeitava extremamente Sá Carneiro, achava-o sério, cordial e educado. Recordou que, naquela altura, a insegurança que havia era enorme, que a polícia assaltava a casa das pessoas e usava mandatos falsos para as prender, que as empresas e as casas eram ocupadas, mas cada um lutava pela sua ideologia de uma forma séria. -----  
Realçou que, hoje em dia, não se vê isso na Assembleia da República e que, também, não se estava a ver isso nesta Assembleia Municipal, dizendo que quando se usa algum tipo de afronta, algum tipo de linguagem para com os colegas, que também são feirenses, tal não se coaduna com o serviço público que os membros da Assembleia devem prestar.-----  
Relativamente ao assunto em apreço referiu que se dizer, neste momento, que a Feira Viva gasta muito e apresenta muito pouco serviço é, efetivamente, escamotear a realidade verificada em 2020, pois são conhecidas as contingências que o País atravessa.-----  
Salientou que o membro Sérgio Cirino falou de uma questão, e com a propriedade de alguém que esteve ligado à empresa municipal, quando diz, sobre se colocar em dúvida os investimentos e os encargos que aparecem nos documentos da Feira Viva, que esta é uma entidade que tem um escrutínio extremamente apertado, que essa é a realidade. -----  
Disse também ter ouvido o membro Ângelo Santos, do CDS-PP, dizer que não aprova este contrato-programa por causa do empréstimo contraído, salientando, a esse respeito, que o empréstimo foi discutido em tempo oportuno por esta Assembleia, e que ainda bem que foi feito porque, estando-se a entrar num período muito crítico, o mesmo serviu precisamente para fazer uma melhor gestão porque transformou uma dívida de curto prazo numa dívida de médio/longo prazo. Referiu que eram dívidas a 90 dias, num valor de cerca de 1 milhão de euros, dizendo tratar-se de uma situação normal tendo em conta os recursos e a capacidade de gestão da Feira Viva. -----  
Disse haver uma estrutura de custos à qual, na verdade, a Feira Viva não consegue fugir, nomeadamente os custos com a manutenção dos equipamentos e os custos com o Pessoal, referindo ser nesse aspeto que gostava de ver o Partido Socialista, e demais partidos, dizer onde querem que se corte a estrutura de custos fixos, se é no abandono dos equipamentos ou se é no despedimento dos funcionários. Referiu, quanto à questão da terminologia de que falou o membro Filipe Moreira, sobre o uso do termo colaboradores ou trabalhadores, que, na



*Handwritten initials and signature*

prática, o que lhe interessa são as pessoas que prestam um serviço e que são remuneradas pela Feira Viva, comentando que a terminologia usada lhe parece um pouco irrelevante. -----

Sobre a questão de que a Feira Viva faz concorrência às associações disse que a empresa municipal, com a sua atividade, consegue injetar anualmente cerca de meio milhão de euros nas associações. Salientou que a Feira Viva consegue ser um excelente parceiro do movimento associativo de Santa Maria da Feira, acrescentando que, quando esta muleta falta às associações, elas realmente dão o braço a torcer e veem que a Feira Viva é, realmente, uma parceira excelente e presta um ótimo serviço ao movimento associativo. -----

Relativamente à questão do apoio social da Câmara disse que um exemplo desse apoio, que não aparece nos números, está relacionado com a comparticipação que o Município dá à Feira Viva porque, como é sabido, o preço pago pelas entradas nas piscinas públicas não cobre o custo que a Feira Viva tem, o qual é muito superior, salientando que essa comparticipação feita pelo Município é ação social, é efetivamente um trabalho social. -----

Referiu que situação semelhante se passa em relação aos preços de bilheteira praticados pelo Zoo de Lourosa, dando nota que os mesmos estão longe de cobrir os custos fixos que tem o Zoo, ressaltando que a comparticipação dada pelo Município é apoio social, é apoio às crianças do Concelho. Disse que tudo isto é apoio social que está encapotado, comentando que, quando as pessoas não querem fazer uma política séria, olham exclusivamente para a rubrica. -----

Salientou que, realmente, há uma extrema dificuldade em reinventar, dizendo não ser fácil, pelo tipo de serviços que presta a Feira Viva, reinventar atividades nesta altura, acrescentando ser sabido o que tem acontecido relativamente aos eventos e aos equipamentos, dando nota que é extremamente complicado fazer com que as pessoas estejam disponíveis para frequentar equipamentos como as piscinas. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Rui Ribeiro referiu, quanto à gestão feita pela Feira Viva, que lhe faz lembrar um provérbio árabe que diz que só quando a poeira passar é que se vê quem estava montado num cavalo e quem estava montado num jericó, dizendo achar que a Feira Viva está montada num cavalo, ou seja, que está a fazer uma boa gestão e que, quando a poeira passar, voltará ao bom serviço público que habitualmente presta a Santa Maria da Feira. -----



Handwritten initials and a signature.

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* informou que, de seguida, haveria lugar a uma segunda ronda de intervenções para os partidos que ainda não tivessem esgotado o seu tempo e, após isso, daria a palavra à Câmara, para encerramento do debate. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que o membro Rui Ribeiro fez uma intervenção interessante e que referiu que a Feira Viva dá cerca de meio milhão às associações, dizendo julgar que o mesmo se estaria a referir ao dinheiro que algumas associações do Município vão buscar à Viagem Medieval.-----

Disse, sobre isso, que também pode fazer a reflexão ao contrário, ou seja, que também pode perguntar se a Feira Viva conseguirá fazer a Viagem Medieval sem as associações, associações essas que pagam para participar na Viagem Medieval e que, depois, o dinheiro que retiram é usufruto do seu trabalho. Fez notar que as associações estão na Viagem Medieval a vender um produto, pelo que não é a Feira Viva que dá o dinheiro às associações, mas sim as associações que trabalham para receber aquele dinheiro, o qual é fundamental para a atividade e para o movimento associativo feirense.-----

Referiu ser evidente que, devido às atuais circunstâncias decorrentes da pandemia, tais associações ficaram impedidas de auferir esse dinheiro, mas que deixa a questão se a Feira Viva seria capaz de realizar a Viagem Medieval sem as associações e sem cobrar os dinheiros que cobra às associações, que não é assim tão pouco quanto isso. -----

Concluindo a sua intervenção disse querer deixar esta reflexão porque não é só a Feira Viva que dá às associações, realçando que as associações também dão muito à Feira Viva. -----

Interveio o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) que começou por dizer que não compreende como é que se quer misturar o serviço da Feira Viva com apoio social dado pelo Município.---

Referiu que a Feira Viva faz, muitas vezes, concorrência ao próprio tecido associativo existente no território, mas que também é parceira dele, realçando que, contudo, tem mais importância o movimento associativo para a Feira Viva do que propriamente a Feira Viva para o movimento associativo. Fez notar que a Feira Viva é uma extensão da Câmara Municipal, dizendo que a empresa municipal é só uma engenharia financeira para poder justificar determinadas situações que a Câmara Municipal, com a legislação atual, não consegue executar. -----



Handwritten signature and initials in the top right corner.

Disse ainda que os funcionários da Feira Viva podiam perfeitamente ser funcionários municipais e estarem a trabalhar, em função das necessidades, na Feira Viva, comentando que, contudo, tal situação talvez não seja possível perante a legislação atual. -----

Referiu que vê a Feira Viva organizar eventos desportivos quando muitas associações do Município também o fazem, salientando que o grande cerne da questão está precisamente no facto de que as associações, para realizarem os eventos, precisam de recorrer à Feira Viva, comentando que não está em causa o serviço prestado pela Feira Viva na manutenção dos equipamentos, até porque esses equipamentos não lhe pertencem, pois são do Município e estão disponíveis para todos os cidadãos. -----

Sobre a questão de haver taxas sociais para a entrada nesses equipamentos, disse ser claro que é o Município que tem de suportar essa despesa porque a Feira Viva não tem como propósito desempenhar uma atividade comercial, pura e dura, e fazer ganhos da sua atividade, reafirmando que a Feira Viva é um complemento ao Município pelo que a diferença entre os custos e os ganhos é suportada pelo Município, para que os equipamentos continuem a funcionar. Disse que o grande problema reside precisamente nesse aspeto, questionando como é que, depois do Município suportar essa diferença, ainda aparecem mais contas para pagar, realçando que não se trata de gestão a 3 meses porque, depois das contas fechadas, depois do Município pagar à Feira Viva a comparticipação contratualizada, ainda se verificou um défice a fornecedores de 1 milhão e 200 mil euros. -----

Concluindo a sua intervenção salientou que, para o pagamento dessa dívida a fornecedores, foi contraído um empréstimo de 1 milhão e 200 mil euros que vai ser pago, na totalidade, pelo próprio Município, realçando ser aí que reside a grande diferença na gestão que é feita na empresa municipal Feira Viva. -----

-----  
Interveio o membro *Pedro Alves Ferreira* (BE) que começou por dizer que, se dúvidas existiam de que a ação social levada a cabo pelo Executivo é uma vergonha, basta ver o desdobramento feito pelos seus representantes na tentativa de justificar as medidas adotadas. Disse ter ouvido o membro Rui Ribeiro afirmar que ação social é o preço praticado numa entrada do Zoo de Lourosa, comentando, sobre isso, que o preço do bilhete para maiores de 12 anos é de 4 euros, realçando que, apesar disso ser uma medida social para o PSD, é um valor irrisório do ponto de vista daquilo que é a medida social. -----



*[Handwritten signature and initials]*

Salientou ainda que, no âmbito da prática da natação, uma aula por semana custa 24 euros por mês, duas aulas custam 36 euros, o cartão custa 5,50 euros, a inscrição custa 25,50 euros, a renovação custa 11,50 euros, a avaliação física custa 15 euros, a consulta de nutrição são 25 euros, pelo que são precisos quase 100 euros só para começar uma atividade de natação que tão bem faz às pessoas, excluindo aquilo que é preciso pagar nos restantes meses. -----

Realçou que os preços praticados no ginásio municipal estão ao nível dos praticados nos outros ginásios espalhados pelo Concelho, dizendo que, portanto, os preços praticados pela Feira Viva são completamente banais, estando ao nível dos praticados por qualquer entidade privada. Disse que se tais preços são a ação social da Câmara, então que está tudo explicado sobre qual é o papel do Executivo no que à ação social diz respeito, acrescentando que está tudo dito ao se ver deputados municipais do PSD defender os preços aplicados pela Feira Viva e a dizer que os mesmos são ação social. -----

Concluindo a sua intervenção disse que, uma vez que o membro Rui Ribeiro sabe tanto sobre a Feira Viva e defende-a com unhas e dentes, era interessante que o mesmo lhe respondesse se a empresa municipal manteve os pagamentos a 100%, se pagou só metade ou se não pagou, bem como lhe respondesse quais os impactos que as desmarcações, adiamentos e cancelamentos das atividades tiveram nos agentes culturais. -----

De seguida, usou da palavra a *Sr.ª Vereadora Helena Portela*, que disse, em relação ao proferido pelo membro Filipe Moreira, da CDU, quanto à questão das associações, que considera que aquele membro acabou por responder à questão que ele próprio havia colocado. Disse que há, de facto, valias quer para a Feira Viva quer para as associações, salientando que é assim que tem de ser, que é uma situação “win-win”, em que ganha a Feira Viva e ganham as associações, numa relação que se quer dinâmica, cordial e correta entre as várias instituições. Referiu que, portanto, entende que a primeira observação que o membro Filipe Moreira fez relativamente às associações não fará muito sentido, mas que considera que o mesmo fez a devida correção na segunda intervenção. -----

Salientou, quanto à questão de acabar com a empresa municipal, que achou isso curioso porque não se pode acabar com tais empresas só mudando a lei, acrescentando que não lhe parece estar no mesmo sentido da CDU quanto a essa alteração da lei. Comentou que, nesse âmbito, também considera que o membro Filipe Moreira acabou por responder à sua própria



114  
A.  
ep

questão. -----

Relativamente ao proferido pelo membro Ângelo Santos, do CDS-PP, disse que o empréstimo é uma boa política de gestão, que é uma reestruturação de dívida, informando que o Município não teve qualquer encargo com essa reestruturação e que é a Feira Viva que, obviamente, vai pagar o empréstimo, comentando que nem poderia ser de outra forma. -----

Sobre a intervenção feita pelo membro Pedro Alves, do BE, disse haver uma questão ideológica, que é quase um fanatismo, comentando que os extremistas, sejam de direita ou de esquerda, tendem sempre a ir para o quase fanatismo, e que tal é demonstrado pelo BE quando diz ser contra as empresas municipais porque é simplesmente contra, independentemente da empresa municipal e daquilo que ela fizer. -----

Em relação à questão dos pagamentos informou que a Feira Viva cumpre escrupulosamente com aquilo que a lei obriga, acrescentando que a empresa municipal não falta a nenhum compromisso devidamente assumido e que a lei obrigue a cumprir. -----

Quanto à afirmação do membro Pedro Alves de que se devia, neste momento, dizer o que foi ou não cumprido, disse que aquele membro estava equivocado porque tal apreciação é feita na altura da apresentação dos documentos de Prestação de Contas. Realçou que, portanto, este não é o momento oportuno para fazer essa apreciação, mas sim aquando da Prestação de Contas, comentando que, nessa ocasião, o membro Pedro Alves terá todo o tempo para expor as suas dúvidas e colocar as suas questões quanto a esta matéria. -----

No respeitante à intervenção feita pelo membro Sérgio Cirino, do PS, disse que a forma como foi apresentado o orçamento da Feira Viva sempre foi assim, pelo menos desde o tempo em que é vereadora na Câmara, ou seja, que foi sempre incluído no orçamento da Câmara Municipal. -----

Sobre a questão da reestruturação da dívida da Feira Viva referiu já ter dado a resposta. -----

Referiu que, obviamente, a Feira Viva não está completamente parada, salientando que exemplo disso é a iniciativa Natal Presente, já mencionada, que também tem a participação da empresa municipal. Deu nota que já foram enviadas 5 mil cartas e que isso demonstra a adesão que as pessoas tiveram e o efeito catalisador que tal iniciativa está a ter, informando que tiveram de ser impressas mais cartas porque, inicialmente, não se esperava uma adesão tão rápida e tão grande, acrescentando que, para aqueles que falam tanto em indicadores e em demonstrar o que foi alcançado, este é um número muito objetivo do que tem sido feito. -----



Sobre a questão de que não foram alterados os indicadores de eficiência da Feira Viva, disse achar que há um pequeno engano do membro Sérgio Cirino a esse respeito até porque tais indicadores foram bem revistos e bem pensados. Disse que, obviamente, todos gostariam que houvesse um aumento de 1.000%, salientando que se está a falar do aumento para 2021 em relação a 2020, acrescentando que aquilo que todos esperam e anseiam é que 2021 seja melhor do que 2020, dizendo pensar que o PS partilha desse anseio. -----

Concluindo a sua intervenção a Vereadora Helena Portela reforçou que, ao se falar em pequenos aumentos nos valores dos indicadores de 2021, tal compara com o que foi alcançado em 2020, comentando que, infelizmente, 2020 vai ser um ano muito parco. -----

O membro *Sérgio Cirino* (PS) pediu a palavra para efeitos da defesa da honra, o que lhe foi concedido, tendo dito o que, de seguida, se passa a citar:-----

“Eu queria fazer uma intervenção no âmbito da defesa da honra, em relação à parte inicial da intervenção do Sr. deputado Rui Ribeiro. -----

O Sr. deputado fez uma intervenção dizendo que as faltas de respeito eram feitas na Assembleia da República, e, agora, também são feitas na Assembleia Municipal. -----

Como a mim esse barrete não me serve, faço esta declaração porque nem estou habituado a ser apelidado de faltar ao respeito a alguém, nem nunca na minha vida, que eu me recorde, faltei ao respeito a alguém. O Sr. deputado, se calhar, não se estava a referir a mim, mas quando refere alguma coisa deve pôr os nomes às pessoas, porque senão estamos todos no mesmo saco, e nesse saco eu não entro. Era só isso.” – Fim de citação.-----

Posto isto, o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) pediu a palavra por breves segundos para fazer uma correção, o que lhe foi concedido. -----

Disse que a Sr.ª Vereadora Helena Portela referiu que os encargos do empréstimo são suportados pela Feira Viva, mas que a ata da reunião de Câmara de 23 de novembro passado comprova exatamente o contrário porque diz que a minuta do contrato que foi celebrado entre a Feira Viva e a Caixa Geral de Depósitos refere que esses custos são totalmente assumidos pelo Município, colocando, dessa forma, as contas da Feira Viva em saldo positivo.-----

Interveio novamente a Sr.ª Vereadora *Helena Portela* que disse que, apesar de não ter





*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

consigo, naquele momento, a minuta em questão, podia garantir ao membro Ângelo Santos que os encargos do empréstimo são suportados pela Feira Viva, reafirmando que nem poderia ser de outra forma. -----

Explicou que a Feira Viva é uma empresa com personalidade jurídica e que, tendo o empréstimo sido feito à Feira Viva, a responsabilidade pelo mesmo é sempre, em primeira instância, da entidade com quem é protocolado o empréstimo, pelo que será a Feira Viva a pagar as respetivas amortizações do empréstimo. -----

Concluindo a sua intervenção a Sr.ª Vereadora Helena Portela colocou-se ao dispor do membro Ângelo Santos para, posteriormente, esclarecer com ele essa questão, caso o mesmo assim o desejasse. -----

De seguida, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 30 votos a favor (PSD: 29, PS: 1 – Rui Alves Rios), 15 votos contra (PS: 11, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1) e 3 abstenções (IND: 1, PS: 2 – Valdemar Silva e Francisco Andrade), autorizar a celebração do Contrato-Programa para 2021 entre o Município de Santa Maria da Feira e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M., nos termos da deliberação camarária de 23 de novembro de 2020. -----

**7 – Processo n.º 920/2020/URB, em que é requerente a Sociedade Irmãdona Supermercados, S.A.** -----

**- Declaração de interesse socioeconómico municipal para o empreendimento da sigla “Supermercado Mercadona”, no lugar de Santo André, na cidade de Santa Maria da Feira** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 23 de novembro de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que este tipo de pontos remete sempre para reflexões de duas índoles, de índole económica e de índole ambiental. -----  
Referiu que, no que respeita à parte ambiental, é evidente que qualquer obra ou construção



tem, à partida, um impacte ambiental negativo, comentando que, no caso em concreto, existe a questão dos sobreiros, dizendo que se é verdade que uns podem ser transplantados, outros não podem, realçando que também não se pode esquecer que os sobreiros são árvores protegidas a nível nacional.-----

Disse entender que não se devia ficar apenas pela plantação do mesmo número de árvores que é retirado, que esse número devia ser em duplicado tal é a falta de sobreiros que existe em Portugal, realçando que se trata de uma árvore de crescimento lento e que, cortando-se árvores com 20, 30, 40 ou 50 anos, ter-se-á de esperar o mesmo tempo até que as novas cheguem ao mesmo porte que as abatidas, isto se não secarem entretanto. -----

Referiu que outra reflexão que importa fazer sobre o sobreiro, que ouviu falar e com a qual concorda totalmente, é que o Município deveria apostar mais, ou associar mais a sua imagem, ao sobreiro, até porque o sobreiro é a base de algo que é identitário de Santa Maria da Feira, que é a transformação de cortiça, recordando que o Município de Santa Maria da Feira é, e continuará a ser nos próximos anos, o maior transformador e exportador de cortiça. -----

Realçou que, do ponto de vista económico, é verdade que a empresa em questão até não é das piores a dar condições de trabalho, acrescentando que, contudo, não se pode ignorar o potencial impacto que mais um hipermercado poderá ter no comércio local. Disse que existem, nas proximidades, mercearias e frutarias familiares que, muito provavelmente, sofrerão um impacto negativo, comentando que essa situação preocupa bastante a CDU e que esta entende ser sempre preciso manter muita atenção para com esse aspeto. -----

Fez notar que, para além dos postos de trabalho que a empresa vai criar, outra questão que se coloca é que mais-valias trará para o território, realçando que outro hipermercado está colocado precisamente do outro lado da rua, comentando que a estratégia da empresa passa por construir onde a outra marca concorrente tem a sua infraestrutura, dizendo que, pelo menos no distrito de Aveiro e na Região, tem sido essa a estratégia. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Filipe Moreira disse que esse outro hipermercado deu, como contrapartida, um apoio para a construção de infraestruturas rodoviárias, questionando se a empresa em questão apresenta as mesmas condições até porque a Câmara assume que se perspetiva, para aquela zona, um crescimento urbanístico, comentando que, se assim for, aquela rua deverá ter, evidentemente, outras condições que hoje não tem.-----



Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que começou por dizer que, no respeitante às questões ambientais, as mesmas devem ser sinalizadas e acompanhadas e que não se deve deixar que haja benevolências em função do proponente que irá executar a obra. -----

Quanto à localização disse que, situando-se junto à infraestrutura do Lidl e tendo o Hospital de São Sebastião quase nas costas, entende que se podia ter optado por outra localização porque, com a construção do Mercadona, aquela zona vai ficar com uma ainda maior sobrecarga, com um maior volume de trânsito, afetando os veículos de emergência e de socorro que seguem para o Hospital. -----

Referiu que, com a falta de condições de acesso direto da EN 223 ao Hospital, considera que o supermercado a construir será mais um empecilho para aquela zona do que propriamente uma vantagem, reforçando que havia mais locais em Santa Maria da Feira, também com boas acessibilidades e, se calhar, com boa prospeção, onde se poderia localizar o supermercado. ----

Salientou que, noutros locais, os hipermercados estão agrupados, que se confrontam uns com os outros, pelo que não percebe o porquê de, junto ao hipermercado Pingo Doce, à saída da autoestrada, não se poder construir nenhum hipermercado por perto. Concluindo a sua intervenção disse não perceber se tal acontece por uma questão de estratégia municipal, se por uma questão envolvendo os terrenos, pelo que deixava essa reflexão à consideração. -----

Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) que começou por dizer que, em primeiro lugar, gostaria de chamar a atenção de que, neste Concelho, tem sido prática recorrente o abate de sobreiros, fazendo notar que isso subverte o espírito da lei, a qual proíbe o abate desta espécie de árvores. Referiu que o sobreiro é um símbolo nacional e é uma espécie protegida, pela óbvia importância económica que tem como, também, pela importância social e ambiental que representa para o País, realçando que aquilo que era suposto ser a exceção tem sido, em Santa Maria da Feira, a regra, dizendo que isso é de lamentar. Disse serem vários os exemplos de abate de sobreiros ocorridos no Concelho, salientando que, entre esses, está o caso ocorrido em Paços de Brandão, junto à linha do Vouga, o caso verificado na Rua da Estação, em Rio Meão, assim como o caso sucedido na Rua do Rio, em São Paio de Oleiros. -----

Referiu ainda que, no passado mês de junho, a Assembleia Municipal do Porto manifestou-se, da Direita à Esquerda, contra o abate de 31 sobreiros para a construção de uma residência



*[Handwritten initials and signature]*

universitária, fazendo notar que não se tratava de um abate, como é o caso em discussão, de 114 sobreiros para a construção de um supermercado. Recordou também que, há uns anos, foi feita uma campanha massiva, no concelho de Setúbal, contra o abate de 500 sobreiros para a construção de habitação social. -----

Prosseguindo a sua intervenção disse que, quanto ao caso em apreço, o BE não vê o ganho do projeto em si, realçando que se está a falar da construção de um supermercado em frente a outro supermercado, e a escassos metros de outro supermercado. Disse que, com isto, não estava a querer dizer que o BE se opõe à construção do Mercadona no Concelho, mas sim que entende que poderia perfeitamente ser implantado noutra terreno, sem as condicionantes do terreno proposto, dado que aquilo que se propõe é o abate de 114 sobreiros, alguns mais jovens, outros já adultos. -----

Referiu que, ainda que se proponha a plantação de novos sobreiros noutros locais do Concelho, como medida compensatória, e mesmo que se equacione a transplantação das árvores, será importante ter em conta que a taxa de sobrevivência das árvores transplantadas é baixíssima, pelo que, portanto, não parece ser uma solução viável. Realçou que, contudo, pela análise dos documentos, a situação da transplantação não se encontra na proposta que está a votação, apesar de ter sido mencionada na reunião de Câmara e também nesta sessão. -----

Disse que, para terminar, questionava o porquê da implantação do Mercadona num terreno que implica o abate de mais de uma centena de árvores protegidas, quando Santa Maria da Feira tem em território com mais de 200 quilómetros quadrados. -----

Concluindo a sua intervenção a deputada municipal Salomé Ventura disse que o BE considera que deveria ter sido equacionada outra localização para o empreendimento, isto já no início do processo, dadas as características do terreno escolhido, pelo que, pelas razões que apontou, não iria votar favoravelmente a proposta. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que, como mencionado pelos interlocutores que o antecederam, a questão dos sobreiros é importante, tanto em termos simbólicos para Santa Maria da Feira, como em termos de ambiente, em termos de natureza e de proteção desta espécie. -----

Salientou que, por isso, era importante que a proposta fosse o mais clara possível em relação à questão dos sobreiros, acrescentando que a proposta deveria implicar a transplantação dos



sobreiros assim como a plantação de outros, quiçá em dobro, como sugerido pelo membro Filipe Moreira.-----

Realçou que, para além dessa questão, é de ter em conta que a empresa obtém a declaração de interesse socioeconómico, compromete-se a fazer algo, mas que nada consta quanto às consequências que lhe advirá caso não cumpra com aquilo a que se comprometeu. Disse querer crer que a empresa seja uma empresa de bem, até porque tem algumas práticas para com os seus trabalhadores que são de enaltecer, e que são públicas, porque não emprega a título precário, mas sim a definitivo, assim como paga salários acima da média, comentando que tais aspetos também têm de ser levados em consideração. -----

Salientou entender que, quando há desenvolvimento económico em contraponto com o ambiente, tem de se garantir o ambiente, comentando que o pior de tudo é dizer que se vai garantir o ambiente e, depois, não se garantir nada. Disse ser isso que mina a confiança nas instituições, especialmente na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, ou seja, estar-se uma hora na conversa, a falar de compromissos e outros aspetos e, depois, a população ver que nada disso foi feito. -----

Questionou se haverá mesmo interesse socioeconómico em ter mais um supermercado onde já existe uma série deles, comentando que tal questão devia ser ponderada e até discutida com as populações afetadas, com os comerciantes e até com a Associação Empresarial do Concelho de Santa Maria da Feira. Disse que não basta dizer que há interesse só porque vão ser criados 60 postos de trabalho, acrescentando que também é preciso saber quantos postos de trabalho vão ser destruídos, comentando que se forem destruídos 80, já não há interesse socioeconómico nenhum, mas que se forem destruídos 20, o saldo é positivo. -----

Referiu que também não se pode esquecer a questão das acessibilidades, dizendo que só quem não vem a Santa Maria da Feira pela entrada do Hospital é que diz que a acessibilidade é impecável, realçando que quem por ali passa de manhã sabe que as filas de trânsito são imensas, assim como ao final do dia. -----

Disse entender que, quando um supermercado se implanta, o promotor tem uma de duas obrigações fundamentais, que é ou reforçar as infraestruturas ou pagar o seu reforço, comentando que o Pingo Doce, inicialmente chamado de Feira Nova, quando se instalou no lugar da Cruz pagou bem pago as infraestruturas. -----

Questionou, nesse sentido, qual a razão para o promotor do Mercadona não pagar nada, se é



superior aos outros para não dar qualquer contrapartida ao Município, perguntando ainda se aquele supermercado não vai representar mais carros a desgastar a estrada e se não vai representar um esforço para as infraestruturas públicas. -----

Ainda no âmbito das infraestruturas disse que a Rua do Calvário, que liga ao lugar do Cavaco, não está em bom estado, comentando que vai ver como ela vai ficar depois da construção do supermercado. -----

Disse ainda que, apesar da intervenção feita com a construção do Lidl ter melhorado a situação daquela zona, a Rua de Santo André, que dá acesso às freguesias de São João de Ver e de Rio Meão, não tem passeios e não é uma rua digna, acrescentando que, por outro lado, quando se vira para o lado da Cruz, vai-se ter ao túnel dos Passionistas que, agora, até está fechado ao trânsito de automóveis. Realçou que se aquela zona está ótima para o PSD, para o PS não está, pois este considera que a situação daquela zona pode ser muito melhorada. -----

Fez notar que este tipo de empresas chega a qualquer sítio e, caso o deseje, paga 2 ou 3 milhões de euros por um terreno que só vale 1 milhão, dizendo não perceber o porquê de a Câmara também não exigir que elas, instalando-se no Concelho, deem contrapartidas ao Município, dado que não têm pejo de pagar tais preços aos vendedores imobiliários. -----

Realçou que o desenvolvimento económico é sempre bem-vindo a Santa Maria da Feira, mas que, como já disse no início desta intervenção, deve estar bem descrito quais são as obrigações da empresa em relação aos sobreiros. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Sérgio Cirino referiu que, a certa altura, se falava que a empresa em questão estava interessada em também implementar um supermercado na freguesia de Sanguedo, questionando se esse foi trocado por este que, agora, vai ser construído em Santa Maria da Feira, ou se a empresa mantém o interesse de implementar um supermercado no Norte do Concelho. -----

-----

Interveio a deputada municipal **Aldina Cabral** (PSD) que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve:-----

“A palavra “pandemia” é comum às listas dos vocábulos candidatos a palavras do ano de 2020 em Portugal e por todo o mundo. -----

Questionar-se-ão a razão pela qual início esta minha intervenção com um tema que, à partida, nada poderá ter a ver com este ponto da ordem de trabalhos, relativo à Sigla “Supermercado



Mercadona”. -----

A justificação desta escolha prende-se com um facto que nos preocupa a todos: a perda de rendimento, na atual crise, a assumir contornos de calamidade, está cada vez mais visível em todos os setores, nomeadamente no da economia, sendo que o clima económico tem vindo, como sabem, a deteriorar-se de uma forma exponencial. -----

Como é referido no “País ao Momento”, “o desemprego surge como consequência da crise sanitária, na base da falência de empresas e da destruição de postos de trabalho”. -----

Ora, neste contexto, “falência de empresas” e “destruição de postos de trabalho” são realidades que não fazem parte da Missão/Orientação da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira. Muito pelo contrário. É importante que tenhamos, sempre, presente e enalteçamos todos os esforços levados a cabo pelo nosso Presidente da Câmara, que tem feito um excelente trabalho na captação de empresas para o Concelho e, conseqüentemente, em tornar o Concelho de Santa Maria da Feira num Concelho capaz de gerar novas oportunidades de emprego.-----

Neste sentido, o Município de Santa Maria da Feira não poderia deixar de acolher um novo empreendimento “Supermercados Mercadona”, de interesse público, de base sólida e gerador de emprego, ou seja, uma mais-valia para o Concelho e para todos que nele habitam, uma vez que é através da criação de postos de trabalho que é possível promover a recuperação do ciclo económico. -----

Em esclarecimento ao Jornal de Notícias, Ana Carreto, diretora de Relações Externas Centro Portugal e Associações de Consumidores, explica que a razão que está na base de levar este empreendimento até Santa Maria da Feira prende-se, e passo a citar “ao dinamismo que a cidade representa”. Referiu, ainda, que se trata de empregos “estáveis e de qualidade”, garantindo “contrato sem termo desde o primeiro dia” e “progressão salarial”.-----

Importa realçar que a requerente, no pedido apresentado para abate de sobreiros que se encontram localizados no prédio, assume o compromisso de promover medidas compensatórias indicadas pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas para reflorestação do mesmo tipo de árvores em locais a designar pela Câmara Municipal.”-----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos, o qual começou por dizer que iria responder de uma maneira genérica às várias questões colocadas.--



1/2  
A.  
91.

Disse que, em primeiro lugar, queria dar nota que é um acérrimo defensor do sobreiro no território, salientando que, apesar de Santa Maria da Feira não ser um território produtor de cortiça, é o principal transformador de cortiça, fazendo sobressair que são coisas completamente diferentes. -----

Referiu entender que a lei que impede o abate de sobreiros devia ser melhorada porque a mesma contempla as mesmas exigências quer para uma área isolada, algures numa região produtora de cortiça, como no Alentejo, quer para uma área localizada num centro urbano, não produtora de cortiça, como é o caso em apreço. Realçou que a lei devia distinguir bem as situações, fazendo notar que, como todos compreenderão, a árvore de sobreiro no Norte, e ainda mais nos centros urbanos, não é uma árvore com o mesmo valor económico que tem a árvore do Sul, onde a árvore se dá bem e produz boa cortiça. -----

Salientou que, no caso em concreto, está-se a falar de uma zona na cidade de Santa Maria da Feira que está definida no Plano Diretor Municipal (PDM) como zona de expansão urbana, dizendo que isso faz sentido porque se há zonas onde a cidade vai crescer nos próximos anos, aquela é claramente uma delas, pelo que se trata de uma zona interessante do ponto de vista urbanístico, seja para habitação seja para serviços. Referiu que, ainda não estava na Câmara, e já havia estudos a indicar aquela zona como uma futura zona a urbanizar, salientando que o PDM prevê e irá continuar a prever aquela zona como zona a urbanizar. -----

Disse entender que, cada vez mais, se deve concentrar a oferta de habitação nas zonas urbanas em detrimento de as andar a espalhar, por vezes, pelo meio dos campos, ou a abrir estradas pelo meio dos campos, comentando que é preciso ter a noção do que se quer e que é para isso que serve precisamente um PDM. -----

Referiu, de seguida, que a Câmara não exigiu contrapartidas porque elas foram exigidas na primeira fase, aquando da construção do supermercado Lidl. Informou que aquele terreno é propriedade de um cidadão de Santa Maria da Feira que merece todo o respeito, como qualquer outro, e que o assunto foi tratado com o Dr. Paulo Araújo, acrescentando que, na altura, foi cedido o terreno necessário para se fazer a estrada e a rotunda. Referiu que, nessa ocasião, o proprietário exigiu uma contrapartida à Câmara, que passava por esta construir os muros de vedação e de suporte do terreno, mas que, depois, veio dizer que não valia a pena a Câmara estar a gastar dinheiro a fazer os muros porque, a partir de então, poderia ter alguém interessado na compra do terreno, pelo que o proprietário do terreno já fez poupar esse





*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

dinheiro à Câmara. -----

Salientou ainda que, apesar da Câmara ser a autoridade municipal, o proprietário tem o direito a construir desde que cumpra as regras urbanísticas, pois o terreno tem capacidade construtiva em sede de PDM, comentando que existem leis e regras e que, quando um proprietário tem um terreno e cumpre com as leis e as regras, tem direito a construir. -----

Prosseguindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara disse que, em termos de impacto no trânsito, um hipermercado é uma coisa e um supermercado é outra, dizendo não estar a ver existir ali uma procura descomunal que provoque engarrafamento de trânsito. Referiu, em relação ao engarrafamento verificado naquela zona por volta das 8 horas, de que falou o membro Sérgio Cirino, que o mesmo se prende com as mais de mil pessoas que trabalham no Hospital de São Sebastião, o que gera uma grande afluência de pessoas naquele período de 15, 20 ou 30 minutos, acrescentando que, durante o resto do dia, o trânsito flui perfeitamente. ----

Disse, em relação à questão da concorrência, que esta só beneficia o consumidor, realçando que a muita concorrência que começa a existir no Concelho, em matéria de supermercados, tem levado a uma baixa de preços, comentando ser natural que cause impacto num ou noutro negócio. Referiu saber que o Pingo Doce já está a baixar os preços, acrescentando que, pelo que foi informado, o supermercado Mercadona nem vem combater pelo lado do preço, mas sim pelo lado da qualidade do produto e do serviço, frisando que isso também é importante para o território. -----

Em relação à questão se o supermercado Mercadona de Santa Maria da Feira vai substituir uma eventual implantação de um supermercado da mesma marca em Sanguedo, informou que a Sociedade Irmãdona Supermercados, S.A. já andava à procura de um terreno para se implementar em Santa Maria da Feira há algum tempo, recordando que nas primeiras reuniões que teve com a empresa ainda estava presente o falecido vereador José Manuel Oliveira, pelo que, portanto, terão ocorrido em 2017 ou 2018. -----

Deu nota que a empresa procurava dois sítios, um na zona de Lourosa e o outro na zona de Santa Maria da Feira, informando que as negociações para a zona da fábrica FACOL, em Lourosa, até estiveram muito adiantadas, local onde a Câmara pretendia construir uma rotunda para descongestionar o trânsito, mas que o negócio se gorou porque os proprietários dos terrenos começaram a pedir muito dinheiro. Informou que a empresa ainda mantém a intenção de investir naquela zona e que isso poderá acontecer em breve, desde que esta



*Handwritten initials and signature*

encontre uma localização com as características que pretende, frisando que aquela empresa é muito exigente na localização e que definiu os dois sítios que já indicou, pelo que, portanto, não houve nenhuma troca de uma freguesia por outra.-----

Salientou, em relação à questão das contrapartidas, que a empresa já pediu à Câmara que lhe indicasse os locais onde poderão plantar os sobreiros, estando a Câmara a analisar essa situação. Informou, ainda, que também apresentou uma proposta à empresa, que está a ser analisada pela administração da mesma, no sentido desta dar uma contrapartida que lhe parece razoável, embora não esteja obrigada a fazê-lo. Disse que essa contrapartida está a cima da mesa, que não é financeira, que é em termos de obra e que essa obra não será naquele local, comentando que foram feitas algumas observações em relação à Rua do Calvário mas que considera que aquela rua tem boas condições e que o Mercado não vai trazer um impacto, em termos de trânsito, por aí além.-----

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara disse que a rotunda, naquele lugar, está feita, daí entender que não há necessidade de uma melhoria muito grande daquela zona, realçando que, contudo, há outros sítios onde a Câmara poderá levar a empresa a fazer obra, e que é isso que a Câmara vai fazer.-----

De seguida, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 29 votos a favor (PSD), 4 votos contra (BE: 2, CDU: 1, PS: 1 – Valdemar Silva) e 15 abstenções (PS: 13, CDS-PP: 1, IND: 1), declarar o interesse socioeconómico municipal do empreendimento em referência, nos termos da deliberação camarária de 23 de novembro de 2020.-----

O membro *Valdemar Silva* (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Sanguedo, fez a seguinte declaração de voto:-----

“A minha declaração de voto vai no sentido de que não tenho nada contra a empresa em causa, mas sim contra o local, porque é um local onde eu passo muitas vezes, durante o dia, e aquilo está-se a tornar, realmente, um caos.-----

Acho que sim, que essa infraestrutura poderia e deveria vir, mas para outro local.-----

Naquele local não. Aquilo vai ser um caos, seguramente.”-----



*[Handwritten initials and marks]*

**8 – Procedimento de alteração da delimitação administrativa da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) entre a freguesia de Escapães e a União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo -----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 21 de setembro de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Acompanha a deliberação camarária suprarreferida um fotomapa à escala 1/3.000 e uma planta à escala 1/2.000 com a proposta de alteração da delimitação em referência – documentos que se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 48 votos a favor (PSD: 29, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar a abertura de um procedimento de alteração da delimitação administrativa (PDA), com as alterações de limites entre a freguesia de Escapães e a União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, nos termos da deliberação camarária suprarreferida. -----

*Saiu o membro Rui Ribeiro.* -----

**9 – Regulamento do Programa de Apoio ao Desporto -----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 6 de outubro de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro *Henrique Portela* (PS) que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----



*[Handwritten marks]*

“A prática desportiva é fundamental para o desenvolvimento humano, criando ferramentas fundamentais para uma vida saudável.-----

O regulamento apresentado é um seguimento do que tem sido hábito exposto e é por nós aceite e continuará a ser aceite, mas é fundamental para a prática do desporto umas instalações dignas para que cada pessoa as usufrua.-----

É fundamental não esquecer que por pura demagogia ou falta de visão da nossa Câmara Municipal, não exista no nosso concelho um pavilhão digno de receber, por exemplo, uma competição internacional.-----

É uma falta de visão quando em pleno 2020 ainda se construa piscinas sem medidas oficiais para que atletas treinem no dia a dia, com as condições de pé de igualdade com outros atletas.-

É por falta de visão que não exista em 2020 uma pista de atletismo com material adequado e com medidas oficiais.-----

Todas as equipas desesperam pela obra do complexo de Sanfins. Esperam todos que seja desta!-----

Deixar anos e anos instalações sem o mínimo de condições para o simples banho, como temos o exemplo de campeões europeus em hóquei em campo de Santa Maria da Lamas.-----

Se estes foram campeões europeus sem o mínimo de condições, imaginem as equipas e atletas com o mínimo.-----

Não podemos olhar unicamente para o futebol, o desporto é muito mais do que isso!-----

É importante realçar que existe instalações de pavilhões recentes que literalmente chove.-----

O desporto é fundamental para o desenvolvimento dos jovens, também a nível escolar. E hoje torna-se ainda mais primordial para esses jovens que pelo aparecimento desta pandemia necessitarão de convívio entre pares que, muitas vezes, só o desporto e a escola proporciona.--

Todos precisamos de desporto, mas é necessário a criação de instalações dignas, para que os nossos jovens não continuem a “fugir” para outros concelhos com instalações mais dignas.”---

-----  
Interveio a deputada municipal *Ana Lamas* (PSD) que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve:-----

“Atualmente, vivemos numa sociedade em que o desporto tem vindo a adquirir uma importância cada vez maior. Os desportos são variados, mas têm de ter em comum regras e valores próprios que possam contribuir para o bem-estar de todos.-----



*[Handwritten initials and marks]*

O desporto constitui-se como um fator de inserção, de igualdade, de participação na vida social, de tolerância, de aceitação das diferenças e de respeito pelas regras.-----

A prática regular de desporto traz vantagens físicas, mentais e sociais, para qualquer ser humano, de qualquer idade, independentemente da sua condição física. -----

Nesse sentido, a Câmara Municipal reconhecendo a importância da atividade física e desportiva, e de forma a fomentar e a incentivar a sua prática, por forma a promover o bem-estar, da sua qualidade de vida e da sua saúde física e mental, de estilos de vida ativos e de desenvolvimento pessoal e social, criou o Programa de Apoio ao Desporto, tendo sido atualizado recentemente. Neste sentido, importa enfatizar algumas das atualizações, as quais vão de encontro a necessidades partilhadas pelos clubes e associações desportivas, como é o caso da promoção do desporto feminino e a promoção da prática de atividade física e desportiva por forma a contribuir para a efetiva inclusão de pessoas com deficiência, mantendo premissas como a promoção da prática de atividade física e desportiva de forma a reduzir tendência de uma vida sedentária, promoção da diversidade desportiva, incentivo à participação de equipas, atletas nas competições de âmbito local, distrital, regional, nacional e internacional, promoção da integração e inclusão social, entre outras. -----

Importa ainda acrescentar que esta atualização do Programa de Apoio ao Desporto, teve também por base a auscultação de clubes e associações desportivas, de forma a ir de encontro às necessidades atuais no âmbito da promoção desportiva.-----

Em jeito de conclusão, importa salientar a preocupação que a Câmara Municipal, demonstra uma vez mais, através da atualização do Programa de Apoio ao Desporto, para fomentar e incentivar a atividade física e desportiva.” -----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos, começando por dizer que ficou surpreendido com a intervenção feita pelo membro Henrique Portela, dizendo que, quando aquele membro falou em falta de instalações desportivas, se calhar estava-se a referir ao tal pavilhão multiusos que muitos constroem e que, depois, se arrependem, ou à tal piscina de 50 metros que ninguém quer ter. -----

Disse que o Município tem excelentes condições para o desporto, que constrói pavilhões, que tem piscinas de 25 metros que são bem utilizadas, que tem o programa da Natação Adaptada para pessoas portadoras de deficiência, reforçando que, em matéria de desporto, existem



múltiplos equipamentos no Concelho, sejam campos de jogos, pavilhões, piscinas, entre outros. Ainda a respeito das piscinas disse que haverá uma nova piscina na freguesia de Canedo, recordando que também já existe uma piscina com dimensões olímpicas no Concelho, em Santa Maria de Lamas.-----

Referiu que, portanto, lamenta que o PS entenda que o Concelho não tem condições para a prática desportiva, concluindo a sua intervenção por recordar que, há alguns anos, realizou-se o Campeonato do Mundo de Voleibol Escolar no pavilhão municipal de Fiães, para além de outros eventos levados a cabo noutros pavilhões do território.-----

De seguida, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 47 votos a favor (PSD: 28, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar a versão definitiva do Regulamento do Programa de Apoio ao Desporto – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

#### 10 – Adesão à Associação Portuguesa dos Jardins Históricos -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 19 de outubro de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que disse ver com bons olhos a adesão do Município a este tipo de parcerias que, no fundo, servem para fazer a divulgação do património, dizendo só lamentar que se tenha demorado tantos anos a perceber a importância que o setor do Turismo tem para Santa Maria da Feira. -----

Referiu que Santa Maria da Feira foi considerada, durante muito tempo, como um território sem capacidade para atrair turistas, comentando que, se calhar, só depois de passado o pico do turismo é que se começou a perceber que o mesmo podia ter sido aproveitado. -----

Concluindo a sua intervenção reafirmou ver com bons olhos que se esteja a tentar recuperar o tempo perdido, mas que tal era desnecessário porque se podia ter aproveitado o setor do Turismo há muito mais tempo. -----



Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que o grupo municipal do PS não pode deixar de estar de acordo com a proposta em apreço, acrescentando que, contudo, subscrevia um pouco as palavras do membro *Ângelo Santos* porque também lhe parece que só se começou a acreditar no Turismo depois de ele começar a passar. Disse esperar que o Turismo volte porque isso é bom para o País e para Santa Maria da Feira, que é bom para todos.-----

Salientou que, sem colocar em causa a adesão, queria fazer uma questão que entende importante. Disse que a Associação desenvolve várias atividades, como fazer o estudo, a conservação e o restauro dos jardins, assim como dar o selo de qualidade, mas que, pelo que percebeu, o valor que o Município vai pagar é apenas para ser sócio da Associação, tendo de pagar tudo o resto à parte.-----

Concluindo a sua intervenção o membro *Sérgio Cirino* questionou se vai ser tudo pago à peça, por assim dizer, ou se está alguma coisa incluída nos 500 euros de quota anual. -----

Interveio a deputada municipal *Regina Gonçalves* (PSD) que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: ----  
“Considerando as intenções estratégicas e políticas municipais de valorização do património Natural e Cultural do concelho, plasmadas no programa eleito para o presente ciclo de governação, particularmente nas áreas da cultura e do turismo, o Coordenador do Turismo, Dr. Pedro Marques, produziu uma análise e a informação técnica de suporte à proposta de adesão do Município de Santa Maria da Feira à Associação Portuguesa dos Jardins Históricos que foi apreciada e aprovada em reunião de câmara do passado dia 19 de outubro. -----

A Associação Portuguesa dos Jardins Históricos é uma associação cultural sem fins lucrativos que tem por objetivo contribuir para o estudo, defesa, preservação e divulgação do património paisagístico com destaque para os parques, quintas e jardins históricos, sendo vasta a sua área de atuação. -----

Esta associação não só colabora com os seus associados na valorização e promoção dos jardins e sítios históricos, como também participa e realiza ações de conservação, divulgação e exploração dos jardins históricos entendidos como espaços com interesse histórico, cultural, recreativo, educativo, científico, turístico, paisagístico e estético.-----

A certificação dos Jardins Históricos de Portugal culmina com a atribuição do prestigante



Selo de Qualidade que permite o usufruto do serviço de intermediação pela associação junto dos agentes e operadores turísticos nacionais, bem como a integração na Rota dos Jardins Históricos de Portugal. -----

Hoje, o senhor presidente da Câmara Municipal submete a referida proposta de adesão a esta Assembleia Municipal para apreciação e aprovação. -----

Em tempos tão conturbados quanto aqueles que vivemos, foi, pois, com satisfação que o grupo municipal do PSD recebeu esta proposta. -----

Após um longo período de confinamento, importa agora, no presente quadro de levantamento (ainda que muitíssimo gradual) das medidas de confinamento, recuperar e revitalizar não só a nossa economia, bem como a nossa vida em sociedade. -----

Atendendo a esta situação, o usufruto dos excelentes e variados espaços verdes do nosso concelho é, certamente, um dos principais motivos que levará as pessoas a deslocarem-se e a visitar determinados destinos turísticos. -----

Enquanto espaços especiais de convivência, os jardins do nosso concelho são de particular relevância no atual momento, que é exigente face às necessidades de adaptação à nova realidade. -----

Santa Maria da Feira possui um vasto conjunto desses espaços especiais, nomeadamente a Quinta do Castelo, que é um jardim romântico projetado pela Companhia Hortícola Portuense, de referência nacional, e também a encosta do Castelo de Santa Maria da Feira, a Casa da Portela, a Quinta da Murtosa, a Quinta da Torre, a Quinta das Ribas e a Quinta do Seixal. -----

Com a adesão do Município à Associação Portuguesa dos Jardins Históricos, estes espaços arquitetónicos e hortícolas passarão a integrar as rotas nacionais e serão distinguidos com o Selo de Qualidade. -----

E é através da atribuição do Selo de Qualidade, que os Jardins do nosso concelho serão reforçados não só o seu valor e a sua imagem, mas também a sua atratividade e visitação. -----

Face ao exposto, a adesão do Município de Santa Maria da Feira à Associação Portuguesa dos Jardins Históricos será, certamente, uma mais-valia, pelo que se defende e recomenda a sua aprovação.”-----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para responder à questão levantada pelo





*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

membro Sérgio Cirino, dizendo que, obviamente, tendo em conta o valor da quota anual, não se pode esperar muito, dizendo pensar que a Associação irá fazer mais trabalhos, porque desenvolve atividades na área da investigação, promoção dos espaços, comentando que as quotas dos associados servem para isto, até porque se trata de uma Associação sem fins lucrativos. -----

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara referiu que, contudo, caso esteja em causa uma intervenção de fundo, para um projeto de fundo, com compra de espécies, obviamente que cada associado terá de assumir a despesa, comentando que o valor da quota não chega, como é óbvio, para tal tipo de intervenção. -----

De seguida, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 47 votos a favor (PSD: 28, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar, nos termos da deliberação camarária suprarreferida, a adesão do Município de Santa Maria da Feira à Associação Portuguesa dos Jardins Históricos, em conformidade com os Estatutos, que aprovou – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

*Saiu o membro Luís André Santos.* -----

**11 – Alteração de postura de trânsito – São João de Ver** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 19 de outubro de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Acompanha a deliberação camarária suprarreferida a informação a que a mesma se refere e respetivo anexo (peça desenhada n.º 1) – documentos que se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----



E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 46 votos a favor (PSD: 27, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar a alteração da postura de trânsito da freguesia de São João de Ver, com implicação na Travessa das Quintas de São Bento, nos termos da deliberação camarária suprarreferida. -----

**12 – Alteração de postura de trânsito – União das freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (Santa Maria da Feira) -----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 19 de outubro de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Acompanha a deliberação camarária suprarreferida a informação a que a mesma se refere e respetivos anexos (2 peças desenhadas e peça escrita: sinais por toponímia) – documentos que se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 46 votos a favor (PSD: 27, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar a alteração da postura de trânsito da União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (Santa Maria da Feira), com implicação na Rua José Saramago, na Travessa José Saramago, na Travessa Dom Ximenes Belo, na Rua Doutora Maria de Lourdes Portela e na Rua Moinho das Campainhas, nos termos da deliberação camarária suprarreferida. -----

**13 – Alteração de postura de trânsito – União das freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (Santa Maria da Feira) -----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 19 de outubro de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----



Acompanha a deliberação camarária suprarreferida a informação a que a mesma se refere e respetivo anexo (peça desenhada n.º 1) – documentos que se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 46 votos a favor (PSD: 27, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar a alteração da postura de trânsito da União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (Santa Maria da Feira), com implicação na Rua Ribeira do Cáster, nos termos da deliberação camarária suprarreferida. -----

**14 – “Requalificação da envolvente às Termas das Caldas de S. Jorge” -----**

**- Autorização de encargos plurianuais -----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 2 de novembro de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

A deputada municipal *Maria de Fátima Oliveira* (PS) fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: -----

“Uma breve intervenção para reforçar que é importante que a Câmara Municipal se esforce para que os prazos de início e execução desta obra sejam, de facto, cumpridos, e que não aconteça aquilo a que temos assistido em muitas obras do Concelho, e que são iniciadas já com atrasos significativos ao previsto e que, depois, prolongam-se no tempo e o seu término é sistematicamente prorrogado. -----

É importante ter em conta que a envolvente das Termas é uma zona que tem uma movimentação diária de pessoas significativa, portanto, é necessário acautelar o impacto que uma obra desta dimensão terá na vida dos comerciantes, das pessoas que trabalham nestes espaços e dos próprios frequentadores dos estabelecimentos comerciais e das Termas. Aliás, a Câmara Municipal, como principal detentora da exploração das Termas, tem todo o interesse



que a época termal seja o menos prejudicada possível.-----

Outra chamada de atenção que gostaria de fazer é que, sendo esta uma obra envolta em alguma polémica e tendo em conta que se trata de um local com características culturais muito particulares, gostaria que, pelo menos, algumas das sugestões que foram dadas pelos caldenses naquela apresentação pública do projeto, que foi realizada na Junta de Freguesia, fossem, de facto, tidas em conta.-----

Tenho de dizer que não concordo quando dizem que houve uma ampla auscultação pública, o que houve foi uma apresentação de um projeto já finalizado e que, apesar de se ter dado a oportunidade aos presentes daquela assembleia de se pronunciarem, não houve, depois disso, qualquer indício de que alguma daquelas recomendações feitas nesse dia, tenham sido efetivamente colhidas pela Câmara Municipal.-----

Gostaria de referir ainda que nem a secção do PS de Caldas de São Jorge, nem o grupo do PS da Assembleia da União de Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros, estiveram em algum momento envolvidos no episódio da distribuição de panfletos contra esta obra pelo Concelho.-----

Esta foi uma iniciativa completamente popular, e nós demarcámo-nos desta.-----

De qualquer forma, é preciso ter em conta que muitos caldenses acreditam que este projeto vai desvirtuar aquela zona, que vai apagar elementos que fazem parte da caracterização paisagística do local e, portanto, espero que a Câmara faça uma boa gestão destas expetativas, que faça um bom planeamento da obra no sentido de provocar os menores danos possíveis no comércio e na atividade termal e que, independentemente de gostar ou não das atitudes que alguns populares têm adotado, a Câmara não se iniba de concretizar as sugestões da população quando estas são válidas e possíveis de implementar.” – Fim de citação.-----

-----  
Interveio o membro *José Martins* (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros, que disse o que, de seguida, se passa a citar: ----

“Começaria por, desde já, agradecer ao Sr. Presidente da Camara pela coragem que teve em planificar e estar a levar a efeito esta obra de grande valor para a nossa Vila. Saliento que este projeto foi iniciado já no tempo do Sr. Vereador José Manuel Oliveira, que também deixo aqui um forte agradecimento pela sua colaboração e organização do projeto.-----

Quanto aos mentores do projeto, começo por aqui porque penso que, muitas vezes, as pessoas



pensam que este projeto foi feito por uma só pessoa, ou que foi feito um pouco aleatoriamente. Não. Este projeto foi bem pensado, e só para terem a noção deixo aqui nota dos mentores deste projeto, para chegar a este final que temos hoje. Quanto aos mentores do projeto saliento os arquitetos envolvidos do Município: a Arquiteta Ana Osório e o Arquiteto Nuno Pinheiro, bem como saliento, mais uma vez, o Arquiteto José Manuel Oliveira, um homem sábio que, infelizmente, partiu e nos deixou, mas que esteve, em grande parte, no desenvolvimento deste projeto. Numa segunda fase, o atual Vereador António Topa Gomes, e engenheiro, e o Gabinete de Engenharia, que teve mais 4 engenheiros envolvidos neste processo.-----

A Junta de Freguesia acompanhou-o desde o seu início até o seu final.-----

Foi com esta grande equipa que foi desenvolvido este projeto. Se calhar, se fosse um arquiteto de renome, como Siza Vieira ou Luís Pedro, que fez o Terminal do Porto de Leixões, não estaríamos aqui a falar em alguns conflitos ou algumas polémicas.-----

Quanto ao pensamento dos projetistas, deixarmos de ter um pequeno parque, no fundo, que é o parque das Termas, que muitas vezes se fala, que é aquele parque que está na zona mais antiga das Termas, e passarmos a ter um grande parque. O que pensaram? Pensaram em envolver também o Jardim do Dr. Carlos, para além do parque das Termas, a zona do ZipZip, a zona do coreto, os terrenos da Pines. Ficamos assim com todas estas valências interligadas, organizando todos os espaços e retribuirmos ao parque, ao tal parque que nós estamos a falar e que, muitas vezes, se questiona e se fala em alguma polémica, que está junto à fachada antiga das Termas. A sua origem, para o qual foi concebido, foi para descanso, leitura e para zonas de lazer e natureza. Criamos também zonas de atividades desportivas para todas as idades, por exemplo a Ilha, e uma zona de espetáculos. Portanto, no fundo, eles pensaram em organizar toda a envolvente e todos os terrenos que o Município tem na envolvente das Termas, criando estão esse grande parque.-----

A apresentação foi efetuada em dois momentos no edifício da Junta de Freguesia. O primeiro momento foi ao Executivo da Junta e aos Elementos da Assembleia de Freguesia. Estes dois órgãos mostraram unanimidade no projeto e na respetiva obra.-----

O segundo momento foi à população.-----

A importância do projeto para a Freguesia, é importantíssima. Nós, na nossa terra, falamos muito que a Câmara não faz nada ali, que os investimentos são muito pontuais, e, agora,



temos, aqui sim, um projeto arrojado e que nos vai trazer uma mais-valia. -----  
Quero salientar que a maior parte da população quer é que se conclua a obra, ainda não acreditando que o Município a vai executar. Portanto, penso que é importante começar a obra o mais rápido possível. -----  
Quanto à contestação por parte de alguns cidadãos, salientando que se vai perder a identidade, eu questiono: qual identidade? E, para isso, deixo aqui algumas notas. -----  
As Termas podem já remontar a antes de 1805. Os edifícios, como os conhecemos, a sua atual construção, terminou em 1892 e foi construída pelo Município de Santa Maria da Feira. -----  
Toda a zona que vai ser intervencionada sofreu sempre alterações através dos tempos. -----  
O parque, no seu princípio, tinha muros, mas estes foram todos alterados pelo menos três vezes. -----  
Não existia a pérgula, existia sim umas árvores de grande porte que foram abatidas para dar lugar à pérgula e o muro ali existente hoje. -----  
No decorrer dos tempos o parque sofreu muitas alterações, retiradas de algumas peças, colocadas outras, sempre em mutação constante. -----  
O parque infantil, de que muita gente fala, foi construído há cerca de 46 anos, e com muitas críticas na altura, pois era só para os termalistas. As Termas e o Parque já existiam há mais de 100 anos quando ali foi implantado o parque infantil. -----  
Até as árvores foram sofrendo alterações. -----  
Os edifícios das Termas também sofreram várias alterações e novas construções de grande envergadura. -----  
Quanto aos acidentes que ocorrem no parque, vindas de crianças. E, aqui, quero salientar bem este ponto porque penso que há muita gente que não sabe que já houve vários acidentes com crianças naquela zona. As crianças estão no parque, os pais colocam-se no outro lado da rua, junto à pérgula, as crianças saem a correr e já lá houveram vários acidentes. Eu saliento, então quando morrer lá uma criança, vão atirar pedras ao Município e a todas as entidades, que nada se fez para melhorar a segurança? -----  
Quanto à alteração do local e as suas mais-valias, vamos melhorar a segurança e dar melhores condições. O novo local já tem máquinas de manutenção, de ginásio, ao ar livre, um pequeno campo de jogos, os passadiços que vêm de Fiães e Lobão, ligam àquela zona onde vai ser implementado o novo parque infantil. O passadiço que sai de Caldas de S. Jorge, direto a



*[Handwritten signatures and initials]*

Pigeiros, inicia também naquela zona. -----

Quanto ao futuro, o que nos pode reservar esta alteração? Podemos voltar a ter um parque com uma grandeza e com a referência que já foi em tempos áureos. Como todos sabemos hoje, há parques como este que estão espalhados por todo o Concelho, e se queremos ter ali um parque diferenciador, este é o local ideal para desenvolver futuramente, e essa é a ideia. Portanto, a ideia é que venhamos a criar ali um parque, possivelmente até temático, e que realmente torne este parque uma mais-valia, aquilo que já foi há 20 ou 30 anos. -----

Em resumo, a obra vai melhorar, em muito, toda a envolvente às Termas, melhorar a qualidade de vida da população residente e vão ser criados novos encantos para quem ali passa ou para os visitantes, uma melhoria substancial. -----

Temos consciência que, no decorrer das obras, por muito que se tomem todas as medidas e cuidados para que tudo corra pelo melhor, sem atropelos, haverá sempre transtornos. E deixo aqui um pequeno reparo, quando pintamos um simples quarto da nossa habitação, sabemos o quanto é constrangedor e quanto mau estar nos causa, mas, no final, ficamos encantados com o resultado. -----

E termino por dizer: afinal qual é a nossa identidade, se através de todos os tempos que tivemos até hoje este parque foi constantemente alterado e modificado, e sempre para melhor? Para terminar deixo a pergunta: ou isto será um problema de assinatura do projeto?" – Fim de citação. -----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara*, que começou por dar os parabéns à deputada municipal Maria de Fátima Oliveira pela intervenção muito correta e esclarecedora que a mesma fez. -----

Sobre o tempo de execução disse que, quando se faz uma obra, existe uma previsão para a sua execução, mas que, conforme o Vereador António Topa Gomes costuma dizer, uma obra é um projeto feito à medida no local, pelo que é normal que possam acontecer surpresas. Referiu que o prazo será cumprido caso não surjam surpresas, mas que o mais provável é que venham a aparecer, podendo originar algum atraso, mas que a intenção é andar com a obra o mais rapidamente possível. -----

Em relação aos comerciantes disse que, obviamente, aquilo que a Câmara lhes vai pedir é que tenham o máximo de paciência, dizendo julgar que até será adequado fornecer uma cópia do

---



projeto a cada um para que possam perceber a evolução da obra. -----

Referiu, sobre um ou outro incidente que houve na zona, que compreende que o mesmo não foi da responsabilidade do PS, comentando que nem esperaria isso da parte do PS até porque o projeto foi amplamente debatido, realçando que, naturalmente, tem de se respeitar a opinião das pessoas. -----

Deu nota que os projetistas da Câmara, quando estiveram no terreno, ouviram as pessoas, dizendo recordar-se que até houve divergências quanto a se a rua devia ter trânsito ou não, mas que julga que houve uma quase unanimidade sobre o projeto e que, na sua opinião, aquela obra vai, de facto, engrandecer a freguesia de Caldas de São Jorge. -----

Salientou que, depois do café Zipzip no meio da ilha, depois do arranjo no parque, depois do novo açude, com a chegada do passadiço que vem do lado de Lobão e de Fiães, pensa que aquele sítio se vai tornar, de facto, num sítio de excelência, comentando que a conclusão da requalificação da envolvente às Termas será a cereja no topo do bolo. -----

Concluindo a sua intervenção disse esperar que, quando a Câmara tiver de pedir alguma paciência aos moradores, principalmente, assim como aos comerciantes, a deputada Maria de Fátima Oliveira ajude a Câmara nesse trabalho, reafirmando que os benefícios da obra serão muito compensadores. -----

De seguida, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 46 votos a favor (PSD: 27, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), dar a autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais no montante de 385.158,37 €, para o ano de 2022, nos termos da deliberação camarária de 2 de novembro de 2020. -----

**15 – “Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos na União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – 8.ª Fase” -----**

**- Autorização de encargos plurianuais -----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 2 de novembro de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----





*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 46 votos a favor (PSD: 27, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), dar a autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais no montante de 119.441,57 €, para o ano de 2021, nos termos da deliberação camarária suprarreferida. -----

*Reentrou o membro Rui Ribeiro.* -----

*Saiu o membro Alexandra Rocha.* -----

#### 16 – Estratégia local de habitação para o Município de Santa Maria da Feira -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, o qual pediu que fosse o Sr. Vereador do Pelouro das Obras Municipais, Mobilidade, Planeamento e Ordenamento do Território, António Topa Gomes, a apresentar o assunto. Posto isto, o *Sr. Vereador António Topa Gomes* apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 2 de novembro de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que iria, evidentemente, votar favoravelmente o documento pois, no entender da CDU, o mesmo era fundamental até para se perceber qual seria a estratégia a seguir no Município. -----

Disse não poder deixar de fazer um reparo à Câmara, realçando que, apesar dos 9 bairros de habitação social que estão a ser ou vão ser intervencionados ao longo do próximo ano, a Câmara também ignorou estes seus imóveis durante anos, dando-se o caso de ter vários bairros sociais com as fachadas em muito mau estado, com sinais notórios de humidade, com infiltrações no interior, alguns nem sequer tendo a fachada em cimento porque o cimento tinha caído e via-se o tijolo, comentando que havia muitas queixas sobre estas situações. -----

Referiu que, tal como já havia dito no início desta sessão, há a necessidade de se começar a abraçar, novamente, projetos de habitação a custos controlados, realçando que tais projetos são uma forma de conseguir garantir que, principalmente os jovens, mas não só, não fujam para outros municípios onde a habitação é ainda barata do que no município de Santa Maria



da Feira. -----

Disse estar convencido que se avizinha, também, uma crise para o setor imobiliário, dizendo não crer que, a menos que se intervenha de forma mais direta, se consiga manter os jovens em Santa Maria da Feira com habitação condigna porque, tal como o documento em apreço refere, e bem, não basta ter habitação, é preciso ter habitação condigna.-----

-----  
Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que disse ver com bons olhos a Estratégia Local de Habitação para o Município de Santa Maria da Feira e que espera que, como o Sr. Presidente da Câmara disse na reunião da Câmara, a mesma possa ser avaliada e dada a respetiva informação de 6 em 6 meses. Disse esperar também poder participar nesse acompanhamento para poder sugerir e verificar se realmente é um projeto com futuro ou se é mais um projeto de intenções.-----

Concluindo a sua intervenção disse esperar que a candidatura do Município seja aceite, para que este possa aceder aos fundos, realçando que é preciso ter projetos prontos para, no tempo oportuno, o Município poder concorrer aos fundos, para não apresentar as candidaturas depois dos fundos já terem findado. -----

-----  
Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) que começou por dizer que o BE regista com agrado a apresentação desta Estratégia porque a habitação é um tema que é muito caro ao BE, acrescentando que o defender o direito à habitação deve ser, obviamente, uma das prioridades do Concelho.-----

Disse querer voltar a relembrar que o BE apresentou nesta Assembleia, na sua sessão de 29 de junho de 2018, uma recomendação para que o Município avançasse efetivamente, e com urgência, com a sua estratégia local de habitação ao abrigo do 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação. -----

Referiu também ser importante salientar que a pandemia que se atravessa veio expor ainda mais as carências existentes no Concelho relativamente às condições em que habitam muitas famílias, dizendo que se verificam casos de sobrelotação, de falta de condições de salubridade e conforto, e que tal não acontece somente nas habitações ditas sociais, mas também em muitas outras habitações que não estão ao encargo do Município. Realçou que, nesse sentido, esta Estratégia é bastante abrangente e aponta vários caminhos que podem ser tomados para a

---



resposta às carências habitacionais. -----

Salientou que, definida a Estratégia, é preciso que o Município avance já com uma resposta forte que garanta o acesso à habitação às famílias feirenses que vivem com carências habitacionais, e não só, portanto, com políticas públicas, eficazes e capazes de promover a inclusão social e a oferta de habitação no Concelho. -----

Concluindo a sua intervenção a deputada municipal Salomé Ventura informou que o BE iria votar, obviamente, favoravelmente a proposta em apreço. -----

-----  
Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que, corroborando o que foi dito por quem o antecedeu, é importante aprovar esta primeira versão da Estratégia Local de Habitação para o Município de Santa Maria da Feira.-----

Referiu que os eleitos do PSD dizem sempre que Santa Maria da Feira é que puxa pelo País, e não o País que puxa por Santa Maria da Feira, mas que, neste caso, lhe apraz registar que o Governo do PS puxa por Santa Maria da Feira porque foi ele que, em primeiro lugar, aprovou a Estratégia Nacional para a Habitação, em 2015, e, depois, aprovou o 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação. Salientou que isso foi bom para o Município de Santa Maria da Feira porque, querendo este aceder a tais fundos, elaborou, pela primeira vez, a sua estratégia local para a habitação.-----

Disse que, tendo o Município tanta habitação social e tantas carências habitacionais, então foi um casamento “win-win”, em que o Governo puxa pelo Município de Santa Maria da Feira e este, para ir buscar algum dinheiro ao 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, elabora a sua estratégia e apresenta a sua candidatura. Salientou que, com isto, se vê que, quando todos remam para o mesmo lado, até se chega a um bom sítio, comentando que, neste caso, é o Município ter uma estratégia para a habitação.-----

Referiu ser pena que, por vezes, tal só aconteça quando se quer ir buscar fundos, frisando que governar um concelho é também ter uma estratégia e que, se calhar, não teria sido mau se o Município já tivesse, mesmo antes desta oportunidade de obter fundos, uma estratégia para a habitação.-----

Concluindo a sua intervenção disse ser bom que, pelo menos agora, o Município tenha elaborado a sua Estratégia Local de Habitação, dando nota que, evidentemente, o grupo municipal do PS a iria votar favoravelmente porque, com ela, vai ser possível puxar, com o



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

apoio do Governo do PS, através do 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, melhor habitação para Santa Maria da Feira. -----

Interveio o membro *Jorge Paulo Pereira* (PSD) que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve:-----

“Não restam hoje dúvidas de que uma habitação digna é um pilar fundamental, indispensável até, da qualidade de vida. -----

Impõe-se, pois, que os decisores sejam capazes de promover políticas públicas de defesa da habitação.-----

Para garantir conforto aos que cá estão. Para atrair os que poderão chegar. -----

A “Estratégia Local de Habitação para o Município de Santa Maria da Feira” é, assim, um instrumento por excelência dessas políticas públicas, ao “garantir o direito de todos a uma habitação condigna”, como é referido no próprio documento que aqui discutimos. -----

Dar resposta às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional, garantir acesso aos que não têm resposta por via do mercado, fomentar a reabilitação, a inclusão social e territorial – são um imperativo que se nos coloca nos dias de hoje. E a estratégia que aqui se discute dá a resposta adequada. -----

A resposta que se impõe. A resposta a que estamos obrigados a dar. -----

Sim, o Município de Santa Maria da Feira decidiu aderir ao “Programa 1.º Direito”, em boa hora desenvolvido pelo governo. -----

Mas, sim, o Município de Santa Maria da Feira já tinha avançado para a elaboração do seu plano para a nova geração de políticas de habitação, cujo resultado está plasmado no documento que hoje vamos aprovar. -----

É com orgulho que podemos afirmar que até 2025 espera-se resolver os problemas das 467 famílias a residir em condições indignas no concelho de Santa Maria da Feira, entre a reabilitação de fogos propriedade do Município e a construção de raiz.-----

O grupo municipal do PSD tem orgulho nos números aqui apresentados. -----

Entre novas construções a custos controlados, aquisição de fogos e reabilitação, aquisição de fogos no mercado e o arrendamento para subarrendamento, o investimento do Município do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana andarà perto dos cinco milhões de euros. -----

Enquanto o governo anuncia que alguns municípios encontram-se a elaborar as suas



*Handwritten initials and marks in the top right corner.*

estratégias locais de habitação, em Santa Maria da Feira estão reunidas condições para, já em 2021, colocar obra no terreno, beneficiando de um modelo de majoração das participações a conceder aos municípios no âmbito do “Programa 1.º Direito”. -----  
Também por isso só podemos saudar a iniciativa da Câmara.-----  
Pela antecipação. E pela estratégia definida.-----  
Vamos ter razões para saudar ainda mais o resultado.” -----

De seguida, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 46 votos a favor (PSD: 27, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar a Estratégia Local de Habitação para o Município de Santa Maria da Feira – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

**17 – Apoio financeiro à Junta de Freguesia de Escapães para reabilitação e modernização de instalações desportivas**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 2 de dezembro de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 46 votos a favor (PSD: 27, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar, nos termos da deliberação camarária suprarreferida, o apoio financeiro de 1.817,90 € a conceder à Junta de Freguesia de Escapães, bem como a minuta do protocolo a celebrar para o efeito – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

**18 – Apoio financeiro à Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas para reabilitação e modernização de instalações desportivas**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a



*Handwritten signatures and initials*

palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 2 de dezembro de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 44 votos a favor (PSD: 27, PS: 14, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1) e 2 abstenções (BE), aprovar, nos termos da deliberação camarária suprarreferida, o apoio financeiro de 23.105,55 € a conceder à Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas, bem como a minuta do protocolo a celebrar para o efeito – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

**19 – Apoio financeiro à União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior para reabilitação e modernização de instalações desportivas**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 2 de dezembro de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 46 votos a favor (PSD: 27, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar, nos termos da deliberação camarária suprarreferida, o apoio financeiro de 20.971,93 € a conceder à União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior, bem como a minuta do protocolo a celebrar para o efeito – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

Não houve inscrições para intervir neste Período. -----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu



a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. -----

Nada mais havendo a tratar, às 20 horas do dia 5 de dezembro de 2020, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

O Presidente,

A 1.ª Secretária,

O 2.º Secretário,